

Revista
guará
Pró Reitoria de Extensão - UFES

OUTUBRO 2015
ANO III - Nº IV
SUPLEMENTO

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Reinaldo Centoducatte

Reitor

Ethel Leonor Noia Maciel

Vice-Reitora

Maria Auxiliadora De Carvalho Corassa

Pró-Reitora de Graduação

Neyval Costa Reis Junior

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Angelica Espinosa Barbosa Miranda

Pró-Reitora de Extensão

Eustaquio Vinicius Ribeiro De Castro

Pró-Reitor de Administração

Anilton Salles Garcia

Pró-Reitor de Planejamento e
Desenvolvimento Institucional

Maria Lucia Casate

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e
Assistencia Estudantil

Alexsandro Rodrigues

Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e Cidadania

Conselho editorial

Adriana Madeira Alvares da Silva (UFES)

Brunela Vincenzi (UFES)

Donato de Oliveira (UFES)

Fernando Vicentini (UFES)

Gloria C. Aguilar Barreto (Universidade

Nacional Caaguazú)

Ivan Robert Enriquez Guzman (UFES)

João Frederico Meyer (UNICAMP)

Maira Pêgo de Aguiar (UFES)

Maurice Barcellos da Costa (UFES)

Paula Cristina da Costa Silva (UFES)

Pedro Florêncio da Cunha Fortes (UFES)

Regina Lúcia Monteiro Henriques (UERJ)

Renato Tannure Rotta de Almeida (IFES)

Tânia Mara Z. G. Frizzera Delboni (UFES)

Conselho técnico científico

Aissa A. Guimarães (UFES)

Antonio Celso Ribeiro (UFES)

Aparecido José Cirilo (UFES)

David Ruiz Torres (UFES)

Darcy Alcantara Neto (UFES)

Ernesto Hartmann (UFES)

Fábio Goveia(UFES)

Gabriela Santos Alves (UFES)

José Otavio Lobo Name(UFES)

Mirna Azevedo (UFES)

Rafael Paes Henriques (UFES)

Assistente editorial

Paola Pinheiro Bernardi Primo

Equipe técnica

Claudia Rangel

Farley Souza

Thais Melotti

Revisão

Vera Lúcia Santa Clara

Ilustrações

Imagens da Artista Plástica Fabiane Salume

Editoração

Farley Souza

Thais Melotti

Revista Guará

Publicação Semestral da Universidade

Federal do Espírito Santo

Ano III - nº 4 - Outubro de 2015

Angélica Espinosa Barbosa Miranda

Editor Responsável

Pró-Reitoria de Extensão

Editora

Tiragem: 500 exemplares

Endereço para correspondência:

Universidade Federal do Espírito Santo

Pró-Reitoria de Extensão

Av. Fernando Ferrari nº 514

Trinta e um anos de programa de extensão em saúde mental

Tânia Mara Alves Prates, Eneida von Eckhardt, Geraldo Alberto Murta, Rita Eloah Araújo Pena, Thaycila Rodrigues de Oliveira, Yasmim dos Santos Coelho, Heitor Prates Furieri, Eduarda Furieri Godoy, Nayra Cristina Candeia Rodrigues

A missão do Programa “Cada Doido com sua Mania” (CDSM) é possibilitar um tratamento em saúde mental interdisciplinar humanizado, eficiente, em contínuo aperfeiçoamento de novas práticas inseridas à rede pública de saúde, além de levar a extensão aos cidadãos, desenvolvendo capacitação profissional com ações articuladas às demandas das parcerias e à política nacional de saúde mental.

O CACIA -Centro de Atenção Continuada à Infância, Adolescência e Adultos- desde 2005 é o polo prático do CDSM e está situado no Campus de Maruípe. Esse serviço presta atendimento à comunidade universitária da UFES (encaminhados pela equipe psicossocial do Departamento de Assistência à Saúde ou por busca espontânea) e aos pacientes provenientes do Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória –HEINSG.

O CDSM pauta-se na ideologia da autogestão e horizontalidade para oferecer um serviço de qualidade e uma formação profissional avançada. Todas as ações são discutidas em equipe interdisciplinar, nas reuniões gerais e clínicas semanais, aprofundadas nas supervisões, nos tutoramentos, preceptorias e nos estudos teórico-clínicos. Os extensionistas podem ser profissionais voluntários ou alunos de vários cursos e outras instituições, colaborando para a diversificação de horários dos atendimentos.

Uma proposta complexa como essa necessita utilizar vários recursos para o tratamento dos fenômenos como a angústia, a loucura, os transtornos neuróticos e as doenças psicossomáticas, para que essas se transformem em um dizer direcionado à reinserção social. Isso se confirma desde a inserção inicial do CDSM, em 1984, no Hospital Aduato Botelho e nas parcerias que se sucederam: a implantação do primeiro CAPS do Estado “Ilha de Santa Maria”, com a SEMUS, em 1996 e o ambulatório de saúde mental do HUCAM. Muitas ferramentas terapêuticas foram criadas ao longo dessa história. As oficinas terapêuticas de Jornal, Vídeo, Passeio, Músicas e Letras, Imaginação são exemplos, desenvolvendo capacitação para profissionais de diversas áreas de conhecimento, experiência de propostas terapêuticas interdisciplinares e de trabalho de equipe com ênfase em gestão e subjetividade.

O CDSM/CACIA opera com serviços e comissões, pois essa clínica inclui passos essenciais, dependentes da implicação do paciente e sua família. O primeiro é o Acolhimento, porta de entrada para o tratamento, realizado por entrevistas iniciais, com o intuito de se escutar a demanda.

O Referenciamento é o segundo passo e constitui um acompanhamento detalhado do percurso do paciente, do início até a alta. É composto pela anamnese e exame psíquico, sendo fundamental para avaliar o percurso e auxiliar o serviço na revisão do projeto terapêutico, pois observa a evolução clínica e avaliação dos atendimentos.

O terceiro é o Projeto Terapêutico Individual (PTI), elaborado em reunião geral, necessitando da corroboração do pacientes e suas famílias. Pode contemplar atendimento psicoterapêutico individual, psicofarmacológico, grupo de pais, atendimento familiar e as oficinas terapêuticas.

O Atendimento Psicoterapêutico Individual e o Familiar oferecem à comunidade um serviço de saúde mental essencial, além de proporcionar ao extensionista, que deseja atuar na área de psicologia clínica, psicanalítica, saúde mental ou terapia familiar sistêmica, uma experiência psicoterapêutica supervisionada.

O uso de medicamentos como auxiliar no tratamento faz-se necessário em alguns casos e tem mostrado resultados positivos. Nas Oficinas Terapêuticas, o paciente tem a possibilidade de entrar em contato com seu desejo e sua angústia, bem como tratar seu corpo por meio de produções e expressões livres. Necessita-se, para isto, da criação de um ambiente próprio, levando em conta a confiança, a transferência e o respeito ao sigilo. As produções são terapêuticas, pois advém de um sujeito que ao produzir é libertado pela sua produção. Ele se identifica e se reconstrói com o resultado do seu trabalho, permitindo surgir o que lhe é mais particular – seu desejo. Conclui-se que as oficinas terapêuticas, em suas atuações, buscando unir saúde, convívio social e cultura, transformaram os conceitos de saúde mental, qualidade de vida e inclusão, dando condições para a transformação do sujeito em desejante e produtivo, digno de respeito e com melhor qualidade de vida.

Atualmente, o CACIA/CDSM oferece três tipos de oficinas terapêuticas para crianças: de Expressão, Contos, Modelagem, em horários matutinos e vespertinos. Na infância a criança estrutura seu mundo psíquico e dá suas respostas diante do acolhimento parental e social que recebeu. Frente às incertezas e falhas produzem-se os conflitos, sintomas e adoecimentos. É indispensável proporcionar às crianças um espaço de escuta e de ludicidade, fazendo uso de recursos específicos, transformando a angústia em saúde mental e laço social, favorecendo uma ação preventiva para acometimentos mórbidos na adolescência e vida adulta.

O CDSM/CACIA oferece para adolescentes dois tipos de oficinas, vespertinas e matutinas, Modelagem e Imaginação. Esta última foi uma invenção desta equipe usando como ferramenta os jogos de interpretação de papéis (RPG). A adolescência é a fase do desenvolvimento marcada pela transição entre a vida infantil e a adulta, sendo um período em que o indivíduo prepara sua independência, questiona as

outras pessoas, procura o que lhe é próprio. Ele revisa a construção de sua psique, o que o torna susceptível a transtornos e fragilidades, mas, com auxílio terapêutico, pode também revisar e melhorar seu projeto de vida.

Para adultos são oferecidos duas modalidades de oficina terapêutica: Pintura e Músicas & Letras, horário matutino e noturno. Quando uma pessoa precisa de um tratamento em saúde mental é porque apareceram sintomas ou porque a vida lhe deu incumbências que necessitam de melhores saídas. Uma intervenção possibilita que o sujeito possa transformar o mal estar em melhores produtos, libertar-se da perpetuação de papéis e responsabilizar-se por sua vida.

Os extensionistas contam com um suporte que é o Tutoramento e a Preceptorria que promove maior interação e favorece a criação de novos projetos e formas de atuar. Neste espaço, os alunos encontram a orientação e o acompanhamento permanente que lhes assegura um percurso seguro. A Preceptorria é um espaço de acolhida oferecido, durante dois anos, aos novos profissionais que ingressam no Programa.

Outro aporte importante são os Grupos de Estudos e de articulação teórico-clínica. Eles favorecem o estudo e a compreensão dos atendimentos, ampliando os recursos clínicos.

Participar do CDSM resulta em experiência e formação na atuação em gestão de serviços públicos e equipes de serviço mental pela inserção dos extensionistas em comissões. As comissões existentes são: Gestão e Planejamento, Seleção e Acolhimento de Extensionistas, Biblioteca, Documentação, Internet, Prontuário e Eventos, que atuou no marco comemorativo dos 30 anos de existência do CDSM, organizando o seminário “II Extensão em Saúde Mental: 30 anos de prática em oficinas terapêuticas”, realizado em 27 de setembro de 2014, na UFES e nas Jornadas de Extensão.

A análise dos atendimentos indica que a maior parte foi destinada à infância e adolescência e ao sexo feminino. Os atendimentos da comunidade universitária estão voltados mais para o público adulto. Pelo fato dos serviços de saúde mental ser insuficientes no Estado, em especial, para a infância e adolescência, os resultados do CACIA / CDSM ganham um significado de maior importância. De 01 de fevereiro de 2013 a 09 de setembro de 2015 foram realizados dois mil, cento e setenta e nove (2179) atendimentos dentre todos os serviços oferecidos.

Assim, tem-se composto a rede de atenção à saúde mental a crianças, adolescentes e adultos do Espírito Santo. Tem-se colaborado com as ações da extensão universitária em seu compromisso acadêmico e social, construindo ações de educação e formação teórico-clínica baseadas em trabalho de equipe, participação auto-gestiva e acompanhamento do percurso da equipe, ações estas essenciais para aperfeiçoamento profissional e atuação ética.

Para os pacientes tem sido disponibilizado um tratamento interdisciplinar humanizado, diferenciado e atento à demanda de cada um, o que permite uma melhoria na qualidade de vida. Os depoimentos dos pacientes confirmam esses dados durante os atendimentos e referenciamentos.

Esta lógica de funcionamento tem permitido ao CDSM/CACIA alcançar sua

proposta de manter suas ações pautadas no ensino, extensão e atendimento em saúde mental ao público das parcerias. Concluindo, o que mantém um Programa de extensão vivo durante mais de três décadas? Uma das suas sustentações é a sua resiliência. Várias entradas e bandeiras já foram enfrentadas e superadas. E o sonho persiste, do CDSM ser contemplado com a segurança do seu lugar definitivo de funcionamento na UFES.

REFERÊNCIAS

- AMARANTE, P. (Org.) A loucura na (da) história / Seminário sobre História da Psiquiatria, Encontro de Estudos e Pesquisas em História da Psiquiatria, Psicologia e Saúde Mental. Rio de Janeiro: LAPS/ENSP/FIOCRUZ, 2000.
- ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BADARACCO, J. E. (Org.) Psiquiatria Social e Reforma Psiquiátrica. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998.
- BAREMBLITT, G. Compêndio de Análise Institucional e outras correntes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1994.
- BERENSTEIN, I. Família y enfermedad mental. Buenos Aires: Paidós, 1994.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. Lei n. 8.080, de 19 de setembro de 1990: [Lei Orgânica da Saúde]. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 18.055, 20 set. 1990.
- _____. Lei n. 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, p. 25694, 31 dez. 1990.
- CASTELLANOS, P. L. Sobre o conceito de saúde-doença: descrição e explicação da situação de saúde. Boletim Epidemiológico [da] Organização Pan-Americana de Saúde, v. 10, n. 4, p. 25-32, 1990.
- COHEN, R. H. P. A lógica do fracasso escolar: psicanálise e educação. Rio de Janeiro: Contra capa, 2006.
- DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2008.
- OLTO, F. No Jogo do Desejo. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1996.
- FREUD, S. Obras completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980.
- FIOCRUZ. Aperfeiçoamento em Saúde Mental da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP).
- FOUCAULT, M. Doença Mental e Psicologia. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.
- LACAN, J. M. O Seminário. Livro 2. O eu na teoria de Freud e na técnica da Psicanálise. 2ªed, Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- _____. O Seminário. Livro 3. As psicoses. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. O Seminário. Livro 4. As relações de Objeto. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- _____. O Seminário: Livro 5. As Formações do Inconsciente. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- _____. O Seminário. Livro 8. A Transferência. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- _____. O Seminário. Livro 10. A angústia. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- _____. O Seminário. Livro 11. Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- _____. O Seminário. Livro 23. O Sinthoma. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- LEFORD, R. O nascimento do outro. Salvador: Fator, 1984.

LEITE, M. P. S. Psicanálise lacaniana – Cinco seminários para analistas kleinianos. São Paulo: Imuminuras, 2000.

MANNONI, M. A primeira entrevista em Psicanálise. Rio de Janeiro: Campus. 1982.

____. A criança, sua “doença” e os outros. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MARTIN, A.; VOLKMAR, F.R. Lewis child and adolescent psychiatry. Philadelphia: Williams & Wilkins, 2007.

MATTOS, P.; BARRADAS, L.; TELES, B. Vampiro: a máscara. Uma leitura junguiana da psicodinâmica de um jogo de RPG. Monografia de conclusão de curso. Orientador: Profa. Cristina Gondim. Banca: Silzen Furtado e Amauri Muguba. UNIFACS – Universidade Salvador, 2005.

MILLER, J. A. A lógica na direção da cura. Belo Horizonte: Escola Brasileira de Psicanálise do Campo Freudiano – Seção Minais Gerais, 1995.

Minuchin, Salvador. Técnicas de terapia familiar/ Salvador Minuchin, S. Charles Fishman; tradução Claudine Kinsch, Maria Efigênci F.R. Maia. Porto Alegre: Artmed, 1990. 22) PANKOW, G. Estrutura familiar e psicose. Buenos Aires: Paidós, 1979.

Atendimento psicoterapêutico familiar

“Cada doido com sua Família”

Este foi um ato falho que surgiu durante os diálogos enquanto se escrevia este artigo. Pela singularidade das formações do inconsciente que denunciam a verdade do desejo, resolveu-se iniciar a escrita por ele, uma vez que aponta uma história do serviço de Família que compõe o programa de Extensão da Universidade Federal do Espírito Santo- UFES “Cada Doido com sua Mania” (CDSM) que trabalha com atendimentos clínicos e na formação de extensionistas, capacitando-os a atuarem no campo da saúde mental. Suas ações são desenvolvidas no Centro de Atenção Continuada à Infância, Adolescência e Adulto (CACIA), localizado no Campus das Ciências da Saúde, em Maruípe, Vitória, ES.

O CDSM/CACIA, além de oferecer um serviço para a comunidade universitária, tem mantido desde 1º de fevereiro de 2001 uma importante parceria com a Secretaria Estadual de Saúde (SESA) recebendo, tratando crianças, jovens até dezoito anos e suas famílias encaminhadas pelo Hospital Estadual Infantil Nossa Senhora da Glória (HEINSG). Por isso, o Programa tem a cessão parcial de vínculo de duas psicólogas da SESA/ HEINSG. Até 30 de setembro de 2014, uma delas era cedida integralmente ao Programa.

O percurso do paciente no programa CDSM, tal como está estruturado, ocorre desde o encaminhamento pelo profissional do hospital que também atua no CDSM/CACIA e, quando se trata da comunidade universitária, esta demanda chega pela equipe psicossocial do Departamento de Assistência Social-DAS, registrada pelo email agendamento.cacia@gmail.com ou, ainda, espontaneamente. Segue, então, sua inserção nos serviços (Acolhimento, Referenciamento, Oficinas Terapêuticas, Atendimento Familiar e Atendimento Individual) que são construídos, caso por caso, nos projetos terapêuticos individuais (PTI), discutidos em equipe interdisciplinar. Isso promove um impacto técnico-científico e sociopessoal importante na formação do aluno e uma clínica responsável à população, dentro dos parâmetros da política nacional de saúde mental do Ministério da Saúde.

No serviço de Referenciamento, realiza-se o exame psíquico do paciente, juntamente com a anamnese. As histórias dos pacientes acolhidos são apresentadas durante a reunião clínica,

Tânia Mara Alves Prates, Rita Eloah de Araujo Pena, Eneida von Eckhardt, Vera Rezende Vieira, Elisabeth Felipe Martins da Costa, Amanda Dalvi Trancoso, Ângela Pimentel Pinheiro Cunha, Eduarda Furieri Godoy, Jade Carvalho da Silva, Larissa Lopes Aledi, Maria Cristina Ferreira de Souza, Mariany Reinholz Corteletti, Renata Nascimento Pozzatto, Stéfani Siqueira Rodrigues, Thaycila Rodrigues de Oliveira, Yasmim dos Santos Coelho.

durante a análise do primeiro projeto terapêutico. Constando o atendimento familiar, este é agendado pelo coordenador do serviço, que fará cada atendimento junto a um aluno. São aceitos alunos a partir do sexto período do curso de Psicologia ou Medicina, estes necessitam participar do grupo de estudos de família -que tem o objetivo de prepará-lo para esta intervenção- como requisito mínimo de estudo seis meses e integrar a supervisão clínica.

O sofrimento psíquico de um membro familiar tende a circular entre todos os outros membros. Do HEINSG, onde são acolhidos por uma psicóloga da parceria (CDSM-SESA) e agendadas para o serviço de Referenciamento, crianças e adolescentes com demandas de tentativa de suicídio, psicoses, anorexia/bulimia, depressões, risco social, doenças psicossomáticas, inadaptação social, as mais variadas dificuldades de aprendizagem, longas internações e doenças crônicas. No caso dos encaminhamentos dos servidores da universidade, alunos e dependentes, as demandas se referem, mais frequentemente, aos transtornos psíquicos, cujo sofrimento de um membro da família gera tensão, estimula sentimentos de impotência e produz angústia, desorganizando-a, modificando toda a sua dinâmica e suas relações.

No atendimento psicoterapêutico os membros da família são chamados a compreender as suas implicações no sintoma daquela criança/adolescente que se acolheu como o depositário da disfunção familiar. Não se focaliza ou privilegia nenhum membro da família. O foco central é o funcionamento, a dinâmica (como cada um se relaciona com o sintoma), o modo com o qual se posicionam em relação ao conflito, buscando promover mudanças e re-significações.

Outro aporte do Serviço de Família é o Grupo de Pais. Enquanto os familiares aguardam a realização das oficinas terapêuticas na sala de espera, eles são atendidos por profissionais e extensionistas. Utiliza-se uma escuta livre sobre as questões que são trazidas espontaneamente e orientados pelos fundamentos de grupos operativos. Observou-se que esta escuta é importante no tratamento porque auxilia nas elaborações das questões das histórias e papéis familiares, na elucidação de sintomas e às expectativas quanto ao tratamento proposto, melhorando a adesão ao tratamento. Os principais analisadores levantados ao longo de seis anos de experiência e que puderam ser tratados com expectativa de melhora, são: riscos sociais, fragmentação dos laços familiares, novas configurações familiares, falta de potência das funções parentais que sofrem suplência pelas gerações dos avós, intervenção preventiva no momento da constituição psíquica, dificuldades de aprendizagem, doenças psicossomáticas na infância, consequência de longos tratamentos e ou hospitalizações, transtornos de conduta e de desenvolvimento. Portanto, é um recurso de tratamento que tem se demonstrado eficaz na proposta terapêutica do CDSM-CACIA e colabora apontando decisões sobre a discussão do tratamento. Propõe uma reflexão sobre os efeitos dos atendimentos na implicação ao tratamento, na elaboração dos enredos e papéis familiares mais a implicação destes na situação clínica do paciente. Junto às oficinas terapêuticas, proporcionam uma dinâmica importante no percurso dos pacientes. Aos extensionistas, o atendimento familiar, o grupo de pais, oferecem uma experiência que, certamente, os capacitaram para uma prática eficaz

em saúde mental, em todos os espaços públicos ou privados possíveis de atuação profissional, pois os espaços oferecidos pelo CDSM/CACIA oferecem a oportunidade da experiência supervisionada e a possibilidade prática de entender o contexto no qual o paciente vive e expressa o sintoma. Reconhecendo a família como uma unidade de cuidado, é a partir da sua inserção no projeto terapêutico que ela será implicada no processo, como agente ativo de transformação. Esta é uma condição fundamental na adesão ao tratamento.

Juntos, o profissional e o extensionista oferecem à comunidade um serviço de qualidade, de difícil acesso na rede pública, garantindo acesso principalmente àquelas famílias de baixa renda.

No decorrer das atividades do programa, alunos e profissionais participam de capacitações por meio de execução das oficinas terapêuticas de modelagem, contos, pintura, imaginação, expressão e músicas e letras. Esta experiência impacta a formação do aluno, no sentido de prepará-los para desenvolver esses recursos terapêuticos na rede pública, em consonância com as políticas de saúde preconizadas pelo SUS. Tais práticas, junto ao atendimento familiar, compõem os programas de assistência no campo da saúde mental, tais como os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, além da rede privada.

Considerando a extensão como via de interação entre a universidade e sociedade, o serviço contempla a operacionalização da relação entre teoria e prática.

Ao priorizar um modelo orientado na autogestão e na horizontalidade, o CDSM-CACIA incentiva os alunos a novos conhecimentos e a novos projetos, a partir do seu desejo e comprometimento na questão da saúde mental

Pensando a interdisciplinaridade como um aprimoramento da concepção ampliada do portador do sofrimento mental, o programa está aberto a todos os campos de graduação dentro da universidade, embora sejam mais frequentados pelos alunos do curso de Psicologia e Medicina.

Nos anos de 2013 e 2014, foram realizados cento e cinquenta e quatro com o atendimentos no serviço de família, sendo que, no ano de 2013 ocorreu um total de um de 10 (dez) atendimentos, nos quais foram atendidas 20 (vinte) pessoas entre zero a quinze anos e de 31 a 50 anos, sendo 08 (oito) atendimentos para pacientes masculinos e 09 (nove) para pacientes femininos. Quanto aos grupos de pais, apoio importante ao serviço de família e às oficinas terapêuticas, em 21 (vinte e um) agendamentos de atendimento, 14 (quatorze) pessoas foram atendidas, entre 26 e 45 anos (vinte e seis e quarenta e cinco anos), sendo apenas 02 (dois) atendimentos para homens e 12 (doze) atendimentos para mulheres.

No ano de 2014 foram realizados um total de 10 (dez) atendimentos, que abarcou 25 (vinte) pessoas entre zero a quinze anos e de 31 a 50 anos, sendo 12 (doze) atendimentos para pacientes masculinos e 13 (treze) para pacientes femininos. Quanto ao grupo de pais, os familiares atendidos tinham entre 16 (dezesesseis) e 60 (sessenta) anos, todos oriundos da parceria da SESA, sendo apenas 04 (quatro) atendimentos para homens e 21 (vinte e um) atendimentos para mulheres.

Assim, pode-se afirmar que o CDSM-CACIA, um programa estruturado ao

longo de trinta e um anos, vem realizando ações em saúde mental por meio de projetos coletivos, que produzem conhecimento, forma trabalhadores em saúde mental, proporciona recursos e intervenções capazes de promover mudanças no devir das famílias, demonstrando efeitos valiosos no sentido de atenuar sofrimentos e devolver à sociedade cidadãos mais saudáveis, mais protegidos de situações de risco pessoais/ sociais e seus agravamentos.

Com objetivo de analisar, discutir e refletir sobre as relações disfuncionais de família, a extensão é um dos espaços que propicia a realização de projetos acadêmicos de caráter interdisciplinar, trocas entre áreas distintas do conhecimento na construção de um trabalho coletivo, o que contribui para uma nova forma de fazer ciência.

Cada um com sua família, cada doido com sua família, Cada Doido cuidando da família, Cada Doido com sua Mania!

REFERÊNCIAS

- BERENSTEIN, I. Família y enfermedad mental. Buenos Aires: Paidós, 1994.
- BRASILIENSE, E. Atendimento a famílias psicóticas e tóxico-dependentes. Violência familiar. Belo Horizonte: Crescent – Centro de estudos e terapia da família, 2002.
- CERVENY, Ceneide M.O., org. Família e... São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.
- COHEN, R. H. P. A lógica do fracasso escolar: psicanálise e educação. Rio de Janeiro: Contra capa, 2006.
- DALGALARRONDO, P. Psicopatologia e Semiologia dos transtornos mentais. Porto Alegre: Artmed, 2008, 2ªed.
- DRUMMOND, C. A angústia da criança. In: Revista do Encontro dos Núcleos da Nova Rede CEREDA no Brasil – A angústia e seus efeitos na criança. Salvador: EBP, 2012.
- GEISSMANN, C. P. A criança e sua psicose. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.
- MANNONI, M. A primeira entrevista em Psicanálise. Rio de Janeiro: Campus. 1982.
- MINUCHIN, Salvador. Técnicas de terapia familiar/ Salvador Minuchin, S. Charles Fishman; tradução Claudine Kinsch, Maria Efigênia F.R. Maia. Porto Alegre: Artmed, 1990.
- MONTEIRO, R.F. Técnicas Fundamentais do Psicodrama. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- a)____. Jogos dramáticos. São Paulo: Agora, 1994.
- MUNHOZ, Maria Luiza Puglise, VITALE, Maria Amalia Faller (orgs); DUARTE, Alda Cristina... [et al.].Terapia Familiar em pesquisa: novas contribuições -São Paulo: Roca,2012.

Modos de ensinar e aprender geografia:Narrativas, memórias e saberes-fazeres docentes

O Projeto de Extensão “Assim se ensina Geografia: narrativas de saberes e fazeres docentes”, se refere a um projeto desenvolvido pela disciplina Estágio Supervisionado I de Geografia, sob coordenação do Professor Dr. Vilmar José Borges. Trata-se de um projeto acadêmico, que devido ao sucesso alcançado nas versões anteriores, já encontra-se em sua nona versão e que procura, a exemplo das versões anteriores, associar atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão. Por estar vinculado à disciplina Estágio Supervisionado I – Geografia, conta com a participação dos alunos estagiários que, utilizando-se da metodologia de pesquisa da História Oral Temática (BOM MEIHY, 1996), entrevistam professores atuantes nas redes de ensino pública e privada da região da Grande Vitória, coletando narrativas acerca de estratégias didáticas alternativas de ensino, implementadas no cotidiano da sala de aula. A partir das transcrições das entrevistas, os alunos elaboram Pôsteres que são expostos no saguão térreo do Bloco IC-IV, no intuito de socializar, as diferentes experiências metodológicas obtidas com a realização das respectivas entrevistas.

Portanto, é objetivo geral do presente projeto contribuir para uma possível aproximação Universidade-Escolas do Ensino Fundamental e Médio, socializando reflexões acerca de alternativas metodológicas de ensino-aprendizagem desenvolvidas e implementadas no cotidiano da sala de aula e narradas por professores, como positivas, no desenvolvimento de suas respectivas funções. Especificamente, objetiva-se criar espaço que possibilitasse aos licenciandos reflexões críticas acerca de práticas pedagógicas desenvolvidas e/ou adaptadas na realidade escolar; dar retorno, como contrapartida da Universidade, aos professores colaboradores e às escolas Parceiras na realização das atividades do Estágio Supervisionado; desmistificar, junto aos participantes a falsa idéia de que a atividade docente só se efetiva no espaço da sala de aula; proporcionar aos estudantes da Universidade a oportunidade de se envolverem no processo de sua aprendizagem como elementos ativos na construção do seu conhecimento. Se propõe, também, realizar o intercâmbio de produção cognitiva e de demandas do saber entre os professores e alunos dos diversos segmentos de ensino e, ainda, possibilitar experiências

Vilmar José Borges, Professor do Centro de Educação da UFES. Doutor em Educação e coordenador do Projeto;
Carolyni Carqueno Silva Santos, Graduada em Geografia – UFES. Bolsista de Extensão PROEX-UFES

pedagógicas e reflexões críticas sobre a produção teórico-metodológica produzida na academia para professores da educação básica.

Nesse sentido, considerando que também é objetivo da disciplina Estágio Supervisionado I - Geografia, oferecer aos licenciandos oportunidades de vivenciar experiências pedagógicas tanto no campo do ensino, quanto da pesquisa e da extensão, além das atividades técnico-burocráticas administrativas, busca-se, com a implementação do presente Projeto, envolver os alunos estagiários, desde a fase de concepção do projeto, passando por sua preparação, organização e execução.

Assim, na perseguição dos objetivos do projeto e em consonância com os objetivos da disciplina Estágio Supervisionado I – Geografia, em um primeiro momento e visando a obtenção de um embasamento teórico-metodológico, são desenvolvidas leituras bibliográficas e reflexões acerca da formação e ação docente e, também, abordando questões sobre a pesquisa educacional. Nesse contexto, elege-se, como metodologia de pesquisa, os pressupostos da História Oral Temática (BOM MEIHY, 1996).

A opção pela abordagem metodológica da história oral se justifica tendo em vista que a mesma visa, conforme bem explicita Bom Meihy (1996) documentar o não documentado, uma vez que a História Oral, conforme enfatiza o referido autor, “é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à vida social de pessoas” (BOM MEIHY, 1996, p.13).

A História Oral por se apresentar como uma forma do fazer histórico e estar intimamente relacionada com os acontecimentos do tempo presente, possibilita o resgate de diferentes interpretações acerca da História vivida, constituindo-se em uma forma democrática e possibilitando ao pesquisador o contato com os atores sociais e suas lembranças, esquecimentos, ressentimentos e sentimentos (POLLAK, 1992; ROUSSO, 1998).

Assim, após as reflexões e debates acerca do arcabouço teórico-metodológico, os alunos estagiários devem ir “a campo”, propriamente dito, buscando contactar professores atuantes nas redes de ensino público e/ou privado da região da Grande Vitória. Nesse contato, expõem os objetivos do trabalho, diagnosticam se os professores contactados possuem algum relato de experiência, envolvendo atividades práticas de ensino e, também se estão dispostos a concederem entrevistas narrando suas respectivas experiências. Com a aquiescência de tais professores, são agendadas e realizadas as entrevistas, seguindo um roteiro semi-estruturado e versando sobre alternativas metodológicas de ensino, implementadas e validadas no cotidiano escolar. Uma vez realizadas e transcritas as entrevistas com as narrativas dos professores, os alunos estagiários entram novamente em contato com os referidos professores, levando a transcrição da entrevista para que os mesmos confirmem. Nesse momento, os professores colaboradores são informados sobre a possibilidade de acrescentar e/ou suprimir trechos e expressões. Após a conferência da entrevista transcrita, os estagiários solicitam a concessão, mediante carta cessão, dos direitos de uso das mesmas.

Vencida esta etapa da pesquisa e em posse das transcrições das narrativas orais dos professores entrevistados, o desafio os alunos estagiários passa a ser o

de apropriarem-se das mesmas, transformando os relatos em Pôsteres, no intuito de dar ampla visibilidade e divulgação das práticas de ensino narradas. Para tanto, após leitura das entrevistas transcritas, os estagiários devem propor um título para o Pôster, que contemple a metodologia de ensino a ser divulgada. Além do título, também são destacados nos respectivos pôsteres: os objetivos almejados com a implementação da metodologia, bem como os passos e procedimentos das metodologias narradas.

Em sua nona versão, foram confeccionados um total de 25 (vinte e cinco) Pôsteres. Todos foram impressos em formato banner, medindo 0,90 x 1,20 metros. Os estagiários foram orientados a confeccionarem os Pôsteres com figuras e imagens, tornando-os atrativos para os visitantes. Assim, houve uma exposição dos Pôsteres no saguão térreo do Prédio IC-IV, aberta ao público interno e externo da Universidade dando ampla visibilidade das diferentes alternativas de ensino narradas.

Conforme previsto, no segundo momento realizamos a montagem e divulgação de oficinas pedagógicas. Nesse momento, objetivamos a apropriação e o desenvolvimento das metodologias de ensino narradas pelos professores colaboradores, agora com adequação das mesmas à algum conteúdo específico da área de ensino de Geografia para o ensino fundamental e médio.

A opção pela adoção do trabalho por esta metodologia alternativa de ensino se prendeu ao fato de entendermos a oficina pedagógica como uma metodologia de trabalho em grupo, caracterizada pela “construção coletiva de um saber, de análise da realidade, de confrontação e intercâmbio de experiências” (CANDAU, 1999, p.23), onde o saber não se constitui apenas no resultado final do processo de aprendizagem, mas também no processo de construção do conhecimento.

Para tanto, o grupo de alunos matriculados na disciplina Estágio Supervisionado I foi dividido em seis grupos, compostos por três a cinco estagiários. Cada grupo planejou uma oficina pedagógica associada à uma das metodologias de ensino expostas pelos pôsteres. Foram ofertadas, nesta etapa, seis oficinas pedagógicas, que, inicialmente desenvolvidas para/pelos próprios alunos estagiários, extensivas aos professores que concederam as entrevistas, caracterizando-se como um momento de exercício docente e de testagem das dinâmicas e técnicas envolvidas.

A implementação das oficinas possibilitou, também, não cair na simplificação de apenas executar o mero registro e divulgação de experiências metodológicas de ensino, com suas respectivas gravações, almejamos, também, o exercício de experimentar, na prática, com a implementação das metodologias narradas, atentando-nos, assim, para o fato de que “para se fazer um trabalho de história oral não basta alguém munido de gravador e ter um ou mais depoentes dispostos a dar entrevistas” (BOM MEIHY, 1996: 51).

A avaliação do evento foi realizada em momentos diferenciados. Em um primeiro momento, realizou-se uma avaliação processual, quando foram coletados depoimentos orais dos alunos estagiários envolvidos no projeto. Ao compararmos as expectativas e mesmo resistências discentes iniciais e os depoimentos (escritos e registrados nas Pastas Finais do Estágio Supervisionado I), ao final do semestre

letivo, podemos concluir que o saldo foi extremamente positivo, pois o planejamento e execução do evento possibilitaram aos licenciandos vivenciarem, na prática, momentos que envolveram o tripé de sustentação da Universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Vale ressaltar, também que em um outro momento, durante a exposição dos Pôsteres, utilizando-se do recurso avaliativo do “Painel Integrado”, foi possível constatar-se a validade da atividade, obtendo afirmações acerca da criatividade e importância da atividade desenvolvida.

Ao final do semestre letivo, todos os estagiários enviam para o coordenador, em arquivo eletrônico, cópia do Pôster confeccionado e exposto, bem como do Plano didático da Oficina Pedagógica elaborada e implementada. Todos os arquivos são gravados em CD-Rom e, uma cópia dos mesmos são entregues para os professores que participaram, como colaboradores do projeto.

REFERÊNCIAS

- NDRÉ, Marli. Pesquisa, formação e prática docente. In: ANDRÉ, M. (Org.). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas-SP: Papirus, 2001. p. 55-69. ARROYO, M. G. Ofício de mestre: imagens e auto-imagens. Petrópolis: Vozes, 2000
- BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: Magia e Técnica, Arte e Política. Obras Escolhidas. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.197-221
- BOM MEIHY, José Carlos S. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 1996
- BORGES, Vilmar José. Modos de realizar Estágio Curricular Supervisionado em Geografia: vozes de professores supervisores e professores parceiros na Região Sudeste (Brasil). Araraquara-SP: UNESP, 2012 (Doutorado em Educação Escolar)
- CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.). Ensino de Geografia. Práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Editora Mediação, 2000
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia, Escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papirus, 1998.
- FAZENDA, I. C. A. O papel do estágio nos cursos de formação de professores. In: FAZENDA, I. C.A. e PICONEZ, S. C.B. (coord.). A Prática de Ensino e o estágio supervisionado. 19. ed. Campinas-SP: Papirus, 2010. pp.47-56. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIROUX, H. A. Cruzando as fronteiras do discurso educacional, novas políticas em educação. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- GIROUX, H. A.. Os professores como intelectuais. Porto Alegre: Artmed, 1997
- LARROSA, Jorge e outras. Déjame que te cuente. Ensayos sobre narrativa y Educación. Barcelona: Laertes Editora, 1995.
- NÓVOA, A. Profissão professor. Lisboa: Porto, 1995.
- PIMENTA, Selma Garrido. O Estágio na Formação de Professores. Unidade Teoria e Prática? 9. ed. São Paulo: Cortez, 2010. POLLAK, Michel. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-215.
- ROUSSO, Henri. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (coord.). Usos e Abusos da História oral. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SANTOS, S. M. e ARAÚJO, O. R. de. História Oral: Vozes, narrativas e textos. Cadernos de História da Educação.

Uberlândia-MG: EDUFU, n. 6, jan/dez, 2007, pp.191-201

SHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A (Org.). Os professores e sua formação.

Lisboa: Dom Quixote, 1992

Incubadora de Economia Solidária: Uma análise crítica a partir das experiências desenvolvidas com os grupos de agricultores familiares camponeses do ES

Professor Dr. André A. Michelato Ghizelini, Coordenador do Projeto de Extensão Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária da UFES.
Contato: andremichelato@gmail.com

A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária da UFES (ITEESUFES), em parceria com o CNPQ, desde fevereiro de 2014, vem desenvolvendo atividades de pesquisa e extensão com 4 grupos de agricultores de base familiar, sendo dos respectivos grupos e municípios: Barraca Camponesa Agroecológica na UFES e Cesta Camponesa de Alimentos, de Domingos Martins e Santa Maria de Jetibá; Mercado Popular de Alimentos de São Gabriel da Palha; e por fim a Certificadora Participativa de Alimentos Agroecológicos, que estará presente nos 3 municípios. Vale destacar que a parceria da ITEES-UFES é com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), de forma que as ações realizadas nestes 4 grupos poderão servir de referencial para que em outros municípios e grupos em que o MPA esteja presente, possa auxiliá-los da experiência realizada, assim como fomentar novos grupos e experiências.

A Incubadora atua de forma indissociável e interdisciplinarmente com ensino, a pesquisa e a extensão, pois as ações do projeto tem dialogado com as disciplinas de sociologia da questão agrária (Departamento de Ciências Sociais), geografia agrária (Departamento de Geografia), sociologia do alimento (Departamento de Ciências Sociais) e com o conjunto das disciplinas do Curso de Graduação de Educação do Campo, pois vale destacar que do total de 8 bolsistas do projeto, 01 é do curso de Ciências Sociais, 02 são do Curso de Geografia, e 04 bolsistas são do Curso de Educação do Campo, que ingressaram após entrarem no projeto enquanto bolsistas de ensino médio. Vale destacar, que além das disciplinas regulares e do ambiente institucional dos cursos de graduação, o projeto tem desenvolvido grupo de estudo, com o objetivo de articular, através de temas geradores, os conhecimentos de cada área com as ações do projeto. Para tanto, o projeto tem se colocado enquanto um projeto de pesquisa e extensão, pois além de realizar assessoria aos grupos de agricultores alvo do projeto, também se dedica a levantar dados, monitorar e sistematizar as experiências, de forma a compreender em que medida estes atores sociais tem produzido as condições para a sustentação e reprodução destes grupos.

Diferentemente do processo de assessoramento para a organização de empreendimentos unicamente com o foco no processo comercialização, este projeto tem se inserido em processos sociais e organizativos de movimentos sociais do campo, com o objetivo de contribuir para a construção de experiências econômicas, de comercialização através de circuitos curtos e da agroecologia, mas que estejam alicerçados em processos coletivos pautados com a perspectiva da crítica e do olhar propositivo de outras formas de organização social, repensando os processos de sociabilidade produzidos pelo capitalismo e pela democracia organizada pelo capital.

Neste contexto, vale destacar que a ITEES-UFES não considera a economia solidária enquanto uma alternativa, enquanto uma proposta de reforma ou ainda, uma proposição de economia para os “menores”, para a pobreza, para os excluídos serem incluídos no sistema capitalista, sendo que a Incubadora tem se afirmado enquanto um projeto que tem como premissa desenvolver ações e estabelecer parcerias que reafirmam a economia solidária enquanto uma outra forma de sociabilidade, não pautada e pactuada com o modo capitalista e com uma democracia centralizada, mas sim, com um projeto de sociedade que garanta a democratização efetiva do acesso aos bens públicos/coletivos e aos direitos civis fundamentais (saúde, moradia, educação, segurança, alimentação, cultura, trabalho, renda).

Desta forma, a economia solidária na ITEES-UFES não será entendida como ações compensatórias ou ações de inclusão produtiva a um sistema que tem seu modo de organização fundado no processo de exploração, através de estratégias como: a terceirização; o trabalho não formal; a precarização das condições de trabalho; os altos custos peracionais em comparação com as grandes indústrias e processadoras; o processo de comercialização integrado a grandes conglomerados supermercadistas; a desigualdade imposta pela legislação sanitária e fiscal aos pequenos grupos produtivos, que atrelada ao capital, reforça o processo de exclusão a partir de uma base técnico-científica capitalista; a ausência de assessoramento técnico; entre outros fatores que impõe aos grupos desta dita economia dos “pequenos”, um modo de produção que para além de tirá-los do processo de exclusão social e econômica, os colocam numa condição ainda mais intensa de informalidade e precariedade das condições de trabalho e de exploração diante do mercado consumidor. No entanto, não há como imaginar que possamos reconstruir todo o processo econômico e social, para aí sim, retirada estas condições de exploração, possibilitar aos indivíduos e suas coletividades, outras formas de trabalho, agora, humanizado. Desta forma, as estratégias que a ITEES-UFES tem se proposto a dialogar com os grupos assessorados e pesquisados, tem a perspectiva de construir experiências pautadas na busca da maior autonomia possível para os trabalhadores e para a organização produtiva. Autonomia esta, que passa: pelo processo de compra dos insumos, buscando a redução e fim do uso de insumos químicos na produção de alimentos, compra coletiva de embalagens, etc; pelo processo de organização coletiva, onde os agricultores se organizam coletivamente para desenvolver mecanismos de gestão da produção, comercialização e gestão do processo produtivo; mas fundamentalmente, passa pelo processo de organização política, pois a partir da afirmação de um projeto político

coletivo, de um projeto de sociedade, de campo-cidade, se reafirmam enquanto atores sociais, se reconhecem enquanto atores e passam a ser reconhecidos, agora não mais enquanto agricultores isolados, individuados e reprodutores da lógica produtivista do capital, mas enquanto atores políticos no debate sobre o processo de organização social.

Desta forma, mais do que o processo de produção e beneficiamento de alimentos, estes grupos de agricultores tem avançado na construção de processos que aproximem quem produz de quem consome, eliminando os atravessadores, mas principalmente, produzindo relações de reciprocidade, econômica e política, reconhecimento e de sociabilidade, que vão para além da relação pactuada pela mercadoria e pelo valor de troca. Passam então a se apresentar enquanto atores que participam, se reconhecem e são reconhecidos no processo de disputa e luta de classes posta no processo da relação capital-trabalho. Isso tem demonstrado um grande avanço para que estes grupos se afirmem enquanto grupos organizados, mas não apenas, mas enquanto grupos que se afirmam a partir de um projeto, e um projeto que se contrapõe ao processo de instrumentalização, racionalização e mercantilização da condição de trabalhador, agricultor e camponês. Assim, reafirmar-se antagonicamente diante do capitalismo, não será apenas uma afirmação de disputa, mas será sim a reafirmação de um projeto de vida que se contrapõe a um modo de produção que tem transformado o modo de se fazer agricultura em um instrumento de reprodução do capital, pois deixa aos agricultores a função de operacionalizar pacotes tecnológicos e científicos, que atrelados ao crédito e a complexos agroindustriais, se tornam operários do capital. Assim, será a partir de um projeto de organização coletiva, pautados por um projeto de produção que articule a agroecologia com a aproximação entre produção e consumo, através de circuitos curtos de comercialização, que a ITEES-UFES, em parceria com o MPA, busca contribuir, além do debate e da mudança efetiva nas condições de renda dos agricultores e suas organizações, busca contribuir para que possam avançar no desvelar das relações que o capitalismo propicia e produz nas relações de produção.

O Projeto nestes quase dois anos, tem permitido que alunos de graduação, dos mais variados cursos, tenham contato e acessado os agricultores que estão semanalmente na organização da Barraca Camponesa de Alimentos Agroecológicos na UFES, e desta forma, esta relação tem sido espaço para a produção de diálogos permanentes que tem possibilitado a produção de monografias, pesquisas e projetos de extensão. No entanto, atualmente não é possível mensurar quais e onde estes estão sendo realizados, no entanto, tanto o relato dos agricultores, como a nossa observação dos grupos de bolsistas e pesquisadores, nos revela que a entrada do Movimento dos Pequenos Agricultores no campus de Goiabeiras, tem permitido essa aproximação e inter-relação permanente entre estudantes, grupos de pesquisa e extensão e agricultores.

Um dos principais resultados acadêmicos alcançados até o momento do projeto, foi a entrada de 4 bolsistas da Incubadora, que são agricultores dos grupos assessorados, e um coordenador Estadual do MPA, como calouros do Curso de

Educação do Campo na UFES/Campus Goiabeiras, pois esse processo de aproximação, permitiu um certo desvendar de como funciona e como é a UFES, desmistificando, e possibilitando sua aproximação para tentarem o vestibular, o que se efetivou nas entradas de 2014 e 2015. No que se refere a produção dos bolsistas de Geografia e Ciências Sociais, atualmente dos 3 bolsistas (01 PIBEXT e os outros 02 CNPQ), um está realizando sua monografia de uma parte da pesquisa mais ampla do projeto financiado pelo CNPQ e os outros tem iniciado a elaboração de artigos para serem apresentados em congressos e encontros.

Durante o projeto já realizamos 4 processos de formação, todos cadastrados como evento de extensão, e mais de 200 horas de assessoria técnica, além de reuniões de planejamento e avaliação, como também a participação em atividades internas dos grupos assessorados e do MPA, além das atividades de pesquisa que está em andamento, mas que neste momento tem sido de coletar dados e sistematizar as experiências. A produção de materiais, informativos e didáticos, tem se dado em função do processo de assessoramento realizado pela Incubadora, que identificando as fragilidades, sugere e produz materiais que tem sido utilizados tanto para os agricultores, como para os consumidores. Além dos materiais, ainda existe um banco de fotos e audiovisuais, que posteriormente servirão como material para a produção de pequenos vídeos informativos. Historicamente o papel da Incubadora é permitir que os grupos assessorados conquistem sua autonomia diante deste processo de incubagem. Sendo assim, principalmente, os grupos da Barraca e da Cesta Camponesa, que iniciaram suas atividades a partir da provocação realizada por estudantes e professores no ano de 2011 quando aceitaram iniciar suas atividades dentro do campus de Goiabeiras, e que de 2011 até início de 2015, tiveram o apoio e assessoria permanente e próxima por parte deste grupo de estudantes e professores. No entanto, a partir de 2015, estes grupos já não necessitam do suporte político e técnico que estudantes e professores realizavam anteriormente, apenas um acompanhamento e monitoramento das atividades realizadas, de forma a contribuir com os processos de reflexão, avaliação e replanejamento das atividades.

LABORATÓRIO DE ESTUDOS TERRITORIAIS – LATERRA

Sebastião Rafael Inacio da Cruz,
Graduando em Geografia pela Universidade
Federal do Espírito Santo
Simone Raquel Batista Ferreira, Professora
na Universidade Federal do Espírito Santo

O Laboratório de Estudos Territoriais (LATERRA) constitui-se como uma proposta de Programa de Extensão interdisciplinar nascida em meados de 2014 de um grupo de docentes dos departamentos de Geografia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), com o objetivo de interrelacionar alguns projetos de extensão que já vinham sendo desenvolvidos junto a comunidades camponesas e tradicionais, como:

- 1) Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA);
- 2) Grupo de Estudos e Pesquisa Territorialidades Tradicionais;
- 3) Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEA);
- 4) Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária (ITEES),
- 5) Grupo de Estudos Espaço e Capital;
- 6) Grupo de estudos da Questão do Alimento (GEQA).

Dentre as atividades desempenhadas pelos projetos, correlacionam-se, respectivamente:

1) Acompanhamento e registro de informações sobre os conflitos no campo do estado do Espírito Santo. Projeto de cooperação com a Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) - campus Presidente Prudente (SP) e a Cátedra UNESCO de Educação do Campo, onde o OCCA colabora na alimentação do Banco de Dados DATALUTA/ NERA, que monitora e mapeia os conflitos no campo com as universidades parceiras e seus respectivos estados.

2) Também se vincula ao OCCA o Grupo de Pesquisa Territorialidades Tradicionais - projeto de pesquisa registrado na PRPPG e no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Simone Raquel Batista Ferreira (Geografia), que desempenha estudos teóricos e trabalhos empíricos junto a comunidades tradicionais, com o uso da metodologia da Cartografia Social e da História Oral, amparando a produção de relatórios técnicos e artigos desenvolvidos pelo grupo. Este grupo objetiva problematizar e desconstruir o imaginário e o pensamento colonial, descortinando outros modos de vida que se contrapõem ao hegemônico e estabelecendo novos olhares e registros a respeito dos mesmos. Ou seja, produzir a visibilidade

e garantir a manutenção da vida desses sujeitos de direitos em seus respectivos territórios. O grupo iniciou suas atividades em maio de 2013, sendo o primeiro momento somente de estudos teóricos, e o segundo, de estudo, pesquisa e extensão.

3) O Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia (NEPEA), coordenado pelo Prof. Msc. João Carlos Saldanha do Nascimento, iniciou suas atividades em 2010 e propõe a qualificação a formação de professores, pesquisadores, estudantes, técnicos de organizações governamentais e não governamentais e agricultores familiares em agroecologia, considerando os princípios e objetivos da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). Ao mesmo tempo, objetiva proporcionar momentos de acompanhamento de ações das organizações de Assistência Técnica da Extensão Rural (ATER) para agricultura familiar, visando a formação extracurricular de estudantes nos processos de construção do conhecimento agroecológico através da integração dos saberes acadêmicos e extra acadêmicos. Tais atividades são realizadas conjuntamente com comunidades camponesas do estado do Espírito Santo.

4) A Incubadora Tecnológica de Empreendimentos de Economia Solidária (ITEES-UFES) é um Projeto de Extensão atuante desde 2008 com objetivo de oferecer assessoria técnica e formação político-pedagógica a Empreendimentos de Economia Solidária (EESs) localizados na Grande Vitória, intermediando as demandas dos empreendimentos com as competências técnicas da universidade. Os empreendimentos de economia solidária (EESs) surgem como uma expressão produtiva de seus associados, com o objetivo de melhorar suas condições de existência. A renda dos empreendimentos é correspondente à renda familiar dos trabalhadores. A existência deste projeto é justificada pela necessidade de capacitação dos trabalhadores dos empreendimentos, com o intuito de tornar os EESs economicamente viáveis, assegurando autonomia, independência financeira aos seus membros e contribuindo para o desenvolvimento social das comunidades nas quais estão inseridos. No cerne dos EESs está o princípio da solidariedade, uma vez que o êxito individual depende do êxito do grupo. Esse princípio da solidariedade se dá em vários níveis: entre os membros do empreendimento; entre estes e a comunidade em que estão inseridos; entre o empreendimento e clientes e fornecedores, através da prática do comércio justo na cadeia de valor no qual está inserido; entre a cadeia de valor, a sociedade e futuras gerações, seguindo os valores de sustentabilidade ambiental. Também pode ser ponderado o seu potencial de formação de cidadãos aptos a atuarem na transformação político social do país, em prol do bem comum desta geração e de gerações futuras. Como contribuições acadêmicas, o projeto permite estudar organizações produtivas auto geridas. As organizações envolvidas neste projeto não têm hierarquia e as relações são de cooperação e solidariedade. As categorias de conflitos surgidos são outras, assim como os processos de resolução de problemas. Estas características da autogestão são registradas numa base de meta dados dos processos de incubação para estudo acadêmico.

Dessa forma, são executados trabalhos colaborativos em parceria com o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) do Espírito Santo, tais como a organização

da Barraca Agroecológica (que acontece às quartas-feiras, no IC II) e a comercialização/ distribuição de cestas de alimentos agroecológicos para a comunidade interna e externa à universidade. Essas atividades aproximam a universidade desse importante movimento social do campo, através de reflexões conjuntas e atuações práticas que buscam fortalecer a produção camponesa de alimentos agroecológicos; o debate acerca do uso de agrotóxicos (fortalecimento da campanha contra o uso de agrotóxicos - “Agrotóxico Mata”); a promoção do diálogo entre os saberes acadêmicos e camponeses/populares; contribuindo com o desenvolvimento social, crítico e cidadão dos estudantes.

5) O Grupo de Estudo Capital e Espaço é coordenado pelo Prof. Msc. Mauricio Sogame (Geografia) e realiza estudos teóricos orientados pela temática da Geografia Econômica, sobre a produção do espaço pelo capital. Inicialmente, foi estudado o primeiro capítulo do livro *O Capital*, de Karl Marx, e os capítulos 3, 4 e 5 de *A Produção Capitalista do Espaço*, de David Harvey. Amparou-se também em estudos sobre a legislação brasileira e estadual referente à construção de portos e empreendimentos portuários. O grupo iniciou suas atividades no segundo semestre de 2013 e é composto por estudantes de graduação dos cursos de Geografia e Ciências Sociais, e um geógrafo e doutor em Geografia externa à universidade.

6) O Grupo de Estudos da Questão do Alimento (GEQA) foi organizado pelo Prof. Dr. Paulo César Scarim (Geografia) em 2008, com o objetivo de realizar colóquios de estudos e ações a respeito da questão da alimentação e de temas que a atravessam. Após um período de interrupção, o grupo retomou suas atividades no segundo semestre de 2015, com a organização e realização do “Seminário da Questão Agrária na América Latina, Brasil e Espírito Santo”, ocorrido entre os dias 24/08 e 26/08/2015, com a participação especial do convidado Prof. Dr. João Cleps Junior, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Nessa perspectiva, foi realizado no dia 11/09/2015 o primeiro colóquio de estudos, onde houve uma apresentação dos objetivos do grupo e o planejamento dos próximos encontros, os quais serão subsidiados por mostras de filmes e debates, ora amparados com palestrantes externos, ora por textos, ambos relacionados com a grande área temática acerca do alimento/alimentação/alimentar.

Com o intuito de compartilhar os saberes e as experiências referentes aos projetos percorridos acima, foi realizado o “Primeiro Seminário do LATERRA” entre membros da comunidade acadêmica, em novembro de 2014. Nele, os participantes dialogaram a respeito dos trabalhos que foram desenvolvidos pelos grupos até aquele momento. Nesse seminário, foram tirados alguns encaminhamentos, dentre eles a proposta de organização e realização do “II Seminário do La Terra” para o segundo semestre de 2015, com a previsão de abranger um público maior e mais heterogêneo, que extrapole o campus da universidade e possibilite um diálogo maior com a comunidade externa.

Outras atividades realizadas pelo LATERRA têm contribuído para a formação crítica dos estudantes e incentivado a produção de pesquisas/ artigos científicos, tais como a participação do Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA) na Rede

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra (UNESP/ UNESCO), e estudos e pesquisas realizados pelos grupos de estudos Territorialidades Tradicionais. Este grupo tem desenvolvido atividades de pesquisa e extensão nas localidades de Areal e Degredo (Linhares-ES) juntamente com comunidades tradicionais impactadas ou em conflito com projetos desenvolvimentistas. E também na atividade de extensão em cooperação com o projeto “Territorialidades e Cultura” na Ilha das Caieiras (Vitória-ES), coordenado pela Prof.^a Dr.^a Adriana Amaral Ferreira Alves (Serviço Social). Essas atividades geram levantamentos de dados e informações, reflexões teóricas e conceituais, trabalhos de campo junto a comunidades camponesas e/ou tradicionais, que contribuem para a formação dos estudantes, estimulam a produção científica e promovem a atuação da universidade sobre situações sociais concretas.

No que tange ao ITEES, a barraca representa não somente meio de comercialização, modos de trocas de produtos em si. Vem como representação e modos reciprocidade, tendo como destaque as relações políticas e de aproximação entre o campo e urbano, entre quem produz o alimento e quem o recebe. Tendo o alimento como modo e mecanismo de intercâmbio

carregando consigo características do lugar de origem, onde envolve relações culturais e de valorização da agricultura familiar, e relação com o agroecológico. Rompe com a lógica de comercialização e lucro em si. Vem como contraponto as lógicas já estabelecidas, envolvendo e destacando as relações de trocas camponesas, de experiências e valores que atravessam, por meio das conversações, atrelando saberes camponeses e lógica urbana.

Todas as atividades realizadas no âmbito do LATERRA articulam a interdisciplinaridade e a tríade Ensino-Pesquisa-Extensão prevista nos planos políticos pedagógicos dos cursos de graduação, e contribuem para o desenvolvimento social, crítico e cidadão dos estudantes, através do contato e atuação junto a organizações, comunidades e movimentos sociais do campo que constroem iniciativas de reprodução da existência baseadas em referenciais sociais, políticos, econômicos e ambientais com maior horizontalidade. Além disso, aproximam a universidade dos demais setores da sociedade, através de reflexões conjuntas e atuações práticas junto a demandas sociais de grupos, comunidades e movimentos sociais do campo - tais como a produção e comercialização de alimentos saudáveis; o comércio justo; o direito aos territórios - num processo de troca de saberes acadêmicos e populares que visam a inclusão social.

Do mesmo modo, essas atividades objetivam estimular e orientar a produção de pesquisas acadêmicas ligadas às temáticas, sistematizadas em artigos científicos, monografias, dissertações e teses.

A política metodológica que alicerça o programa do laboratório e de seus respectivos projetos é regida pelos seguintes apontamentos: realização de grupos de estudo com as temáticas relacionadas ao programa; pesquisa documental e bibliográfica em bibliotecas, arquivos e outros centros de referência; vivências de campo nos territórios camponeses e tradicionais, com o uso de metodologias participativas para o levantamento de dados a respeito de sua organização social, produtiva e ter-

ritorial; capacitação dos estudantes no uso de metodologias de pesquisa (estudos e fichamentos; elaboração e aplicação de entrevistas e questionários; tabulação e sistematização de dados; produção de vídeos e fotografias; organização de oficinas; mapeamento participativo de territórios; produção cartográfica em parceria com o Laboratório de Geomática/ DGEO); capacitação dos estudantes para a elaboração de relatórios com a sistematização das pesquisas realizadas e seus resultados; realização de oficinas temáticas com os grupos e comunidades envolvidas (comercialização e circuitos curtos; práticas agroecológicas; direitos dos povos e comunidades tradicionais; cartografia social); organização de eventos relacionados às temáticas estudadas (seminários internos à equipe e abertos à UFES e comunidade; reuniões com organizações e grupos sociais externos envolvidos nos projetos de extensão; avaliação e planejamento das atividades); participação em eventos relacionados às temáticas estudadas, com a apresentação de artigos; e reuniões com a equipe do LaTERRA para avaliação, monitoramento e planejamento das atividades.

O LATERRA localiza-se no Departamento de Geografia, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), segundo piso do IC II. Desde sua criação em 2014, está sob a coordenação da Prof.^a Dr.^a Simone Raquel Batista Ferreira (Geografia-UFES).

LEAGEO - Lugar de convergência da extensão, da pesquisa e do ensino em geografia

O Projeto de Extensão LEAGEO – Laboratório de Ensino e Aprendizagem em Geografia se vincula ao Programa Permanente de Extensão de mesmo nome, em atividade contínua na UFES há vinte anos, se caracterizando pelo atendimento diário e assíduo ao público tanto interno quanto externo à UFES, estando sempre disponível ao atendimento das diferentes demandas.

O Projeto de Implantação e Funcionamento do LEAGEO, do Centro de Educação, foi registrado na PROEX com o número 089/94. Seu objetivo central é promover e socializar conhecimento relativo ao ensino de Geografia, tornando-se meio de integração entre professores e favorecendo a parceria universidade e escola. Especificamente são objetivos perseguidos pelo LEAGEO: a) difundir a produção geo-pedagógica realizada por alunos e professores de Geografia e da Pedagogia, através de cursos, seminários, encontros, oficinas, etc; b) promover integração entre disciplinas de conteúdo específico e pedagógico de Geografia (interdisciplinaridade) além de outras áreas interessadas; c) buscar parcerias que viabilizem a produção e execução de propostas educacionais em Geografia; d) promover integração entre UFES, Escolas e Redes de Ensino Fundamental, Médio, Superior e Infantil. Assim, na perseguição de tais objetivos e como síntese das diferentes frentes implementadas e desenvolvidas, o LEAGEO vem, ao longo de seus vinte anos de existência, se constituindo em um espaço de produção, reunião e difusão de materiais didáticos de Geografia, além de coletar e difundir dados sobre experiências alternativas de ensino e realidades educacionais em Geografia.

A metodologia, utilizada na realização das ações do projeto, pretende envolver e desenvolver os aspectos que garantem o tripé sobre o qual a universidade se sustenta: a extensão, o ensino e a pesquisa. Assim, a consecução dos objetivos e metas apontados consiste no diagnóstico das demandas, desenvolvimento de pesquisas, do planejamento e da execução de oficinas pedagógicas; na realização de encontros de professores; na criação e manutenção de grupos de estudos; atendimento ao público, intervenções em turmas de licenciaturas e instituições escolares.

A pesquisa e produção de recursos e técnicas didáticas para o ensino de Geografia tem se constituído em atividade coti-

Vilmar José Borges, Professor do Centro de Educação da UFES. Doutor em Educação e coordenador do Projeto.
Nayhan Honorato Gomes, Graduando em Geografia – UFES. Bolsista de Extensão PROEX-UFES

diana do LEAGEO, objetivando a organização e difusão de acervo produzido, além de subsidiar atividades acadêmicas desenvolvidas nas aulas de Estágio Supervisionado, de Tópicos Especiais de Ensino de Geografia, do Curso de Licenciatura em Geografia e, também, nas aulas de Conteúdo e Metodologia de Geografia, do Curso de Pedagogia.

Para alcançar aos objetivos propostos, torna-se necessária uma constante busca por (in)formação, tomando as leituras, reflexões e atividades de pesquisa como fonte. A pesquisa de como se potencializam as aprendizagens geográficas em diferentes segmentos de estudo, exige um debruçar permanente sobre a bibliografia pertinente, numa pesquisa que se amplia em novos olhares no campo do fazer docente e que problematiza a aprendizagem em novas aprendizagens, num amplo espectro de metodologias desenvolvidas nesse fazer e aprender. Por essa razão, o LEAGEO é um laboratório de intenso fluxo, pois além de produzir e socializar, se constitui como um espaçotempo de aprendizagem para professores e licenciando(a)s no exigente trabalho de gestão, produção, criação na extensão, na pesquisa e no ensino de Geografia. As bases teóricas que sustentam os trabalhos realizados se diversificam em Cavalcanti (2003); Santos (2004); Callai (2002), na Geografia; e em Ferraço (2005, 2007); e Certeau (1994); Bom Meihy (1996), nos estudos com cotidiano e oralidade, entre outros. A socialização do conhecimento se efetua por trabalhos apresentados em congressos, na publicação de artigos e nos eventos realizados periodicamente.

As atividades desenvolvidas no LEAGEO proporcionam aos licenciando(a)s de Geografia e de Pedagogia, espaçotempos de aprendizagens que integram teoria e prática, na perspectiva apontada pelos estudos com o cotidiano (FERRAÇO, 2005, 2007) e em consonância com as propostas de formação docente que resgata a autoridade e as memórias de sujeito em formação como postulam Souza (2004) e Alves (2005, 2008). O ensino de Geografia exige habilidades de análise crítica e de síntese propositiva (CAVALCANTI, 2003; CALLAI, 2004) e que implicam num exercício permanente de pesquisa bibliográfica e em campo.

O LEAGEO não apenas se constitui num espaço para essa produção, como também reúne resultados da azáfama de licenciandos e professores em suas aprendizagens. As possibilidades de pesquisa que se delineiam e se desenvolvem a partir da ação do LEAGEO necessitam de garantias de continuidade e de registro permanente junto à UFES para obtenção de parcerias, pelo caráter de continuidade, junto à comunidade acadêmica e dos docentes em geral, alcançando dimensões para além daquelas estipuladas por um projeto interno da universidade. Por serem atividades multi e interdisciplinares, se desenvolvem na complexidade de parcerias de trabalhos desenvolvidas com outros projetos (alguns deles hoje transformados em programas) do Centro de Educação (LAHIS, LAMATI), assim como do Centro de Ciências Humanas e Naturais (Museu de Minerais e Rochas, Laboratório de Cartografia e Núcleo de Estudos de Geografia) e do Centro de Ciências Exatas (Laboratório de Física – Astronomia – e LEACIN), além do Observatório e do Planetário da PMV, instalados no Campus da UFES.

Mais recentemente, o LEAGEO além de se propor a dar continuidade no desen-

volvimento de suas frentes, também almeja subsidiar/subsidiando estudos e produções na área da formação inicial e em serviço de docentes, dentro dos parâmetros, propósitos e objetivos almejados pelo PIBID-Subprojeto de Geografia. Com essa parceria, o LEAGEO conta com o envolvimento de 28 (vinte e oito) monitores bolsistas do PIBID-Geografia, além de quatro professores atuantes na rede de educação básica, dois deles atuantes no ensino fundamental, da rede municipal de ensino de Vitória-ES, e os outros dois, atuantes no ensino médio, da rede estadual de ensino.

Cabe, ainda, ressaltar que o LEAGEO tem realizado cursos de extensão para formação continuada de professores junto a Secretarias Municipais de Educação, além de assessorias didático-pedagógicas, assim como tem atendido a estudantes de outros cursos da UFES e de instituições da comunidade em geral.

Uma das frentes de atuação do LEAGEO tem sido o seu envolvimento e parceria na implementação da atividade extensionista denominada de “Rede de Diálogos Geográficos”, envolvendo, em seu desenvolvimento o PIBID-Geografia/UFES, AGB-Associação dos Geógrafos Brasileiros-Seção Vitória, o LEAGEO e, também o Curso de Licenciatura em Geografia do Instituto Federal de Ensino do Espírito Santo – Nova Venécia. A metodologia, utilizada na realização das ações do “Rede de Diálogos Geográficos”, busca envolver e desenvolver os aspectos que garantem o tripé sobre o qual a universidade se sustenta: a extensão, o ensino e a pesquisa, tendo a metodologia de ação extensionista como pólo de orientação de suas ações, que se concretizam na realização de encontros presenciais por meio de mesas redondas, sempre, no mínimo, com dois professores cada, com a participação obrigatória de um professor de escola básica, ambos discutindo suas experiências sobre questão selecionada, sempre tendo por fio condutor a Geografia e seu ensino. Ocorrem mesas redondas no turno matutino e noturno, na cidade de Vitória e, também, mesas redondas nos turnos matutino noturno, na cidade de Nova Venécia.

Como plano de trabalho dos alunos monitores (bolsistas e voluntários), bem como dos demais professores envolvidos com o Projeto, consta o auxílio no atendimento ao público do LEAGEO; auxílio aos professores envolvidos no projeto, em tarefas de pesquisa e administrativo-acadêmicas; pesquisa e produção de recursos e técnicas didáticas auxiliares ao ensino de Geografia; participação em eventos e grupos de estudos desenvolvidos pelo LEAGEO ou nos quais o LEAGEO participe.

As atividades do projeto são constantemente submetidas à apreciação da sociedade por meio de apresentação de trabalhos em eventos (Semana de Geografia, Encontro Nacional de Geógrafos, EREGEO, Encontro Nacional de Ensino de Geografia, Semana de Extensão da PROEX-UFES, entre outros); por meio de artigos em revistas especializadas e por meio da mídia e no blog do LEAGEO (<http://leageo-ufes.blogspot.com.br/>), cuja disseminação se expande em outros recursos eletrônicos semelhantes, de outros laboratórios de ensino e de outros grupos de pesquisa e extensão.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, Marli (Org.). O Papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. 6. ed. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. Manual de História Oral. São Paulo: Loyola, 1996. BORGES, Vilmar José. Mapeando a Geografia Escolar: identidade, saberes e práticas. Uberlândia-MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2001(Dissertação de Mestrado).
- BORGES, Vilmar José. Modos de realizar Estágio Curricular Supervisionado em Geografia: vozes de professores supervisores e professores parceiros na Região Sudeste (Brasil). Araraquara-SP: Universidade Estadual Paulista, 2012 (Tese de Doutorado em Educação Escolar).
- CALLAI, H. C. (org) O ensino em Estudos Sociais. Ijuí: Ed. UNIJUI, 2002.
- CARARO, José Américo. Conteúdos televisivos: adesões, contrapontos e reinvenções no cotidiano escolar. 2007. Tese (doutorado), Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.
- CARLOS, A. F. A. Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Cortez, 2002.
- CASTELLAR, S. (org.). Educação geográfica: teorias e práticas docentes. São Paulo: Contexto, 2005.
- CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). Ensino de Geografia – práticas e textualizações no cotidiano. Porto Alegre: Mediação, 2000.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Alternativa, 2003.
- _____A formação de professores de Geografia; o lugar da prática de ensino. In: TIBALLI, E. F. A; CHAVES, S. M; KAERCHER, N. A. e REGO, N. (orgs.). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed, 2007.
- FERRAÇO, C. E. (org.). Cotidiano escolar; formação de professores(as) e currículo. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____Pesquisa com o cotidiano. Educação e Sociedade, Campinas, v.28, n.98, p. 73-96; jan./abr. 2007.
- GARCIA, R.L. e MOREIRA, A.F. Currículo na contemporaneidade: incertezas e desafios. São Paulo: Cortez, 2003.
- GARCIA, Regina Leite A educação escolar na virada do século. In: M. Costa. (Org.). Escola Básica na Virada do Século - Cultura, Política e Currículo. São Paulo: Cortez, 1996, p. 145-168.
- GEOGRAFARES. 7º Encontro Nacional de Prática de Ensino de Geografia: novos desafios na formação do professor de Geografia. Vitória, nº 4, 2003.
- KAERCHER, N. A inserção profissional da geografia na sociedade. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS; 12., 2000, Florianópolis. Anais... Florianópolis: AGB, 2000, P. 69-96.
- NUNES, C. A. Metodologia do ensino; Geografia e História. Belo Horizonte: Ed. Lê, 1997.
- OLIVEIRA, A. U. (Org.). Para onde vai o ensino da Geografia? São Paulo: Contexto, 1989.
- OLIVEIRA, F. B. Currículos Praticados – entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP e A, 2003
- PASSINI, Elza Yasuko; PASSINI, Romão; MALYSZ, Sandra T. (Org.). Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado. São Paulo, SP: Contexto, 2007.
- PENTEADO, H. D. Metodologia do ensino de história e geografia. São Paulo, Cortez, 1994. MEC, 1999.
- PONTUSCHKA, N. ; PAGANELLI, T. & CACETE, N. Para ensinar e aprender Geografia. São Paulo: Cortez, 2007.
- PONTUSCHKA, N.; OLIVEIRA, A.U. (Orgs) Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.
- PORTELLA, R. ; CHIANCA, R. M. B. Didática de Estudos Sociais. São Paulo; Ática, 1997.
- SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. - São Paulo: Edusp, 2004.
- SCHÄFFER, N. O. et alli. Um globo em suas mãos: práticas para a sala de aula. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

STRAFORINI, Rafael. Ensinar geografia: o desafio da totalidade mundo nas séries iniciais. São Paulo: Annablume, 2004.

VALLADARES, M.T.R.V. Prática de ensino: uma parceria de aprendizagem na formação inicial e continuada. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: igualdade e diversidade na educação, 11, 2002, Goiânia. Anais... Goiânia: UFG, 2002. 1 CD-ROM.

_____Vivências em zonas de fronteiras... as narrativas se fazem travessias...(Um estudo com narrativas e com os cotidianos no estágio curricular da licenciatura de Geografia na UFES). Vitória, 2009.Tese (doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

VENTURI, L. A. B. (org) Praticando Geografia: técnicas de campo e de laboratório. São Paulo: Oficina de Textos, 2005.

WERNECK, H. Ensinamos demais, aprendemos de menos. Petrópolis: Vozes, 1994.

ZABALA, A. A prática educativa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

NO QUINTAL DO RU - Experiências da Universidade para nossas vidas

Coordenador: Prof. Mindszenty José
Garozzi - DOC
Bolsistas: Monik da Silva Feitosa do Curso
de Arquitetura e Urbanismo,
Carolina Christo Oliveira do Curso de
Fonoaudiologia

Unidade: Departamento de Oceanografia
e Ecologia - DOC/CCHN/UFES

O projeto visa transformar os arredores do Restaurante Central da UFES, bem como o Campus Universitário “Alaor de Queiroz Araujo” em um “quintal” de experiências no meio universitário e de interação com a sociedade para melhorar a qualidade ambiental do restaurante, do Campus e a qualidade de vida dos participantes do projeto além dos seus meios de origem quando levam estas experiências.

Subprojeto Reciclagem e Subprojeto Horta

Processo de reaproveitamento de materiais descartados no Restaurante e no Campus como por exemplo metais, papel, plástico, vidro, material orgânico, madeira, materiais misturados, entre outros.

O que tem de maior relevância para apresentar no evento

- A reciclagem do material orgânico de podas de gramados e árvores para a condução da Horta de temperos e condimentos do RU.
- A produção de temperos e condimentos na Horta do RU.

Como seria a apresentação

- Visitas programadas à Horta do RU (os visitantes iriam até o “Quintal do RU”).

Subprojeto Mudanças Nativas e Subprojeto Paisagístico

Processo de localização, resgate e reintrodução das espécies florestais (frutíferas, medicinais, ornamentais), entre outras, para recuperação ambiental do Campus Universitário Alaor de Queiroz Araujo como parte integrante do Bioma Mata Atlântica.

O que tem de maior relevância para apresentar no evento

- Coleção de sementes de espécies florestais do Bioma Mata Atlântica com mais de 70 (setenta) espécies catalogadas, dispostas em potes de 1 (um) litro transparentes.
- Mudanças iniciais, em sacolas, de pelo menos 25 (vinte e cinco) das espécies florestais catalogadas e compo-

nentes da coleção de sementes.

- Mudanças de espera, em latas de óleo comestível (recicladas do RU), de pelo menos 20 (vinte) das espécies florestais catalogadas e componentes da coleção de sementes.
- Distribuição aos visitantes, de até 1.000 (mil) mudanças iniciais, de pelo menos 25 (vinte e cinco) das espécies florestais catalogadas, componentes da coleção de sementes e que estão sendo usadas na recomposição ecológica e paisagística do Campus Universitário.

Como seria a apresentação

- Box de pelo menos 12 (doze) metros quadrados, interno na área do evento, coberto para proteção da coleção de sementes e exposição de mudanças de algumas espécies florestais cultivadas
- nas latas de óleo recicladas, as mudanças com mais de 2 metros de altura.
- Ornamentação de trilhas de visitação do evento com mudanças em sacola, frutos e sementes.
- Indicação dos pontos do Campus Universitário Alaor de Queiroz Araujo onde as primeiras espécies florestais do Bioma Mata Atlântica estão sendo reintroduzidas, para visitação.

Inovação no ensino da Geografia através do uso de geotecnologias

Jardel Lustoza Arpini, Fabricia Benda de Oliveira*, Angélica do Nascimento Martins

Universidade Federal do Espírito Santo,
Centro de Ciências Agrárias,
Departamento de Geologia,
Alegre –ES– Brasil

*fabriciabenda@gmail.com

O presente trabalho buscou inserir produtos gerados pelas geotecnologias, no ensino da disciplina Geografia, através da capacitação de professores da rede pública de ensino. Segundo SANTOS, 1995 e 2006, citados por SILVA, 2012 “[...] A transformação das técnicas ao longo da história ocorreu em três períodos (Santos 1995, 2006): 1) período pré-técnico, no qual “o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida” (SANTOS, 2006, p. 157); as motivações dos usos eram, sobretudo, locais; 2) período técnico, quando se dá a emergência do espaço mecanizado e durante o qual as regiões e países passam a se distinguir em função da densidade da substituição de objetos culturais, ou naturais, por objetos técnicos; 3) período técnico-científico-informacional, inicia-se após a 2ª Guerra Mundial e, desde então, vem ganhando características peculiares: as técnicas estão intrinsecamente associadas à ciência e têm, cada vez mais, como principal objetivo, a geração de informação e conhecimento sob a égide do mercado.”

Dessa forma, todo o aparato tecnológico assume a interpretação de informações que podem contribuir para o monitoramento de áreas e ambientes que sofreram algum tipo de modificação, sejam elas de caráter urbano ou rural. Sendo assim, este trabalho busca salientar o uso de geotecnologias nas escolas públicas de ensino fundamental e/ou médio para estabelecer um canal de comunicação entre a Universidade e escolas de alguns municípios no sul do Estado do Espírito Santo, a fim de capacitar os professores para utilização desta ferramenta, promovendo maior impacto na relação ensino e aprendizagem nas aulas de geografia, aplicando na prática os conceitos teóricos. De acordo com Lima (2010) este modelo de educação no qual estamos inseridos está passando por uma certa estagnação, que segue um padrão “arcaico”, sem inovações, ultrapassado, ainda muito presente em países subdesenvolvidos, que além de estarmos atrasados em nossa política educativa ainda possuímos outros problemas críticos, que interferem de forma direta no desempenho dos alunos das escolas públicas.

Uma das formas de se estimular o ensino e atualizá-lo seria investir numa capacitação continuada para os professores, de

forma que fossem dadas maiores possibilidades e acessos para passar tais conhecimentos para seus alunos. Assim, juntamente com uma melhor remuneração destes profissionais e uma reestruturação na política educacional poderíamos ter, num futuro próximo, um melhor desempenho nos índices da educação brasileira e uma resposta mais positiva para a nossa sociedade. A atualização através de geotecnologias pode, por exemplo, ajudar a exibir com clareza as formas geográficas de relevos, que no Sul do Estado Espírito Santo (ES) pode ser apresentado pelo Pico do Caparaó e o Maciço Intrusivo Santa Angélica (MISA), e também a localização dos municípios e distritos entre estes, o Distrito de Alegre integrando a vila de Santa Angélica. Foi nesse sentido que o projeto de extensão foi pensado para a capacitação de professores através da inserção das novas tecnologias como recursos didático-pedagógico associado a geotecnologias, como método de ensino impactando no processo de ensino-aprendizagem dos alunos.

Considerando a realidade brasileira, que carece de tecnologia no ensino nas escolas das redes públicas, primeiramente foi feita uma seleção de aptidão das escolas para aplicarem o curso aos alunos.

Como critérios para seleção das escolas, foram considerados os seguintes itens: i) Existência de laboratório de informática; ii) Receptividade por parte da direção; iii) Interesse por parte dos professores. O índice de escolas não aptas em relação as aptas, segundo os parâmetros abordados, foram contrastantes. Aos professores de geografia dos colégios foi enviado um CD com o curso dinâmico/didático de capacitação para inovação do ensino de geografia nas escolas da rede do ensino público fazendo uso das Geotecnologias, compreendendo a aulas, teóricas e práticas, banco de dados, tutoriais facilitadores, e questionários de satisfação. Para desenvolvimento didático fez-se uso do software livre simplificado EDUspring para processamentos digitais e cartográficos no âmbito de sistema de informações geográficas (SIG), banco de dados desenvolvidos pelo Projeto GEODEN (DI MAIO, 2006), e o software Google Earth, também utilizados para SIG, além de slides-aulas com conteúdo em consonância com os Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC, 2015).

O período de realização das atividades deu-se durante o ano letivo de 2015. O público alvo foi os professores de geografia das escolas públicas (municipal, estadual e federal) do município de Alegre-ES, e indiretamente, seus alunos. Questionários propostos por DI MAIO (2004) foram sugeridos aos professores, afim de mostrarem o ponto de partida do tema para o desenvolvimento das duas partes e para garantir a aplicação do método inovador, que tem capacidade de prender o interesse do aluno na aula, pois a dinâmica da tecnologia e a forma de como os mesmos se relacionam com ela em tablets e celulares, já se mostram de fato uma aproximação com as atualizações da modernidade.

O conteúdo do curso abrangeu desde os princípios de cartografia básica até fundamentos de sensoriamento remoto, ambos temas acompanhados de desenvolvimento da sua utilidade prática. O conteúdo cartográfico foi representado da forma que o professor desenvolvesse a oportunidade do aluno reconhecer a localização de um objeto no espaço, ou seja, dar um endereço via coordenadas (X, Y ou Latitude,

Longitude) a um dado ponto, com sua representação relacionada às malhas matemáticas, ao datum e a modelagem do espaço, onde é mostrado uma apresentação em vídeo da superfície equipotencial gravitacional da Terra.

Também foi abordado a interpretação de curvas de nível, como suas relações de proximidade de isolinhas, declividade e espaçamento. A praticidade do Google Earth buscou explorar as ferramentas disponíveis como definição de pontos, rotas, polígonos (construção 3D), perfil topográfico, gravação de passeio, adição de imagem interativa em um ponto, reconhecimento do relevo, utilização da caixa de busca rápida, customização de ícones, transparência e opacidade de pontos linhas e polígonos, alternância de imagens temporais, e por último a utilização de camadas (layers), estas já são fornecidas pela própria empresa de tecnologias Google.

Nas atividades práticas foram feitas análises multitemporais de ocupação urbana, mineração e vegetação; localização, orientação, desenvolvimento de observações em escalas, municípios, distritos, drenagens e vias urbanas, localização em/criação de mapas. As atividades desenvolvidas na parte de sensoriamento remoto buscaram salientar o modo de geração de imagens por tons de cinza, podendo então, processá-las no EDUspring com composições coloridas que ajudam a visualizar o que não é muito perceptível à olho nú, abordando problemas relacionados aos impactos da mineração com o meio ambiente e a conservação do solo, onde o contraste de cor entre eles é evidenciado. As camadas apresentadas nos bancos de dados presentes nos CDs contêm limites municipais e distritais do Brasil, além de limites de biomas e outros recursos que podem ser superpostas às imagens de composições de bandas multiespectrais, de satélite, para criação de um mapa ou análise ambiental. A análise de mapas varia conforme a necessidade do usuário, no curso foram tratados dos temas ambientais para melhor contextualização do uso das análises geográficas, mas os mapas também são utilizados com eficiência em projetos de gestão urbana em relação a sistemas de drenagens e saneamento ambiental.

Apesar da demanda de escolas aptas aos critérios de seleção para aplicação do curso ter sido baixa, o interesse por parte dos professores se mostrou muito satisfatório para o curso. Todos eles demonstraram conhecimento relacionados ao conteúdo de cartografia e sensoriamento remoto, porém não exploram os recursos tecnológicos oferecidos pelas escolas. Os métodos de ensino vinculado à esta parte do conhecimento de geografia ainda são feitos por partes de mapas impressos tradicionais.

Sendo assim, ainda há um número enorme de escolas que não acompanham o desenvolvimento tecnológico moderno, no sul do Espírito Santo. Portanto, alguns professores solicitaram a possibilidade de bolsas PIBID, ou seja, bolsas de iniciação à docência para a geografia. Para que possam continuar aprimorando o conhecimento. E ainda, reconheceram o sucateamento da educação, sendo ora estrutural e ora profissional, ressaltando insatisfações com programas em vigência do governo do Estado no município.

REFERÊNCIAS

- DI MAIO, A. C. Geotecnologias digitais no ensino médio: avaliação de seu potencial – Rio Claro, Biblioteca da UNESP, 2004.
- DI MAIO, A. C. Projeto GEODEN, 2006. FAPERJ. Disponível em <http://www.uff.br/geoden/index.htm>. Acesso em: 29 de Jun. 2014.
- LIMA, E. S. A QUALIDADE' DA EDUCAÇÃO DO BRASIL: ESCOLA PÚBLICA x ESCOLA PARTICULAR. Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- MEC – Parâmetros Curriculares Nacionais. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2015.
- SILVA, F. G. GEOTECNOLOGIAS COMO RECURSO DIDÁTICO NO ENSINO DE GEOGRAFIA: EXPERIÊNCIA COM O GOOGLE EARTH, CAMINHOS DE GEOGRAFIA - revista online <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> ISSN 1678-6343, Uberlândia, 2012.

O Laboratório de Geografia Física como meio para a formação de estagiários e apoio ao ensino e pesquisa

Ana Christina Wigner Gímenes,
Docente do Departamento de Geografia
(CCHN/UFES), Dsc. em Solos e Nutrição de
Plantas pela UFV;
Antonio Celso de Oliveira Goulart,
Docente do Departamento de Geografia
(CCHN/UFES), Dsc. em Geomorfologia
pela USP;
Joicy Mariana Gonçalves de Alvarenga,
Discente, estagiária no Laboratório de
Geografia Física do Departamento de
Geografia da UFES em 2014;
John Kennedy Ferreira Cardoso, Discente,
estagiário no Laboratório de Geografia
Física do Departamento de Geografia da
UFES em 2015

O Laboratório de Geografia Física é um programa do Departamento de Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo. Abrange as áreas temáticas de Meio Ambiente e a de Educação, manifestadas pelos estudos e pesquisas em geomorfologia, ciências do solo, sedimentologia, climatologia e biogeografia, voltadas à aplicação em gestão ambiental, gestão de risco e mapeamento. Recebe apoio do Centro de Ciências Humanas e Naturais, Pró-reitoria de Extensão, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Fapes, Capes e CNPq nas modalidades de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão. O laboratório em 2014 e 2015 foi contemplado com bolsas de estagiários nos editais Pibext, o que tem possibilitado tanto a formação acadêmica desses alunos de graduação, quanto a formação de outros estagiários, cujo apoio tem sido fundamental para o acolhimento de novos estagiários (voluntários) e de pesquisadores usuários do laboratório. Em 2014 e 2015 esse foi o objetivo do projeto, intitulado com o mesmo nome, “Laboratório de Geografia Física”, inserido no programa permanente, ou seja, o de proporcionar treinamento e ou apoio aos usuários (alunos das disciplinas de graduação e pós graduação e pesquisadores) na descrição e no preparo de amostras, das quais: descrição pedológica de perfis de solo, secagem, dessalinização, preparo de terra fina, trituração, peneiramento, separação de argila, preparo de lâminas de argila e instrumentação em georadar. A formação acadêmica do estagiário é complementada pela vivência da rotina de laboratório, na qual envolve noções de segurança, organização do ambiente, elaboração de projetos de estruturação física e de aquisição de materiais permanente e de consumo, montagem de peças, leitura de manuais de análises químicas e físicas, conservação de instalações, materiais e equipamentos e controle de estoque. Neste projeto, o treinamento também visa auxiliar o preparo de kits de monolitos de solo (caixa, contendo amostras deformadas e indeformadas, separação das areias e descrição do perfil), uma tipologia de material didático, produto resultante de pesquisa e, de forma integrada, do ensino da graduação. Como extensão, o acervo de kits de monolitos de solo são utilizados nas aulas de graduação e servem de material di-

dático de empréstimo, ampliando os recursos didáticos para além das imagens e mapas. Esse projeto em curso tem resultado no preparo de material didático, no treinamento de alunos para a execução de trabalhos técnicos de laboratório, procedimentos de coleta e preparo de amostras através de métodos específicos, e no apoio aos pesquisadores nessas atividades.

PROJETO ENSINANDO GEOGRAFIA FÍSICA

Eberval Marchioro
Departamento de Geografia (UFES)
E-mail: ebervalm@gmail.com

Ketlen Victor Bastos
Graduanda em Geografia
E-mail: ketlen.vb@hotmail.com

Apresentação

O presente trabalho visa relatar a experiência de participação de uma discente em um projeto de extensão universitária da Universidade Federal do Espírito Santo, realizado no período de um ano, entre Agosto 2014 e Agosto de 2015. E, além da importância para a formação do estudante universitário, será abordado o tema indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão.

O referido projeto é denominado “Ensinando Geografia Física” e tem como objetivo potencializar a aprendizagem de Geografia Física na educação básica e no ensino superior, por meio de ações de grupos de estudos e utilizando novas tecnologias para promover e investigar o processo de ensino-aprendizagem.

No período supracitado o projeto contou com a participação de uma aluna da graduação em Geografia como bolsista, sob a coordenação do professor coordenador. O projeto atua de forma a possibilitar à comunidade acadêmica e demais pessoas interessadas participarem de atividades relacionadas à educação e meio ambiente, buscando aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem da geografia física.

Como metodologia utilizou-se a realização de cursos e palestras com o apoio do Departamento de Geografia e do Laboratório de Geografia Física e do Laboratório de Monitoramento e modelagem de Sistemas Ambientais (Lamosa – Coordenado pelo professor proponente do projeto). Além dos cursos e palestras foram realizados encontros quinzenais com os alunos da graduação em Geografia para discussão de textos envolvendo as temáticas Geomorfologia e Hidrologia, no departamento de Geografia da UFES.

Com as atividades desenvolvidas foi possível pensar em um trabalho que contemplasse a interdisciplinaridade, visto que algumas delas se deram em parceria com laboratórios de outros cursos como Engenharia Ambiental e Oceanografia.

No decorrer dos trabalhos e atividades desenvolvidas o projeto mencionado pode ser considerado como um espaço ideal para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes participantes e da aluna bolsista. As pesquisas, discussões e atividades práticas realizadas durante participação no projeto são de grande impor-

tância para a formação dos estudantes e, atualmente, servem como base para a elaboração do trabalho de conclusão de curso da aluna bolsista, finalista do Bacharelado em Geografia pela UFES.

Assim, esse trabalho funciona também como um relato sobre sua trajetória no projeto, enfatizando a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e a relevância do projeto de extensão no processo de ensino-aprendizagem da geografia física.

Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão

Rauber (2008) ressalta que, segundo Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,

“a educação é definida como um direito de todos e dever do Estado e da família, e tem como objetivo o preparo e o desenvolvimento objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No seu artigo 207, determina que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (Rauber, 2008 p. 12056)

Dessa forma, a indissociabilidade é considerada uma exigência constitucional expressa, cuja concretização é normatizada em outras normas da educação superior. Esses regramentos são relevantes na consolidação de políticas públicas e do próprio do projeto pedagógico nas instituições de ensino superior, privadas e públicas e implica na interação entre a pesquisa, o ensino e a educação (LOBATO; RODRIGUES; JUNIOR; 2012).

Ainda segundo os autores essas três funções da universidade são consideradas inseparáveis, visto que, mesmo que cada um deles possuam uma essência distinta de práticas pedagógicas sempre existirão momentos de intersecção entre elas e quando isso ocorre há o estímulo à produção do conhecimento e à inter-relação entre os participantes como alunos, professores e sociedade, ao mesmo tempo em que promove a democratização da universidade.

Para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX, 2006) a formação acadêmica deve ser concebida de forma crítica e plural e não pode se restringir simplesmente à transmissão de ensinamentos em sala de aula.

É necessário que se criem e/ou adotem novas práticas pedagógicas, busque-se uma nova organização curricular, visando à interdisciplinaridade e privilegiando a articulação teoriaprática na formação integral do estudante. Dessa forma, evidencia a necessidade de uma formação na qual é inevitável a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.

Desse ponto de vista, a graduação vai além da mera transmissão, para se transformar em espaço de construção do conhecimento, em que o estudante passa a ser sujeito, crítico e participativo (FORPROEX, 2006).

Importância do projeto de extensão no ensino-aprendizagem de geografia física

Para Castro (2004), na procura por alternativas para a crise do conhecimento contemporâneo procura-se estudar a extensão universitária e sua forma de produção de conhecimento. Dessa forma, a autora busca investigar a prática dos projetos, seu dia a dia, sua influência no processo de formação dos discentes e sua contribuição para a consolidação de um campo de conhecimento específico e das consequências dessas práticas acadêmicas na formação dos alunos.

Castro (2004) ressalta em seu trabalho que Walter Benjamim, em sua obra o Narrador, diz que “a experiência deve ser vista como fenômeno sentido e refletido, fonte de transformação” e afirma ainda que

“torna-se cada vez mais raro o encontro com pessoas que sabem narrar alguma coisa direito. É cada vez mais frequente espalhar-se em volta o embaraço quando se anuncia o desejo de ouvir uma história. É como se uma faculdade, que nos parecia inalienável, a mais garantida entre as coisas seguras, nos fosse retirada, ou seja: a de trocar experiências” (Benjamim, 1980 p. 57 apud Castro, 2004).

O projeto de extensão possibilita essa produção de conhecimento a partir da experiência e colabora com o crescimento do aluno e o potencial adquirido por ele, o contato com o meio externo à Universidade, talvez não fosse possível somente com as disciplinas tradicionais oferecidas durante o curso.

Como impactos positivos também podem ser mencionadas a mudança na relação entre aluno e professor, onde ocorre o “deslocamento da centralidade do saber da figura do professor para alunos e professor” (Castro, 2004), a troca de experiências, a vivência. O conhecimento adquirido durante o período, produzido através das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão, é multidisciplinar e contextualizado, favorecendo o enriquecimento da formação do aluno. A extensão, portanto, pode ser considerada indispensável na formação acadêmica, profissional e pessoal do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade, implicando em relações multi, inter ou transdisciplinares e interprofissionais (SCHEIDEMANTEL; KLEIN; TEIXEIRA, 2004).

Relatos de experiências vivenciadas

Após apresentar informações que demonstram a importância do projeto de extensão, será feito um breve relato sobre a experiência da participação de uma discente em um projeto de extensão universitária. Ratificando a importância dessa prática para sua formação como estudante universitária, tomando a pesquisa e a extensão como fatores influenciadores nesse processo de ensino-aprendizagem.

A participação no projeto de extensão Ensinando Geografia Física, devido à relação direta com a graduação, possibilitou vivenciar na prática boa parte dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. Além disso, participar das atividades promovi-

das pelo projeto, tanto na organização como participante, contribuiu para a melhoria nas relações pessoais, acadêmicas e profissionais.

Foram feitas reuniões em grupos de estudo, cursos, treinamentos e até mesmo um evento de nível nacional, e estar dos dois lados, promovendo e participando das atividades foi fundamental para o processo de ensino-aprendizagem em geografia, fortaleceu a base e os conceitos obtidos na teoria e promoveram uma ampliação dos horizontes. Deve-se ressaltar que as experiências vividas e o conhecimento adquirido podem e devem ser repassados aos demais estudantes tanto da universidade quanto de escolas de nível médio, confirmando cada vez mais a importância dos projetos de extensão.

A elaboração do trabalho de conclusão do curso de bacharelado em geografia é mais um fato que corrobora essa importância, o mesmo está sendo desenvolvido com base também no aprendizado possibilitado pela participação no projeto de extensão. Os cursos e treinamentos são fundamentais para a execução da parte prática da monografia, nos trabalhos de campo. E a teoria aprendida em sala de aula, somada às discussões e trocas realizadas durante os grupos de pesquisa e demais encontros da extensão, contribuem para o processo de pesquisa, na construção das ideias e do referencial teórico a ser utilizado.

Além do processo ensino-aprendizagem, esse pequeno relato serve também para exemplificar e enfatizar a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, evidenciando a relação estreita existente entre essas três áreas e o importante papel que desempenha dentro das universidades.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, L.M.C. A Universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores: (Ainda existem utopias realistas). Rio de Janeiro, 2004, 185 f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.
- FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e a flexibilização curricular: uma visão da extensão. Porto Alegre: UFRGS; Brasília: MEC/SESu, 2006. Disponível em: < https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chromeinstant&ion=1&espv=2&ie=UTF-8#q=http%3A%2F%2Fwww.unifalmg.%20edu.br%2Fextensao%2F%20files%2Ffile%2Fcolegao_extensao_%20univeristaria%2F%20colegao_%20extensao%20_universitaria_4_indissociabilidade.pdf>. Acesso em: 01 set.2015.
- LOBATO, P. L.; RODRIGUES, T. V.; JÚNIOR, B. W. A indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão no projeto “Tecnologia apropriada à publicação de atos normativos pela agência reguladora ANATEL: estudo de consultas públicas”. In: VII Seminário de Extensão Universitária. 2012. Belo Horizonte.
- RAUBER, S. B. Extensão universitária e formação profissional: indissociáveis no processo de aprendizagem da Universidade católica de Brasília – UCB. In: VIII Congresso Nacional de Educação da PUCPR (EDUCERE). 2008. Paraná. Disponível em: < http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/792_883.pdf>. Acesso em: 02 de setembro de 2015.
- SCHEIDEMANTEL, S. E.; KLEIN, R.; TEIXEIRA, L. I. A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir. In: II Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. 2004. Belo Horizonte.

RedePso- Rede de Pesquisa em Psicologia Social

Claudia Porto do Nascimento – Extensionista
Maria Cristina Smith Menandro – Coordenadora
Mariana Bonomo, Mirian Beccheri Cortez,
Valeschka Martins Guerra,
Zeidi Araújo Trindade – Colaboradoras

O psicólogo tem por atividade desenvolver estratégias para atuar em diversos contextos, como por exemplo, uma demanda social (não individual) complexa, a quem se dá por representações sociais construídas coletivamente. A despeito dessa discussão, Yamamoto (2007), chama a atenção para a abrangência da atuação do psicólogo e a qualidade dessas práticas nos setores públicos, pois, de acordo com dados do Conselho Federal de Psicologia de 2004, apenas 11% desses profissionais trabalhavam com políticas públicas. O autor também destaca a formação insuficiente diante dos desafios que emergem no campo de trabalho do profissional da psicologia que lida com questões psicossociais.

Diante do exposto, a Rede de Pesquisa em Psicologia Social (RedePso - no do registro SIEX: 400126) foi implantada em 2000, a partir da iniciativa da professora Zeidi Araujo Trindade do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento/UFES, com o intuito de ser um importante instrumento de conhecimento para a formação do psicólogo. A atividade vem sendo apoiada pela PROEX desde 01/08/2012. Os principais objetivos do projeto original são:

1. Integrar a Graduação e a Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGP-UFES);
2. Propiciar aos estudantes o acompanhamento de diferentes fases de construção de uma pesquisa e estudo de diferentes métodos e técnicas de coleta e tratamento de dados em Psicologia Social;
3. Promover grupos de estudos e discussão sobre fundamentos teóricos, conceitos e temas em Psicologia Social;
4. Oferecer subsídios teóricos e conceituais para a prática psicossocial de estudantes e profissionais de psicologia;

Diante da disposição desses objetivos, alcançaram-se as seguintes etapas no período:

1. Realização de encontros periódicos entre orientandos e orientadores vinculados a RedePso para fortalecimento de fundamentação teórica e metodológica das pesquisas e orientação dos trabalhos em andamento;
2. Discussões e elaboração de instrumentos de coleta de dados para projetos diversos;

3. Atividades em campo para contato com instituições e coleta de dados de projetos de pesquisa diversos;

4. Oferecimento de oficinas aos alunos integrantes da RedePso: Normatização APA; utilização de recursos do Word para formatação de texto.

5. Realização de reuniões entre as coordenadoras da RedePso a fim de reelaborar e planejar as atividades a serem ofertadas no semestre 2015/2.

A promoção de conhecimento e informação para os estudantes participantes do projeto RedePso é feita através de atividades desenvolvidas pelos colaboradores dos projetos, mestrandos do programa de pós-graduação em Psicologia e docentes (de outros departamentos e/ou cursos) convidados a ministrar aulas, de interesse do grupo, que integram ensino, pesquisa e extensão.

No período que atende a esse relatório algumas atividades, devido a uma necessidade de reorganização do funcionamento da RedePso, ocorreram com menor frequência do que em anos anteriores, como as reuniões semanais e grupos de estudos. As oficinas e algumas orientações foram desenvolvidas na própria sala da RedePso e foram acompanhadas pela bolsista Pnpd/CAPES e pela bolsista de extensão, e também por uma doutoranda, tendo participado alunos de graduação e pós-graduação. Muitas das orientações, aulas e outras atividades de projetos específicos ocorreram também nas salas das próprias coordenadoras.

As orientações de iniciação científica com graduandos bolsistas e voluntários foram desenvolvidas, então, continuamente pelas coordenadoras da RedePso e pela bolsista Pnpd/CAPES. As orientações ofertadas proporcionaram troca de conhecimento e experiências sobre diferentes temas no campo da Psicologia Social. Essas discussões, em sua maioria, são frutos de projetos de mestrado, doutorado e iniciação científica orientados por professores e pela bolsista Pnpd/CAPES que integram a RedePso. A ampliação do campo de debates possibilitou uma rica aquisição de conhecimento em termos teóricos e práticos acerca dos temas estudados, metodologias de pesquisa, bem como a disseminação desses estudos em eventos de Psicologia.

Ao longo desse período foram produzidos ou iniciados relatórios referentes aos projetos de pesquisa financiados, bem como ocorreram apresentação de trabalhos em eventos científicos e publicação de resumos e trabalhos completos nos anais desses, além de reuniões de orientações de trabalhos vinculadas a pós-graduação.

As pesquisas desenvolvidas no projeto RedePso são norteadas por uma perspectiva psicossocial e/ou de Saúde, utilizando, em geral, a Teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1976), Identidade Social (Tajfel, 1981), Memória Social (Sá, 2007). Entre as temáticas investigadas desatacam-se: o contexto da cultura cigana, memórias histórica dos Anos Dourados, infidelidade, violência contra a mulher e paternidade.

Além desses trabalhos, artigos científicos já submetidos, foram aceitos para publicação, bem como outros já se encontram no prelo ou publicados. Há ainda artigos em fase de elaboração ou em processo de avaliação por periódicos científicos nacionais e internacionais. Dessa forma pode-se perceber a relevância de aplicação de projetos não apenas para a comunidade acadêmica, mas também a importância e o retorno dos estudos e intervenções elaborados para a população e suas necessidades.

O Projeto de extensão RedePso conta com um quadro de docentes e discentes que atuam em conjunto para o desenvolvimento das atividades. Além de professores da própria UFES, a RedePso conta com a colaboração de um professor do Departamento de Psicologia/UFF- Campos, RJ. Junto aos professores, estudantes do curso de graduação em Psicologia e do Programa de Pós Graduação, interessados em aprender e aprimorar seus conhecimentos são integrados ao projeto em acordo com seus interesses e disponibilidade de projetos em execução. A permanência desses alunos na RedePso depende do tempo de execução dos projetos, do interesse e disponibilidade de manutenção desse vínculo. Muitos alunos de graduação mantêm o vínculo com a RedePso mesmo após a formação, participando de atividades ou se reinscrevendo como aluno de pós graduação.

A seguir a composição do quadro de docentes e discentes no período de Agosto de 2014 a Julho de 2015.

A. Docentes

NOME	Centro/Depart	FUNÇÃO	CPF
Profª Drª Maria Cristina Smith Menandro	CCHN/DPSD	Coordenadora	78851092753
Profª Drª Zeidi Araujo Trindade	CCHN/DPSD	Colaboradora	00073109860
Profª Drª Célia Regina Rangel Nascimento	CCHN/DPSD	Colaboradora	15891050870
Profª Drª Valeschka Martins Guerra	CCHN/DPSD	Colaboradora	02745001400
Profª Drª Mariana Bonomo	CCHN/DPSD	Colaboradora	09002761775
Prof Luiz Gustavo Silva Souza	Departamento de Psicologia /UFF- Campos, RJ	Colaborador	08488936702

B. Discentes

Nº APROXIMADO DE DISCENTES	CURSO/CENTRO	FUNÇÃO
Claudia Porto do Nascimento	Psicologia / CCHN	extensionista/integrante
Fernanda Negri Smith	Psicologia / CCHN	integrante
Gesiane Silva de Almeida	Psicologia / CCHN	integrante
Roberta Batista Rangel	PPGP/UFES	colaboradora
Kissel Quintana Bello	PPGP/UFES	integrante
Amanda Nicolato	Psicologia / CCHN	integrante
Karina de Oliveira	PPGP/UFES	integrante
Raiza Mota Santos	Psicologia / CCHN	integrante
Juliana Poton	Psicologia / CCHN	integrante
Clarisse Lourenço Cintra	PPGP/UFES	colaboradora
Camila Nogueira B. Duarte	PPGP/UFES	colaboradora
Mirian Beccheri Cortez	PPGP/UFES	integrante
Tammy Motta	PPGP/UFES	colaboradora
Paola Zanotti	PPGP/UFES	colaboradora
Monica Nogueira	PPGP/UFES	colaboradora

O projeto de extensão contou, no período de 2014/02 a 2015/01, com a colaboração de professores vinculados a outras universidades, o que favoreceu a troca de conhecimentos científicos e divulgação de produção acadêmica. A relação desses professores e seus vínculos institucionais consta no quadro abaixo.

C. Contatos Nacionais e Internacionais efetivamente ocorridos em função da atividade, como: convênios, pesquisadores visitantes, etc.

NOME	ESPECIALIDADE	INSTITUIÇÃO	PAÍS	TIPO DE COLABORAÇÃO
Augusto Palmonari	Psicologia Social	Universidade de Bolonha	Itália	Pesquisa
Giannino Melotti	Psicologia Social	Universidade de Bolonha	Itália	Pesquisa
Adriano R. Afonso do Nascimento	Psicologia Social	UFMG	Brasil	Pesquisa
Valdiney Veloso Gouveia	Psicologia Social	UFPB	Brasil	Pesquisa
Roger Giner-Sorolla	Psicologia Cognitiva	University of Kent	Inglaterra	Pesquisa
Fátima Souza Santos	Psicologia Social	UFPE	Brasil	Pesquisa

No quadro seguinte é apresentada a quantificação dos trabalhos e artigos que foram produzidos por estudantes e professores da graduação e pós-graduação em Psicologia, vinculados ao projeto de extensão RedePso.

D. Produção Científica da RedePso no período de 2014/02 a 2015/01

TIPO DE PRODUÇÃO	QUANTIDADE
Apresentações de trabalhos em eventos científicos	09
Publicações de trabalhos completos	02
Artigos publicados	12
Artigos submetidos para publicação	01
Artigos no prelo	04
Capítulos de livros	01

Avaliamos que as atividades desenvolvidas na RedePso propiciou a produção e a difusão de diferentes conhecimentos na perspectiva da Psicologia Social, bem como o fortalecimento de estudos voltados para a fundamentação metodológica em pesquisas e trabalhos. A participação dos estudantes de graduação em conjunto com os professores e pós graduandos contribuiu para a construção de conhecimento e fortalecimento de suas formações profissionais.

Por fim, destacamos que ao longo do período de atuação a RedePso contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento de produções científicas que, além de ter colaborado com estudos voltados para as diversas necessidades da população, gerou também conhecimentos críticos acerca de políticas públicas diversas e de suas implicações para as populações alvo.

REFERÊNCIAS

Pró-Reitoria de Extensão da UFES

Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras - CEP 29.075-910 – Vitória -ES -Tel.: 55 27 3335-2336 Fax: 55 27 3335-2330

proex@npd.ufes.br / www.proex.ufes.br

REFERÊNCIAS

Moscovici, S. *La Psychanalyse, son image et son public*, Paris: PUF, [1961] 1976.

Sá, C. P. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicol. Reflex. Crit.*, v. 20, n. 2, p. 290-295. 2007

Tajfel, H. *Human groups and social categories*. New York: Cambridge University Press, 1981.

Yamamoto, O.H. "Políticas sociais, 'terceiro setor' e 'compromisso social': perspectivas e limites do trabalho do Psicólogo". *Psicologia & Sociedade*; 19 (1): 30-37; jan/abr. 2007.

Projeto de extensão com adolescentes na Unidade de Saúde da Família: espaço de apoio para os jovens e de formação para alunos de Psicologia

Compreende-se que a adolescência pode apresentar contornos diversos a depender da inserção social e cultural do indivíduo, sua história pessoal, além de fatores como gênero, raça e classe social, devendo, tais fatores, serem ponderados ao elaborar projetos que objetivam o trabalho com adolescentes. As definições do período da adolescência também podem variar de acordo com as fontes e pontos de vista, mas no que tange as leis de diretrizes de trabalhos com os adolescentes e proteção dos mesmos, o período da adolescência é definido a partir de um critério cronológico. Para o Ministério da Saúde, baseando-se na convenção elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), considera-se a faixa etária de 10 a 19 anos de idade para situar a adolescência, e no Estatuto das Crianças e dos Adolescentes (ECA), a adolescência está situada entre os 12 e os 18 anos de idade. Contudo, ainda que a adolescência seja muitas vezes compreendida como sendo um momento do ciclo vital, essencialmente atrelado ao desenvolvimento biológico do indivíduo, que se inicia com a puberdade e possui características singulares, alguns autores dão maior enfoque para a construção histórica da adolescência. Esses alertam para o fato de que características comumente utilizadas para descrever a adolescência não possuem determinação biológica ou invariância na sua forma de expressão, mas são enfatizadas pela sociedade. De acordo com dados de 2010 do IBGE o Brasil possui 45 milhões de pessoas na faixa de 10 a 19 anos, o que corresponde a cerca de 26% da população do país. No Espírito Santo esse grupo totaliza 17, 2% da população, e no município de Vitória, a mesma faixa-etária compreende mais de 49 mil pessoas, aproximadamente 15% de toda a população do município. Nota-se, portanto, que grande parcela da população do país se situa na faixa de idade que compreende a adolescência, o que exige a devida atenção das políticas públicas, bem como dos profissionais responsáveis pela oferta de programas de saúde e educação. Torna-se necessário também, a constante comunicação entre pesquisa, formação acadêmica e atuação do psicólogo e de outros profissionais, a fim de atender os adolescentes e jovens de forma integral, resolutiva e participativa, levando em consideração também as dimensões econômica, social e cultural em

Célia Regina Rangel Nascimento – Profª Drª
Orientadora
Luana Keren Moura Garcia – Aluna Bolsista
Carolina Manzine – Aluna Voluntária
Elisara Licia Sant'anna – Psicóloga da
Unidade de Saúde
Maria Rita A. Romanel – Assistente Social da
Unidade de Saúde

que estão inseridos. Partindo dessa visão, o projeto de extensão “Promovendo diálogo sobre saúde e vida com adolescentes”, que teve início em 2004 na Unidade de Saúde da Família de Jesus de Nazareth, busca empreender ações de prevenção e de promoção de saúde que se ajustem à realidade e interesse dos adolescentes. Propõe-se assim, a construção semanal de um espaço onde seja possível discutir e dialogar acerca das dúvidas e vivências dos adolescentes, ampliando suas redes de proteção e favorecendo também a ressignificação da Unidade de Saúde do bairro, que de um simples local de consultas médicas, passa a se transformar em um ambiente de trocas e de apoio para os adolescentes. A Unidade de Saúde na qual ocorre os encontros semanais do Projeto situa-se na comunidade de Jesus de Nazareth, que de acordo com a Prefeitura Municipal de Vitória, é composta por cerca de 3374 habitantes. Destes, 26,32% tem de 0 a 14 anos, e 19,34% tem idade entre 15 a 24 anos, sendo portanto um bairro com grande quantitativo de jovens. Em relação a renda familiar 38,29% das famílias vive com renda entre 2 a meio salário mínimo e 42,76 % com renda entre 2 a 5 salários. Assim como em grande parte dos morros da Grande Vitória, o tráfico de drogas, e os conflitos subsequentes a ele, fazem parte do cotidiano da comunidade, inclusive dos adolescentes atendidos pelo projeto. O projeto tem como metodologia a elaboração de oficinas a partir das demandas trazidas pelos adolescentes, contextualizando as discussões às vivências reais dos participantes. Os temas são abordados de formas lúdicas, por meio de vídeos, teatro, confecção de cartazes, jogos, desenhos, dentre outros, sempre buscando despertar o interesse dos adolescentes, e promover uma reflexão crítica coletiva. Alguns temas já trabalhados no projeto foram: Uso de drogas; Trabalho em equipe; Regras de convivência; Relação do adolescente com a escola; Planejamento de vida e Sexualidade, sendo que para tratar deste último tema de forma mais completa, foram dedicadas seis oficinas no ano de 2014. Tal atenção se justifica pela relevância que possui o exercício da sexualidade na adolescência, como parte do desenvolvimento da autonomia pessoal, bem como do amadurecimento físico e emocional do indivíduo. Embora na adolescência o sujeito esteja fisicamente preparado para o exercício da sexualidade, no contexto histórico-cultural da sociedade ocidental, as relações de poder, crenças, mitos e tabus em torno do sexo e da sexualidade reprimiram e estabeleceram restrição e controle à sua experimentação, limitando também os espaços de troca de conhecimentos. Decorrente a isso, e ao fato de que a adolescência é considerada como um momento de preparação para a vida adulta e tem sido prolongada na atualidade, surge a preocupação das organizações de saúde de que o início da vida sexual dos jovens não seja acompanhado de informações, planejamento e cuidados no sentido de evitar uma gravidez precoce, as doenças sexualmente transmissíveis ou situações de abuso. Com o propósito de promover discussões sobre esses temas, as oficinas realizadas no projeto, buscaram abordar temas como o conhecimento do próprio corpo; crenças acerca do sexo; as consequências do sexo desprotegido, como DST's e gravidez, bem como os métodos contraceptivos; os papéis de gênero e os estereótipos em torno da sexualidade e do gênero, a homoafetividade e a homofobia. O objetivo das oficinas foi buscar promover um espaço saudável de debate, discussões

e troca de experiências e possibilitar uma vivência positiva da sexualidade pelos adolescentes participantes. A participação dos adolescentes nas oficinas do projeto “Promovendo o diálogo sobre saúde e vida” ocorre de forma espontânea, estes são convidados por meio de visitas realizadas à escola parceira do projeto, que se situa na mesma região, como também pelo mapeamento dos adolescentes do bairro feito pela assistente social da Unidade de Saúde e posterior contato com as famílias. De certa forma, a busca dos adolescentes pelo serviço, assim como a frequência de comparecimento, participação ativa destes nas oficinas, e os convites que estes fazem a outros adolescentes, evidenciam o alcance dos objetivos propostos pelo projeto extensão. Além disso, percebe-se o estabelecimento de vínculos afetivos entre os próprios adolescentes e entre estes e a equipe, no aprendizado constante de uma convivência mais harmônica. Espera-se que tais comportamentos possam ser generalizados aos outros contextos de interação, favorecendo relações saudáveis com seus pares e adultos, fortalecendo a rede de apoio destes adolescentes. No que tange à produção acadêmica, os trabalhos empreendidos no Projeto tem favorecido a elaboração de publicação e apresentação de trabalhos científico, bem como a participação dos alunos extensionistas em eventos, impulsionando a divulgação do Projeto atrelado à Universidade Federal do Espírito Santo. Aos alunos de Psicologia, colaborar com o projeto é uma oportunidade de aprendizado e de articular ao saber acadêmico os conhecimentos que advêm da prática em uma comunidade de um bairro popular, possibilitando a criação de novos modos de trabalho da psicologia com grupos. O Projeto, ao contar com uma equipe interdisciplinar, formada por profissionais da área da assistência social, enfermagem, e psicologia, promove o intercâmbio de conhecimentos e a construção de uma prática psicológica mais complexa, somando-se a isso a oportunidade de construir uma visão mais ampla da sociedade, tendo em vista o respeito e a valorização da diversidade, ao estar em constante contato com a cultura local valorizando seus elementos constitutivos. Assim a participação do aluno favorece o desenvolvimento de uma análise crítica sobre papel do psicólogo na sociedade a partir do contato com a realidade, além de proporcionar a articulação entre teoria e prática, desenvolvendo competências e habilidades necessárias para a atuação profissional.

REFERÊNCIAS

- Bock, A. M. B. (2007). A adolescência como construção social: estudos sobre livros destinados a pais e educadores. *Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRPEE)*, 11 (1), 63-76.
- Brandão, E. R., & Heilborn, M. L. (2006). Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(7), 1421-1430.
- Brasil (1990). Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União, Brasília*, 16 de julho de 1990.
- Brasil (2010). Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde. / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília: Ministério da Saúde.

Macedo, S. R. H., Miranda, F. A. N., Pessoa Júnior, J. M., & Nóbrega, V. K. M. (2013). Adolescência e sexualidade: scripts sexuais a partir das representações sociais. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 66(1), 103-109.

Nascimento, C. R. R., Botelho, I. C., Silva, A. R.; Galvão, N. V., Santanna, E. L., Romanel, M. R. A. (2012) Discutindo a saúde do adolescente: a instituição de saúde como espaço de apoio e proteção. In: Andréa dos Santos Nascimento; LuzianeZacché Avellar; Paola Vargas Barbosa. (Org.). *Infância e juventude: promovendo diálogos e construindo ações*. Vitória ES: GM Editora, v. p. 111-130.;

Oliveira, Maria Amélia de C.; Egry, Emílio Y. (1997). A adolescência como um constructo social. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano* 7 (2), pp.12-21.

Ozella, S., Aguiar, W. M. J. (2008). Desmistificando a concepção de adolescência. *Cadernos de Pesquisa*, v. 38, n. 133, p. 97-125, jan./abr.

Taquette, S. R., & Vilhena, M. M. (2008). Uma contribuição ao entendimento da iniciação sexual feminina na adolescência. *Psicologia em Estudo*, 13(1), 105-114.

Os jogos como instrumento no ensino de ciências e biologia nas escolas do Espírito Santo

Introdução

A educação é o ato ou processo de educar-se por meio de métodos que garantam o desenvolvimento intelectual, físico ou mental de alguém. É por meio dela que se é transmitido cultura e conhecimento, influenciando em como o indivíduo irá se comportar em meio à sociedade. O ensino começa em casa, mas a escola, o trabalho ou qualquer outro ambiente em que temos que conviver com outros seres humanos influenciam no modo em que pensamos ou até agimos.

“É mais que instrução ou aprendizagem de conhecimentos e formação de habilidades e de competências, pois inclui, entre outras coisas, interesses, necessidades, intenções, motivações, caráter, capacidades, condutas, crenças, atitudes e valores” (Ramalho e BeltránNúñez, 2011, p. 73)

Graças à preocupação de professores, pais e mestres em relação à educação de seus alunos e filhos há uma grande questão envolvendo como este ensino pode ser transmitido de forma que não haja uma exclusão social e que todos possam ter acesso a ela de forma totalmente igualitária.

“Os professores precisam tratar das relações entre os alunos. Formar crianças para o convívio com as diferenças.” (ZOÍÁ, 2006, p. 23)

Com esta visão, vários projetos vêm sendo criados em todos os ramos, seja da área de exatas, humanas ou biomédicas. Entrando neste assunto, um dos projetos criados foi o “Os jogos como instrumento no ensino de Ciências e Biologia em escolas do Espírito Santo”. Este projeto tem como objetivo levar informação e conhecimento sobre a Biologia Celular nos quesitos de aprender a como trabalhar em grupo e saber desenvolver seus conhecimentos individualmente, por exemplo. E ele tem sido levado em diversas escolas desde alunos da Alfabetização, até alunos do Ensino Fundamental (I e II) e alunos do Ensino Médio.

Edvar Junior Roncetti Coelho, Ian de Oliveira Martins, Marina Braga Pinto Teixeira e Silvia Tamie Matsumoto

Os jogos que são levados para as Instituições de Ensino consistem em um método que visa ensinar conteúdos de Ciências e Biologia, aos estudantes de escolas, e que vem mostrando resultados benéficos, por meio de pequenas pesquisas realizadas ao final de cada aula com uma porcentagem grande de aprovação.

Trata-se de levar um pouco dos monitores de uma forma na qual os alunos possam entender bem e que os monitores, como graduandos e futuros professores de Biologia, possam também aprender com eles a importância e a responsabilidade de um professor em relação à formação destes estudantes. É importante também transmitir às crianças o conhecimento que é adquirido, pelos monitores, durante a Universidade.

Uma excelente forma de divulgação do projeto “Os jogos como instrumento no ensino de Ciências e Biologia em escolas do Espírito Santo” é, além de levar os jogos até as escolas, também apresentar a vários professores a proposta.

“Considerar os educadores e as educadoras nos seus contextos de sujeitos socioculturais, que trazem em suas trajetórias marcas e características próprias – particularidades que estarão presentes numa determinada forma de olhar o mundo, de se permitir analisar as lógicas da realidade e, claro, de conceber a educação.” (DINIZ; RAHME, 2004, p. 130).

Metodologia

A implantação de novas práticas educativas, dentre as quais se destaca o uso de estratégias de ensino diversificadas, possam auxiliar na superação dos obstáculos no ensino de ciências. As atividades lúdicas, em especial o jogo didático, são uma alternativa viável e interessante para aprimorar as relações entre aluno e conhecimento (VARGEN & EL-HANI, 2011). Os jogos foram aplicados às seguintes unidades de ensino: CMEI Marlene Orlande Simonetti - duas turmas do grupo 5 (6 anos) -, EMEF Irmã Jacinta - turmas do 4º ano (8 anos) -, EMEF Jones dos Santos Neves - turmas do 5º Ano (10 anos) -, EEEF Juraci Machado - duas turmas do 6º ano e duas turmas do 7º ano (12 e 13 anos) -, EEEM Rômulo Castelo - cinco turmas de 1º Ano (15 anos) - e EEEM Afrodízio Carvalho da Silva - duas turmas de 1º ano e uma de 2º ano do ensino médio -, totalizando 165 alunos entrevistados.

O trabalho do lúdico nos diversos níveis da educação básica possibilita maior avaliação da eficácia dos jogos e verificação das técnicas no ensino de ciências e biologia, um dos objetivos do projeto. Antes da aplicação dos jogos ocorre uma visita às escolas para uma entrevista com o pedagogo e professor, dando o aceite em receber os jogos e um breve diagnóstico do assunto que está sendo tratado em sala de aula. Posteriormente ao primeiro contato, os bolsistas PROEX vão até a escola e aplicam os jogos didáticos, geralmente relacionados aos assuntos já lecionados pelo professor. Ao final de cada aula foi realizada uma atividade de fixação do conteúdo através de desenho livre para o Ensino Infantil e um questionário para as turmas do Ensino Fundamental e Médio, que foi entregue aos estudantes de cada turma. Este questionário teve o objetivo de avaliar o aprendizado e a relação da aplicação dos

jogos ao desempenho dos alunos na disciplina, além de questões relacionadas à experiência e forma de aprendizagem. Os dados dos questionários foram transferidos em planilha Excel para construção dos gráficos em porcentagem.

Resultados e Discussão

Os jogos aplicados para os alunos da Educação Infantil contemplaram assuntos relacionados ao meio ambiente, saúde e Seres vivos, vivenciados no cotidiano dos alunos. Após a atividade, os alunos criaram desenhos livre relacionados aos temas trabalhados.

Os alunos do Ensino fundamental I e II e Ensino Médio, quando questionados quanto ao seu desempenho nas disciplinas de ciências ou biologia, os estudantes do 5º ano classificaram seu desempenho como ótimo (40%) ou bom (40%) e a maioria dos alunos do 7º ano (60%), classificaram seu desempenho como bom, os outros como ótimo (21%) e regular (19%). Com relação aos alunos do 1º ano do E.M., 51% classificaram como regular, 38% como bom, 6% como ótimo e 4% como ruim.

Nas questões relacionadas ao professor, acima de 80% os estudantes apontaram que eles possuem um ótimo desempenho e mais de 95% responderam que os professores utilizam deste recurso de ensino em sala de aula. Porém, uma média de 57% dos alunos relata que os professores utilizam desta prática como “às vezes”, 30% como utilizando sempre e 13% raramente. Há uma unanimidade entre os alunos quando questionados se gostariam que os jogos fossem aplicados com mais frequência.

Sobre como eles classificam os recursos educativos da escola, 60% dos alunos do 5º ano classificam como ótimo, 50% dos alunos do 7º ano classificam como bom e os alunos do 1º ano do EM classificam como ótimo ou bom, com 40% cada.

Estes resultados demonstram que os jogos ajudam na compreensão de questões ligadas à ciência e biologia nas escolas, como relatam mais de 90% dos alunos entrevistados. E quando perguntados sobre como classificam a aplicação dos jogos, acima de 90% classificaram como ótimo ou bom.

Os jogos funcionam como um método prático, aplicado e interativo. Segundo Kishimoto (1996), atuam como um importante aliado no desenvolvimento social e afetivo, bem como para o desenvolvimento das funções sensório-motoras e a percepção das regras pelos alunos.

A exploração do aspecto lúdico como auxílio no ensino é uma das técnicas que pode facilitar a aprendizagem. O jogo, quando utilizado a fim de se atingir um objetivo pedagógico, é chamado didático. É uma alternativa para se melhorar o desempenho dos alunos em alguns conteúdos de difícil aprendizagem. O jogo não é o fim visado, mas o eixo que conduz a um conteúdo didático determinado. (GOMES & FRIEDRICH, 2001).

Conclusão

Pelos resultados obtidos, este projeto atingiu seus objetivos principais, tornando possível mostrar o quanto os jogos podem ser um instrumento indispensável na aprendizagem, no desenvolvimento e na vida dos alunos. Pôde, também, evidenciar que os professores devem e precisam tomar consciência disso. E demonstrar o quanto os próprios alunos valorizam essas atividades lúdicas.

Observa-se ainda a necessidade de uma maior conscientização no sentido de desmistificar o papel do “brincar”, que não é apenas um mero passatempo, mas sim um objeto de grande valor na aprendizagem e no desenvolvimento dos alunos. Sendo assim, os educadores poderiam considerar a utilização de jogos educativos, com frequência, em parceria com as aulas práticas e usando-os amplamente para atuar como facilitadores do ensino.

Com o desenvolvimento do projeto os monitores divulgam atividades desenvolvidas na UFES, dando uma base para que os alunos procurarem informações sobre a Instituição e sobre os cursos que ela oferece.

Vale ressaltar que com o método adotado para criação do projeto ajuda muito também os estudantes do Curso de Ciências Biológicas da UFES, já que são eles que têm as idéias de como criar e adaptar os jogos já existentes com o assunto que estudam na disciplina de Biologia Celular. Isso também é uma forma de aprender e fixar a matéria de um modo mais dinâmico.

REFERÊNCIAS

- DINIZ, M.; RAHME, M. Da educação especial à educação inclusiva. In: DINIZ, M.; VASCONCELOS, R. N. (Org.). Pluralidade cultural e inclusão na formação de professores e professoras. Formato, 2004.
- GUIMARÃES, THERESINHA, ALVES, THEÓFILO. O professor e a educação inclusiva: formação, prática e lugares. EDUFBA, 2012.
- GOMES, R.; FRIENDRICH, M. A. (2001). A contribuição dos jogos didáticos de conteúdos de ciências e de biologia. Em: Faculdade de Educação da UFF, Rio de Janeiro. (pp. 389 – 392). Anais, I Encontro Regional de Ensino de Biologia da Regional RJ/ES.
- KISHIMOTO, T. M. (1996). Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. São Paulo: Cortez.
- VARGENS, M.M.F.; EL-HANI, C.N. Análise do jogo Clipsitacideos (Clipbirds) sobre a aprendizagem de estudantes do ensino médio acerca da evolução. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, v.11, n.1, 2011
- RAMALHO, B. L.; BELTRÁN NÚÑES. Diagnóstico das necessidades formativas de professores do ensino médio no contexto das reformas curriculares. Revista Educação em Questão, página 69-96, janeiro 2011.
- ZOÍÁ, A. Todos iguais, todos desiguais. Educação: diversidade e inclusão em debate. Página 13-25. Descubra, 2006.

Oficinas de sexualidade e prevenção de DST/AIDS: Uma perspectiva de reflexão-ação

Desde 1995 acontece na Universidade Federal do Espírito Santo o projeto de extensão universitária “Oficinas de sexualidade e prevenção as DST/aids”. Aberto à comunidade, as oficinas acontecem semestralmente ao longo de dez encontros semanais, com grupo fechado. Visa estimular que expressões individuais e coletivas, sejam objeto de debate e reflexão, sempre tomando por base o contexto social e cultural dos opinantes, com metodologia dialógica e horizontal tendo como ferramenta o lúdico. Assim, os temas que perpassam a sexualidade e a prevenção às DST/aids, por vezes repletos de tabus/receios/mitos são colocados “na mesa”.

Os encontros semanais acontecem sob a condução de graduandos “oficineiros”, que atuam coordenando as atividades. Estes contam com a supervisão da coordenadora Profª Drª Maria Amélia Portugal, e juntos analisam, organizam e avaliam o andamento das atividades.

A sexualidade como questão

O projeto busca ultrapassar a prevenção idealizada e que não se efetiva na vida “real” das pessoas. Não visamos reforçar a prevenção que não interage com o social, com o cultural, com as particularidades e as multiplicidades dos indivíduos. Não agimos de maneira prescritiva, normativa, mas visamos construir coletivamente possibilidades de práticas sexuais seguras. O vírus HIV atinge o biológico, mas é intermediado pelo social, afinal o sexo é social. Ao falarmos do corpo, dos modos de proteção, não focamos apenas nos genitais, nos fluidos ou no vírus. As informações técnicas são importantes, mas não impedem que haja a infecção. “A lição já sabemos de cor, só nos resta aprender” canta Beto Guedes. É preciso abordar os diversos fatores que perpassam a sexualidade e a prevenção, e sempre considerando as heranças culturais e históricas que esses fatores carregam. Sendo a sexualidade um fenômeno social, correlato à vida psíquica, é ineficaz falar de prevenção em sexualidade sem tratarmos do que perpassa o corpo social para além da vulnerabilidade às doenças.

O projeto no qual apostamos busca compreender a sexualidade em consonância com a visão construtivista, levando em

Alini Gusmão do Rosario, Graduanda em Psicologia/UFES – alini.gr@gmail.com
Isadora Lee Padilha, Psicóloga graduada pela UFES - isaleep@gmail.com
Larissa Sampaio, Graduanda em Psicologia/UFES - larissasampiopsi@gmail.com
Maria Amélia Lobato Portugal, Professora Doutora do Departamento de Psicologia/CCHN-UFES – maria.amelia.portugal@gmail.com

consideração as desigualdades entre os sexos, a desigualdade social, os preconceitos, o patriarcado, o machismo, a diversidade sexual, as vulnerabilidades femininas e masculinas, a violação dos direitos humanos, a realidade local, entre outros (PAIVA, 2008).

O sexo é biológico, mas também uma relação social entre seres humanos. A sexualidade é parte formadora da identidade, prática cotidiana. Enquanto fenômeno social que envolve diversos fatores, nossos encontros semanais são imersos em discussões em temas lançados com objetivo de provocar questionamentos, através dos quais o próprio grupo busca as origens, sentidos e significados dos atos, costumes e dificuldades.

Buscamos nos diferenciar dos métodos preventivos que se enraizam no modelo biomédico e na visão sexológica tradicional. Nestes modelos podemos observar palestras, nas quais há um profissional detentor do saber que passa informações para os ouvintes (prescrição) com ênfase nas doenças, nos riscos e nos perigos. Com objetivo de modificar os comportamentos de risco, por exemplo, são usadas imagens de genitais com feridas que assustam. Da plateia, frequentemente silêncio e medo. Afirmamos uma estratégia que passa por outra via. Apostamos numa educação em sexualidade que enfatize a potência, a vida, a alegria, que seja emancipatória, horizontal e dialógica.

Uma pedagogia emancipatória

Paulo Freire traz questionamentos sobre o que chama de “educação bancária”, na qual os alunos, passivos, considerados vazios, são preenchidos pelo professor que deposita neles o conhecimento que possui. Essa educação verticalizada comumente impõe o saber dominante, silenciando os que estão ali para aprender o ensinado. Como consequência são fabricadas pessoas dominadas e frequentemente tristes.

Freire, em suas ideias, propõe uma pedagogia que valorize a relação professor-aluno, que considere que ambos aprendem no processo (educador - educando), onde cada educando têm seu conhecimento valorizado e é convidado a compartilhar. O saber em questão é correlacionado ao contexto sociopolítico, à vivência cotidiana, onde através da problematização o conhecimento é (re)construído coletivamente, trazendo à tona consciência, outras posturas, estimulando cidadãos. Esta seria a chamada “pedagogia do oprimido”, que parte da perspectiva do oprimido, e segue em direção à liberdade (FREIRE, 1987).

O movimento da “pedagogia emancipatória” propõem práticas educacionais participativas, planejadas e construídas coletivamente, correlacionadas com o contexto político-social, através do diálogo. Busca-se o “empoderamento” individual e coletivo, termo que tem origem na Língua Inglesa (empowerment), mas que foi resignificado por Freire, e significa a realização por si mesmo (pessoa, grupo ou instituição) de ações que levem ao fortalecimento e à autonomia. Tal processo se dá na obtenção de informações, nas reflexões, no diálogo, na tomada de consciência, na formulação de mudanças da condição que se quer transformar. É um estímulo para que se assumam nova postura a ser colocada em prática de forma ativa

(VALOURA, 2006). Tal concepção transforma práticas de educação em saúde, tanto do ponto de vista da população quanto dos profissionais da saúde.

Nas “Oficinas de Sexualidade e Prevenção de DST/aids” nos inspiramos na pedagogia proposta por Freire como prática educativa. Desde o primeiro encontro com o grupo nos colocamos em um espaço onde todos são conjuntamente responsáveis e construtores. Os oficinandos são vistos como indivíduos ativos, participantes, não havendo espaço para expectadores ou ouvintes. Há garantia do silêncio e respeito às falas dentro do desejo e possibilidade de cada um. Acreditamos que as discussões terão riqueza a partir do compartilhamento das experiências e ideias de cada um. Há conteúdos técnicos importantes a serem conhecidos diante da possibilidade de infecção pelo HIV, mas apenas lançar tais informações não é suficiente para evitar a infecção. É preciso correlacionar as informações técnicas com a vida das pessoas reais, dentro do mundo em que vivem, num espaço em que os objetivos sejam o compartilhamento, a horizontalidade, o respeito mútuo, o comprometimento e envolvimento de todos ali. O objetivo final é a emancipação dos indivíduos, empoderados para agirem em prol de sua vida e saúde, fazendo escolhas conscientes para aumentar as chances de práticas sexuais seguras e satisfatórias.

Aprendendo com o outro através do lúdico

A metodologia da “educação pelos pares”, termo que veio do inglês peer education, acontece quando alguém fica responsável por desenvolver ações educativas voltadas para o grupo do qual faz parte. Esse modelo, desde os anos 70 até hoje, é utilizado para a prevenção em muitos campos da educação para a saúde.

As oficinas realizadas neste projeto se baseiam na educação pelos pares. Os participantes percebem os temas discutidos como questões vivenciadas em suas vidas, e que portanto podem se apropriar delas e expressar suas experiências. Através dos compartilhamentos, os incentivamos ao questionamento das próprias crenças, assim como a reflexão sobre as consequências de possíveis escolhas.

A ludicidade na educação emancipatória é de grande importância, uma vez que estamos falando de através do prazer por em prática uma educação para transformação. Sendo a sexualidade uma temática envolta em muitos tabus, ainda muito enraizada em preconceitos e conservadorismo, o aprender através do riso e da brincadeira se mostra efetivo para romper as barreiras sociais e criar ambiente propício.

O lúdico é a ferramenta que embala nossos encontros no projeto, pois nos auxilia a “quebrar o gelo”, a vergonha, o constrangimento que surgem ao falar de sexo, e convida a falar de si mesmo. Ajuda a lidar dinamicamente com o grupo, pois faz com que os participantes se sintam a vontade, se integrem naquele espaço e se “soltem” para expor suas dúvidas, questões, pensamentos, críticas e opiniões. É com o riso, com o teatro, com dinâmicas grupais, com a exploração pelo tato, com literatura, com colagens, desenhos, com audiovisual, entre outros, que o lúdico perpassa nossos encontros. Para maior detalhamento das atividades realizadas nos encontros ver Rosario, Sampaio & Portugal (2014).

Considerações Finais

O projeto é um espaço de educação em sexualidade, no qual a prevenção às DST/aids é o foco. É através da pedagogia emancipatória, concomitantemente com a perspectiva construtivista da sexualidade, educação pelos pares e ludicidade que as oficinas se dão para a construção de possíveis espaços de diálogo e práticas de prevenção prazerosas e significativas.

O projeto se apresenta como uma proposta alternativa de prevenção que foge das prescrições de comportamentos, do amedrontamento das cartilhas, do moralismo das palestras nas escolas e do automatismo da distribuição de camisinhas.

O trabalho vem acontecendo e gerando significados compartilhados, porém únicos para cada indivíduo. As sistemáticas avaliações coletivas (orais) e individuais (escritas) demonstram processos de rompimento com o que é colocado pela sociedade de forma imposta, determinada e não reflexiva, com rumos a ampliação da conscientização e do empoderamento. Além disso, nos trazem feedback de até que ponto a metodologia têm alcançado os resultados esperados. Podemos perceber ao final da trajetória dos dez encontros, novas subjetividades produzidas, tanto por oficinandos quanto por oficinairos.

A experiência de ser oficinairo impõe muitos desafios. Esta reconhece a importância da sexualidade na vida, busca trabalhá-la em si mesmo, e se propõe a trazer essa discussão para outras pessoas, distintas e diversas. É aprender a lidar com o inesperado, com frustração de expectativa, com reordenamentos dos planos. As supervisões são momentos em que há deslocamento da situação de orientar um grupo, onde se pode expressar sem receios as angustias, dificuldades e incômodos. Assim se pode pensar e repensar o grupo, organizar e reorganizar as atividades de forma que melhor convoque os participantes para estarem ativamente nas oficinas. Problematizar a sexualidade, tanto nas leituras, quanto nas discussões em oficinas e nas supervisões, o conviver com outros oficinairos, com pessoas do movimento social organizado que vivem com HIV/aids (Rede Nacional de Pessoas Vivendo com HIV/aids, RNP+); todas essas relações/situações/posturas são únicas, gerando muito aprendizado.

Com quase quarenta anos de epidemia, fomos impelidos a atualizar antigas questões: sexualidade, relações de gênero, poder, sexo, preconceitos, mistérios, dúvidas, certezas. Formas que cristalizam atitudes e perpetuam-se como cultura, como sociedade. Seguindo a argumentação de Herbert Daniel ([1991]1997), há uma diferença entre a grafia de “aids” (grafia que utilizamos durante este texto) e “AIDS”. AIDS se refere à síndrome causada pelo HIV associada às doenças oportunistas. A aids é uma epidemia, um fenômeno social. É nesse contexto e perspectiva que direcionamos e moldamos nossas formas de trabalho/ação/intervenção no processo de construção de possíveis práticas de prevenção e espaços de diálogo.

REFERÊNCIAS

- DANIEL, H. Anotações à margem do viver com aids. In: LANCETTI, A. (org.) Saúde Loucura. São Paulo - SP: HUCITEC, [1991]1997, p. 3-20.
- FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 17ª ed, 1987.
- PAIVA, V. A psicologia redescobrirá a sexualidade? Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 4, p. 641-651, out/dez, 2008.
- ROSARIO, A; SAMPAIO, L.; PORTUGAL, M. A. L. Tempo de prevenção: Oficinas sobre HIV e sexualidade. In: III Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos (Anais eletrônicos). Vitória, 2014. Disponível em <<http://www.gepsexualidades.com.br/>>. Acesso em 22 de janeiro 2015.
- VALOURA, L. C. Paulo Freire, o educador brasileiro autor do termo Empoderamento, em seu sentido transformador. 2006. Disponível em <http://tupi.fisica.ufmg.br/michel/docs/Artigos_e_textos/Comportamento_organizacional/empowerment_por_paulo_freire.pdf>. Acessado em 05 de março de 2015

Projeto: Ação Saberes Indígenas na Escola

Bolsista: Ana Paula Gonçalves
Coordenadora: Celeste Ciccarone

A Ação Saberes Indígenas na Escola (SIE) é um programa de formação continuada pautado nos princípios da especificidade, da organização comunitária, do multilinguismo e da interculturalidade, assegurados pelo art. 210, § 2º, da Constituição Federal, e no Decreto nº 6.861 de 27 de maio de 2009, que cria os Territórios Etnoeducacionais para promoção, em regime de colaboração com os estados, o Distrito Federal, os municípios e as instituições de ensino superior (IES), da educação escolar indígena, efetivamente adequada às realidades sociais, históricas, culturais, ambientais e linguísticas dos grupos e comunidades indígenas.

O Programa, regulamentado pela Portaria n. 98, de 6 de dezembro de 2013 vem sendo desenvolvido por Redes de Instituições de Ensino Superior (RIES) formadoras, definidas pelo MEC, e com reconhecida experiência na área de pesquisa e formação de professores indígenas, sendo seus objetivos: I - valorização das culturas dos povos indígenas e a afirmação e manutenção de sua diversidade étnica; II - fortalecimento das práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena; III - formulação e manutenção de programas de formação de pessoal especializado, destinados à educação escolar nas comunidades indígenas; IV - desenvolvimento de currículos e programas específicos, neles incluindo os conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades; V - elaboração e publicação sistemática de material didático específico e diferenciado; e VI - afirmação das identidades étnicas e consideração dos projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena.

A Unidade de Referência - Núcleo UFES integra a Rede de instituições de ensino superior, coordenada pela UFMG, e da qual participam UERJ, USP, UEM, UFSC e UFRGS. O Projeto elaborado pelo Núcleo visa responder às demandas de acompanhamento e avaliação da implementação da educação escolar indígena, qualificando a prática educativa dos professores indígenas Tupinikim e Guarani que atuam nas séries iniciais da educação básica nas escolas das aldeias localizadas no município de Aracruz (ES), através da produção de materiais adequados às suas diferentes exigências.

Reuniões periódicas semestrais são promovidas pela SECA-DI/ MEC para estimular as trocas de experiências entre IES e con-

tribuir para o fortalecimento das redes. O FNDE fornece bolsas para todos os membros das equipes do Projeto do Núcleo-UFES, compostas por formadores indígenas e não indígenas, orientadores e professores cursistas Tupinikim e Guarani. O plano de trabalho referente ao primeiro ano vem sendo desenvolvido com financiamento de R\$300.000,00, sendo estes recursos provenientes da matriz orçamentaria 2014 da UFES e geridos pela Fundação Espírito Santense de Tecnologia-FEST.

O primeiro curso de magistério para formação de professores indígenas no Espírito Santo ocorreu no âmbito da educação de jovens e adultos de 1994 a 1999, em parceria entre o Instituto de Desenvolvimento para Educação de Adultos – América Latina (IDEA) e a Pastoral Indigenista. O curso voltado inicialmente para os Tupinikim, incluiu em seguida educadores Guarani os quais participaram sucessivamente de um curso específico de formação de professores – Kuaa-Mbo-e – Conhecer/Ensinar desenvolvido em parceria entre os governos do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, MEC e FUNAI. Em 2001, atendendo às reivindicações dos professores indígenas, a Prefeitura de Aracruz, através de concurso específico, contratava educadores indígenas titulados nos Cursos de Formação. Desde então só ocorreram ações pontuais e esporádicas que não atendem às demandas de uma formação continuada estruturante, tendo em vista a elaboração de currículos e de materiais didáticos específicos.

“Vimos que o processo quando um estado brasileiro, pela primeira vez falando dos direitos indígenas, sabe que existem pessoas que não querem que nos tenhamos nossa educação diferenciada. Nós fazemos nossas reuniões a nível nacional e regional, para alcançar nosso objetivo. Sabemos que devemos lutar, hoje temos a oportunidade por que alguém lutou por nós, nossos líderes indígenas, passaram fome e frio, temos que valorizar, se não estaremos jogando fora todos os nossos saberes, tudo o que os líderes antigos nos ensinaram.” Werá Kwaray -Antonio Carvalho- Cacique Guarani (I Seminário do Projeto Saberes Indígenas na Escola, novembro 2014).

O contexto no qual o Projeto é implementado é caracterizado pela escassa inserção da UFES enquanto instituição formadora no campo da educação escolar indígena e pela precariedade e desatualização da formação docente das primeiras séries da educação básica nas escolas indígenas, desconectadas dos debates nacionais e das redes de educadores indígenas que possibilitam trocas de experiências, reflexões sobre as práticas e fortalecimento das reivindicações para uma educação bilíngue, específica e intercultural. O cenário escolar se configurava nos moldes de um modelo educacional integracionista, de cunho colonial que revelava a persistência de relações de tipo tutelar e subalterno num contexto de contato interétnico intenso dos professores indígenas com a sociedade regional.

Sendo assim, a formação continuada e a produção de material didático específico foram processos construídos na base de um diálogo constante entre a IES, as equipes, professores e as comunidades, com aposta na autonomia dos próprios educadores indígenas nos processos de pesquisa, ensino e aprendizagem em consonância com os projetos políticos e educativos de suas comunidades.

Entre as atividades desenvolvidas, a cartografia feita pelos próprios indígenas,

foi o ponto pé inicial do Projeto, no intuito dos próprios educadores realizarem uma pesquisa/diagnóstico sobre as principais referências de cada povo para a educação escolar indígena, configurando eixos que serviriam como estímulos para pensar a realidade escolar juntamente com as comunidades. A experimentação da cartografia foi de suma importância no que diz respeito ao modo de pesquisar, de observar, ouvir a comunidade e assim trabalhar a partir de uma demanda coletiva. Oficinas sobre Etnomatemática, Materiais didáticos, Etnoconhecimentos, História e Memória, ocorreram conjuntamente como atividades mapeadas no trabalho das cartografias produzidas pelos/as próprios/as indígenas nas aldeias. Articulando as oficinas com a cartografia se pretendia trabalhar eixos do Programa Saberes, repensar as práticas escolares e contribuir para elaborar as propostas de produção de material didático em diferentes formatos e linguagens.

Para tanto, foram ainda realizadas oficinas sobre linguagem e uso de audiovisuais, e sobre edição e editoração de material didático, bem como encontros com as equipes do projeto de acompanhamento e avaliação onde a diversidade presente na composição destes grupos estimulava discussões importantes sobre áreas de conhecimento e produção de saberes. Todas as atividades realizadas envolveram múltiplos registros e linguagens, sobretudo oral, escrito, audiovisual para a produção de um material didático que será de uso tanto das escolas quanto das comunidades.

O projeto busca integrar múltiplas formas de pensar a produção do conhecimento e os processos de ensino-aprendizagem dentro e fora da sala de aula, valorizando os modos de vida de cada povo, com referencial nos saberes dos mais velhos e de suas formas de transmissão pela oralidade e imitação. Desta forma, traz a possibilidade de dialogar não só entre disciplinas, mas entre culturas, num compromisso maior com a interculturalidade do que com a interdisciplinaridade que arrisca perpetuar o domínio da perspectiva ocidental e de uma noção de segmentação das áreas de conhecimento. Investir no desafio da interculturalidade, que pressupõe, como ponto de partida, a simetria, e não a assimetria, entre saberes indígenas e ocidentais, sem as quais torna-se inviável o exercício de um diálogo entre pares, e o reconhecimento da singularidade de cada cultura, isto é, a prática de ensinar e vivenciar o mundo a partir de formas específicas de categorização e entendimento como desafio para as professoras e professores indígenas, fazendo da comunidade e da escola campos de pesquisa e investigação.

O projeto está portanto comprometido com os projetos políticos dos povos indígenas Guarani e Tupinikim, pra sua autodeterminação e busca de autonomia num contexto dominado por um histórico de práticas tutelares e coloniais e neo-coloniais laicas e religiosas, visto que os beneficiários não são somente os alunos/as, professores/as, mas também as comunidades, fortalecendo o reconhecimento dos direitos de cada povo pensar e produzir um modo que lhe próprio de ensinar e transmitir conhecimento.

REFERÊNCIAS

- BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Educação Escolar Indígena: um modo próprio de recriar a escola nas aldeias Guarani. Cad. Cedes, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 197-213, maio/ago. 2007.
- COHN, Clarice. A criança, o aprendizado e a socialização na antropologia. Crianças Indígenas: ensaios antropológicos. (Organizadoras - Aracy Lopes da Silva, Angela Nunes, Ana Vieira Lopes da Silva Macedo) - São Paulo: Global, 2002.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura com aspas. CosacNaify. 2009
- FERREIRA NETTO, W. A transmissão de conhecimento entre os Guarani do Ribeirão Silveira. Terra Indígena – 73, pp. 7-28, 1995.
- KAWALL, Mariana. Divina abundância: fome, miséria e a Terra-Sem-Mal. pág 150. Crianças Indígenas: ensaios antropológicos. (Organizadoras - Aracy Lopes da Silva, Angela Nunes, Ana Vieira Lopes da Silva Macedo). 2002.
- MONTE, Nieta Lindenberg. Escolas da Floresta. Entre o Passado Oral e o Presente Letrado. Editora Multilet-ras, 1996
- SECADI MEC – Secretaria de Educação Continuada: Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Portaria Saberes n.98 /2013
- SILVA, Sergio Batista da. Cartografia sociocultural de espaços e práticas educativas ameríndios: refletindo sobre a indigenização da escola. Espaço Ameríndio, v. 7, n. 2, p. 227-238. UFRGS, 2013.
- TASSINARI, Antonella. Múltiplas Infâncias: o que a criança indígena pode ensinar para quem já foi à escola ou A Sociedade contra a Escola. Artigo ANPOCS - Ano 2009
- _____. Antonella. Concepções indígenas de Criança no Brasil. Tellus, ano 7, n. 13, p. 11-25, out. 2007.

Observatório dos conflitos no campo

Simone Raquel Batista Ferreira, Professora na Universidade Federal do Espírito Santo
Priscila Krause de Almeida, Graduanda em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

O Observatório dos Conflitos no Campo (OCCA) é um Projeto de Extensão do Departamento de Geografia, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e Naturais, registro SIEX n.º 400207, que se originou no ano de 2007 sob a coordenação do Prof. Dr. Paulo Scarim e desde meados de 2013 vem sendo coordenado pela Prof.ª Dr.ª Simone Raquel Batista Ferreira. O projeto nasceu com o objetivo de acompanhar e registrar os conflitos agrários no Espírito Santo, e alimentar o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA-LUTA) – projeto coordenado pelo Núcleo de Estudos da Reforma Agrária (NERA)/UNESP – Presidente Prudente (SP). Na busca de ampliar e se apropriar dos demais debates referente às questões agrárias, hoje o OCCA se constitui a partir de quatro atividades: 1) Banco de Dados da Luta pela Terra- REDE DATALUTA; 2) Acervo bibliográfico; 3) Grupo de estudos e extensão “Territórios Tradicionais”; 4) Parcerias com outros projetos de extensão da UFES.

1) O DATALUTA é um projeto criado no ano de 1998 pelo Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), vinculado ao Departamento de Geografia da UNESP-Presidente Prudente (SP) que, ao longo do tempo se articulou com demais universidades do Brasil formando assim uma rede, cujo objetivo é coletar, registrar e produzir relatórios quantitativos a respeito da luta pela terra no Brasil, alimentando o Banco de Dados da Luta pela Terra (DATA-LUTA). Em 2007, o OCCA surgiu com esse objetivo e ficou responsável pela coleta de dados referente ao estado do Espírito Santo. A Rede DATALUTA surgiu devido à dificuldade dos pesquisadores e outros interessados pela questão agrária terem acesso a esse tipo de informação. Para a realização desta atividade, é utilizada a metodologia a seguir.

Acompanhamento de jornais virtuais e impressos de manifestações e ocupações realizadas por movimentos do campo no Espírito Santo. Estes dados são registrados em uma planilha de acordo com seis categorias: ocupações de terra, assentamentos rurais, movimentos socioterritoriais, manifestações e estrangeirização. Essas planilhas são encaminhadas para o NERA mensalmente. No final do ano, cada grupo fica responsável em produzir um relatório quantitativo referente ao estado em que se situa, onde os dados são apresentados na forma de tabelas, gráficos e mapas.

Para a confecção das tabelas, gráficos e mapas é utilizado software Excel e o PhioCarto. Ao final de cada ano, é realizada a Reunião Nacional do DATALUTA, onde os grupos membros se reúnem para debater e analisar os relatórios produzidos de cada estado. Os dados são entregues: ao Acervo Documental dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), estabelecido no Centro de Memória de Documentação da UNESP (CEDEM); à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que produz anualmente o Caderno de Conflitos no Campo; e também disponibilizados na página do NERA. Esses dados são utilizados por estudantes e pesquisadores, em vestibulares nacionais, em periódicos nacionais e internacionais.

A participação do OCCA na Rede DATALUTA, além de contribuir para o registro e a divulgação da questão agrária no estado do Espírito Santo, também proporciona o contato com outros grupos de pesquisa e o conhecimento dos processos vividos em outros estados. Dessa maneira, nossa inserção possibilita uma análise mais apurada dos fatos relacionados à questão agrária em todo o território brasileiro, e a capacitação para o preparo de materiais e subsídios para pesquisas em torno da Geografia Agrária e áreas afins. 2) O Acervo Bibliográfico do OCCA conta com cerca de 800 títulos relacionados à temática agrária/rural, com o objetivo de auxiliar os estudos relacionados a essas questões e é disponibilizado para as consultas e pesquisas das comunidades interna e externa à UFES. 3) O Grupo de Estudos e Pesquisa “Territorialidades Tradicionais” - registrado na PRPPG sob o n.º 5067/2014 e também no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq - teve início em julho de 2013, com o intuito de realizar estudos a respeito das formas de territorialidade estabelecidas por povos e comunidades tradicionais em situação de conflito com projetos desenvolvimentistas. No período de junho 2013 a junho 2015, realizamos leituras a respeito das formas de territorialidades desses grupos, bem como de suas matrizes de racionalidade, conflitos vivenciados e formas de resistência construídas.

Outra atividade do Grupo de Estudos refere-se às pesquisas com as comunidades tradicionais no estado do Espírito Santo. Iniciamos esses estudos em 2013 com uma comunidade ribeirinha localizada em Regência (Linhares-ES) e que se encontrava em situação de conflito territorial. Produzimos um relatório a respeito de seu território tradicionalmente ocupado (ALMEIDA, 2005), no qual utilizamos metodologias de cunho colaborativo, proporcionando espaço para a voz dos próprios sujeitos impactados: a Pesquisa Ação, a História Oral e a Cartografia Social. A Pesquisa Ação potencializou-se através da “Expedição Cabruca” (nome adotado pelo grupo de pesquisa), que foi construída pela interação entre a comunidade local e o grupo de pesquisa. Para Dionne (2007), fazer pesquisa-ação tende a levar adiante duas tarefas: uma tarefa de pesquisa, cujo cunho é desenvolver conhecimentos; e uma tarefa de ação, que tem como objetivo “intervir” em uma situação peculiar, colocando sempre em parceria pesquisadores e sujeitos implicados, que juntos, vão promover ações para transformar a situação inicial em uma situação desejada, com base em atitudes e valores democráticos. O pesquisador desempenha um papel importante na análise e interpretação dos resultados, mas não possui um papel hierárquico na produção do conhecimento, construindo as decisões coletivamente e garantindo

aos participantes-atores a manifestação de suas expectativas e a liberdade de expressão. O uso da História Oral distinguiu-se para a compreensão da história vivida naquele lugar e tomou papel importantíssimo para a autoafirmação dos indivíduos. Neste cenário, busca-se abrir espaço à voz dos sujeitos da pesquisa, que constituem a fonte principal de informação. Segundo Bom Meihy (1996) apud Borges (2012), a História Oral é uma ferramenta moderna para a construção de documentos. A partir da história oral é possível captar as experiências vividas de pessoas dispostas a nos apresentar aspectos de suas vidas, levando sempre em consideração o contexto social. A História Oral nos possibilita compreender e registrar as experiências dos sujeitos impactos, que não aparecem nos documentos institucionais, que trazem, predominantemente, a versão do dominador. Sem esta metodologia, seria bem mais difícil entender os impactos gerados em determinado território, levando em consideração a versão desses sujeitos subalternizados historicamente (QUIJANO, 2005). Na busca de conhecer o território pleiteado pela comunidade, utilizamos a Cartografia Social. A Cartografia Social potencializa-se no sentido de dar visibilidade aos territórios não reconhecidos pelas instituições e nem pelo senso comum, criando condições para que os próprios sujeitos que se apropriam desse espaço nos apresentem seus territórios. Iniciativas como a Cartografia Social, vinculam-se de algum modo ao contexto de tentativas de resgatar, mediante a grupos étnicos antes subalternizados, incluir e tonar mais democrático Estados que estiveram por décadas marcados pelo autoritarismo (HOOKER, 2006).

Esse relatório foi finalizado em agosto de 2014 e entregue à comunidade e também ao Ministério Público Federal (Linhares-ES). Teve fundamental importância como registro a respeito da existência desse território que se encontrava ameaçado e contribuiu para promover, junto à comunidade, a capacitação a respeito de seus direitos e a resolução do conflito territorial existente. Algumas oficinas foram realizadas com esse intuito; dentre elas, a Oficina sobre os Impactos Territoriais decorrentes da Mineração e Portos, realizada em julho de 2014 na Vila de Regência (Linhares-ES), com a parceria do Projeto de Extensão Organon/ UFES e o apoio financeiro da Associação dos Docentes da UFES (ADUFES).

A partir desse trabalho, foram surgindo mais demandas, onde outras comunidades que já vinham sendo impactadas por projetos desenvolvimentistas nos solicitaram estudos a respeito de seus territórios tradicionalmente ocupados.

Atualmente o grupo se encontra trabalhando com a Comunidade de Areal, localizada próxima a comunidade ribeirinha citada anteriormente e que vem construindo seu processo de auto atribuição identitária como indígena Botocuda. As metodologias adotadas nesse trabalho também são a Pesquisa Ação, a História Oral e a Cartografia Social. Já foram realizados alguns trabalhos de campo com essa comunidade, onde pudemos coletar informações a partir da história oral. Esse trabalho encontra-se em construção, onde está prevista a realização de oficinas de Cartografia Social, contribuindo para seus processos de organização e a produção do relatório de reconhecimento do seu território.

Além dessa comunidade, outras demandas surgiram com a Comunidade de

Degredo, localizada em Linhares (ES), bastante impactada por projetos desenvolvimentistas e que vem construindo seu processo de identificação como quilombola.

Essa atividade vem estimulando a realização de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) e Projetos de Iniciação Científica (PIBIC) nos cursos de Geografia e Serviço Social da UFES. A divulgação desses trabalhos tem-se por meio de artigos que foram apresentados em eventos científicos, tais como:

- FERREIRA, S.R.B. *Conflitos Territoriais e a explicitação de matrizes de racionalidade divergentes: projetos desenvolvimentistas e a emergência de r-existências dos povos e comunidades tradicionais no Espírito Santo*. I Seminário Geografia e Giro Descolonial: experiências, idéias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Universidade Federal Fluminense (UFF)/ Instituto de Geociências, 17 a 19 de novembro de 2014. (Aguardando a publicação)
- FERREIRA, S.R.B. *Projetos Desenvolvimentistas e Conflitos Territoriais: a emergência de resistências de povos e comunidades tradicionais no Brasil*. XV Encuentro de Geógrafos de América Latina “Por una América Latina unida y sostenible”. Habana/ Cuba, de 6 a 10 de abril de 2015.

Além disso, esses trabalhos de pesquisa e extensão geraram a publicação de dois artigos elaborados coletivamente no Boletim DATALUTA, no intuito de demonstrar as reflexões e os resultados concretos gerados pelas pesquisas:

- FERREIRA, S.R.B.; ALMEIDA, P.K. de; OLIVEIRA, J.; SALDANHA, M.C. *Conflitos territoriais entre projetos desenvolvimentistas de ampliação da infraestrutura portuária e comunidades tradicionais no Espírito Santo*. Boletim DATALUTA n.79, julho 2014. Presidente Prudente-SP: NERA. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_7_2014.pdf
- FERREIRA, S.R.B.; ALMEIDA, P.K. de; VARGAS, A.A.; ZANOTTI, E. *A relevância da extensão para a produção do conhecimento e atuação junto a comunidades em situação de conflito territorial*. Boletim DATALUTA n.91, julho 2014. Presidente Prudente-SP: NERA. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_7_2015.pdf

4) Outra atividade que o OCCA vem consolidando está aliada ao Projeto de Extensão “Territorialidades e Cultura” (registro SIEX: 400848), vinculado ao Programa de Extensão “Grupo de Estudos sobre Cultura e Educação Popular”, do Departamento de Serviço Social (CCJE/UFES), e que tem como objetivo propiciar a reconstrução da memória histórica da experiência organizativa da Comunidade Pesqueira da Ilha das Caieiras, localizada na Grande Vitória-ES, no sentido de fortalecer a preservação dos saberes, tradições e costumes relacionados à atividade da pesca e do preparo de mariscos, através da metodologia da História Oral, Cartografia Social e Educação Popular.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Terras Tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização e movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* v.6, n.1, p.9-32. ANPUR, 2004.
- BORGES, Vilmar José. Modos de realizar estágio curricular supervisionado em geografia: vozes de professores supervisores e professores parceiros na Região Sudeste (Brasil). 2012. 250 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2012.
- DIONNE, Hugues. *Apesquisa-Ação para o Desenvolvimento Local*. Brasília-DF, 2007.
- HOOKE, J. Inclusão Indígena e exclusão dos Afrodescendentes da América Latina, *Tempo Social* v.18 n.2, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (org.) *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais - Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p.227-278.

RELEITORES

O projeto de extensão “Releitores” teve início em 2006, na Universidade Federal do Espírito Santo, no Centro de Ciências Humanas e Naturais (CCHN), no Departamento de Línguas e Letras (DLL) e continua atualmente em plena atividade. A sede do projeto está localizada no campus de Goiabeiras, no prédio Bernadete Lyra, sala 02.

O referido projeto de natureza extensionista visa à revisão de textos escritos com acompanhamento ao produtor do texto, para aperfeiçoamento de sua capacidade de escrever. A realização desse trabalho é muito importante para os atendidos e para os monitores. Os atendidos podem melhorar a produção textual, ter acesso a materiais didáticos propostos pelos monitores, sanar as dúvidas quanto ao texto. Para os monitores, é, entre outras coisas, um laboratório, já que a pesquisa por assuntos relacionados ao texto é constante entre os envolvidos no Projeto.

O grupo atende alunos da Educação Básica, principalmente aqueles que pretendem prestar as provas do Enem e de vestibulares, e as diversas esferas da UFES (atendendo alunos da graduação e da pós-graduação) e assessoria em eventos e projetos que ocorrem nesta universidade, como a revisão de folder, cartaz, panfleto e materiais de divulgação de eventos.

Atualmente, o projeto conta com a participação de quatro alunos de graduação, dois computadores para pesquisa e recebimento de textos para revisão, duas mesas para produção de atividades e/ou estudos, acervos de livros para auxiliar nos atendimentos e nas reuniões quinzenais dos integrantes, duas impressoras em casos de necessidade do próprio projeto, telefone para entrarem em contato em busca de atendimento ou quando houver necessidade em prol do projeto.

São indispensáveis para os releitores as ferramentas tecnológicas como: o telefone, o qual possibilita as marcações de atendimento, para o público-alvo entrar em contato com urgência ou não, pois é a forma mais eficaz de se agendar com antecedência - ao observar que os textos, em maior ocorrência, têm prazos a cumprir. É utilizado, também, pelos próprios integrantes para comunicação interna do projeto, visto nem todos possuem condições de arcarem com os gastos dos seus aparelhos telefônicos. O computador, por sua vez, antecipa o atendimento, pois é através dos emails que se recebe o material para análise, assim

Rhanna Lara Carvalho Nascimento (UFES/
PROEX)

Leila Maria Tesch (UFES)

os leitores podem acessá-lo, possibilitando marcar as inadequações e esclarecer possíveis dúvidas antes da chegada do autor. Outro benefício dessa máquina é a diminuição de cópias e impressões de textos acadêmicos, com o intuito de economizar os papéis para preservação do meio ambiente, ou seja, as impressoras são utilizadas em caso de extrema necessidade.

Os objetivos do projeto visam propiciar o aprimoramento da produção de texto pelos estudantes que formam o público-alvo. Por meio dos atendimentos individuais (realizados por monitores do Curso de Letras), os estudantes são levados a auto-avaliar e aperfeiçoar seu próprio texto. Acompanhar a produção textual de alunos da educação básica e universitários de qualquer nível de ensino, interno ou externo à UFES. Aprimorar a escrita dos estudantes por meio de atendimento individual, em que os monitores de projeto buscam conscientizar os estudantes sobre suas dificuldades e potencialidades no exercício da escrita. Além de colaborar para a formação do aluno de Letras, enquanto professor e pesquisador.

O Releitores funciona por meio de escalas de atendimento individual com uma hora de duração, a fim de realizar o acompanhamento e a revisão textual de indivíduos que buscam orientação para melhorar sua produção textual escrita, ou seja, os atendimentos são realizados, somente, com a presença do autor do texto.

Os atendimentos são marcados conforme as disponibilidades dos monitores e do requerente. Dependendo do texto acadêmico, é pedido para o autor deixar o contato de telefone, email, curso e o gênero textual, enviar o texto escrito com antecedência à sua data marcada para atendimento, pois o monitor poderá anotar os apontamentos e se surgirem dúvidas haverá tempo para pesquisar. Quando há necessidade, os atendimentos são prorrogados.

A revisão de texto acadêmico atrai muitos estudantes, pois a maior divulgação do projeto é a transferência de um indivíduo que foi atendido pelo projeto para outro indivíduo que busca a mesma prestação de serviço, porém, são recorrentes aqueles que acreditam que o projeto faz a revisão gratuita e sua presença é desnecessária. Essa situação, quando esclarecida, aumenta o número de desistência.

No entanto, vale destacar que, ao contrário disso, temos como registro do primeiro semestre de 2015 (dois mil e quinze), aproximadamente, 25 (vinte cinco) atendimentos realizados, ou seja, pessoas que se beneficiaram com o projeto e que retornam com frequência, com novos textos e aprendem novas informações. Para os integrantes, é possível acompanhar a evolução dos textos escritos através dos registros e a continuidade do atendimento, como, também, informações, antes desconhecidas por eles, que contribuem para o texto e apresentação oral.

Sendo finalidade do projeto, auxiliar no aprimoramento da produção textual dos sujeitos de todos os níveis escolares, internos ou externos à UFES (fundamental, médio e superior), os monitores têm promovido os atendimentos de maneira justa, principalmente para o público de graduação, mestrado e doutorado (conforme registrado nos relatórios anuais), devido ao nível de complexidade por abranger cursos com áreas distintas como: geografia, história, ciências sociais, ciências contábeis, química, matemática, odontologia (doutoranda), entre outros, os quais necessitam

de orientação do coordenador do programa.

Os membros do projeto, alunos graduandos de Letras, são divididos no intuito de organizar e dividir as atividades. Todos realizam atendimentos e estudos pessoais, referentes às disciplinas que estão cursando, durante os plantões de monitoria. Os plantões são decididos a partir da carga horária disponível, geralmente, no contra turno de cada integrante. Dessa forma, é disponibilizado atendimento nos turnos matutinos, vespertinos e noturnos, para atender as prestações de serviços ou auxílio aos requerentes. O plantão de atendimento são de 8 (oito) horas semanais para os voluntários e 20 (vinte) horas semanais para o bolsista.

Uma das atividades dos leitores é elaborar formas de divulgação do projeto, porque sem divulgação não haverá demanda para atendimento, e não haverá novos integrantes, o que pode resultar no enfraquecimento do projeto. Existe uma página no facebook com o nome do projeto e em outras redes sociais (atualizadas constantemente), anúncios nos jornais da universidade e pregados nos quadros informativos nos corredores dos prédios da universidade, apresentação do projeto no início dos semestres para turmas iniciais, distribuição de cartões de visita, emails (todas as divulgações possuem a logomarca e a arte do projeto) e parceria com outro projeto de extensão denominado PECS (Projeto Educacional Compartilhando Saberes), um pré-vestibular voltado para comunidade carente da Grande Vitória, em que se corrigem redações, juntamente com os pré-vestibulandos.

Atualmente, está sendo elaborada uma nova divulgação do projeto, que busca ampliar o espaço de atendimento, para levar os Releitores aos outros departamentos de cursos ou outros projetos de extensão que necessitem dos serviços oferecidos, dentro na universidade, conforme ocorrido com o PECS e a grande procura de revisores de textos para congressos que foram observados nos relatórios semestrais.

Para embasamento teórico das monitorias de texto, os participantes realizam pesquisas sobre texto e discurso para as reuniões quinzenais orientadas pelo professor coordenador do projeto e demais co-coordenadores, colaboradores e voluntários, formados por outros professores do DLL, duração de 1 (uma) hora. Nessas reuniões, os integrantes participam de oficinas práticas de revisão e correção textual. Os monitores aproveitam as reuniões para sanar dúvidas que surgem nas correções de textos escritos no momento dos atendimentos.

O dia da reunião é decidido através do aplicativo de comunicação Whatsapp ou na própria reunião decidem o próximo encontro. No início do semestre, após as férias, é decidida a primeira reunião, via email, com o objetivo de regulamentar o calendário e o funcionamento do projeto. A partir da segunda reunião, um integrante do projeto é responsabilizado em levar um tema específico que contribua para avaliação textual, com embasamento teórico acessível a toda equipe, e assim sucessivamente, sempre com auxílio do coordenador.

Devido à busca de revisão textual ser ilimitada, sem categoria ou nível de ensino, é comum a solicitação de mestrandos e doutorandos finalistas para pedir auxílio em suas teses, que requer um domínio de conhecimento e, na maioria dos casos, o prazo é menor para ser revisado, por tanto, os integrantes recorrem ao pro-

fessor/coordenador do projeto para ajudar os monitores em tal tarefa. Geralmente, o projeto é solicitado para ajudar na correção de resumos enviados aos congressos, o que foge dos princípios dos corretores, porém é permitido aos integrantes participarem, pois é fornecido certificado e o nome do integrante é inserido na publicação como um dos corretores dos trabalhos.

Esses atendimentos realizados e não realizados (no caso de pessoas que desistem da revisão ou desejam simplesmente obter o texto revisado, porém sem o atendimento presencial) devem ser registrados por todos os monitores e ao final de cada semestre são elaborados relatórios individuais para compor o relatório anual (produzido pelo coordenador responsável do projeto) que passa por avaliação, apreciação e aprovação da Câmara Departamental.

Os estudos realizados desde 2006 entre os integrantes do grupo Releitores resultam na contribuição para o próprio graduando de Letras, principalmente, nos conteúdos de Linguística e na Gramática normativa, pois não é fornecido, na grade curricular do curso (como disciplinas obrigatórias), o ensino específico dessas áreas.

O recebimento de indivíduos de diversos níveis escolares com experiências acadêmicas divergentes contribui e enriquece o conhecimento do graduando (integrante do projeto), significativamente, pois ultrapassa as relações interdisciplinares e tornam-se transdisciplinares, ao mesclar o estudo da linguagem mais o tema trazido na discussão pelo requerente de outros cursos.

Portanto, o projeto oferece aquisição inesgotável de conhecimentos transdisciplinares, observações, curiosidades e questionamentos que podem ser transformados em publicações, trabalhos de conclusão de curso (TCC), artigos científicos, projetos de iniciação científica e pesquisas no mestrado. Para a organização interna e verificação das atividades, os participantes do projeto aprendem a desenvolver relatórios semestrais acerca dos estudos e atendimentos realizados, dominam com facilidade, a partir dos encontros quinzenais e nos atendimentos, as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), compreendem a importância da leitura, escrita e alfabetização, acrescentam certificados no Curriculum Lattes, o que é fundamental para concursos públicos.

Assim, é possível notar a importância da existência do projeto Releitores, tanto para o público-alvo como para os alunos que o integra (os monitores), por isso, em 2016 completará dez anos de contribuição positiva e construtivista para alfabetização e a educação voltada para o cidadão (o estudante), sociedade e meio ambiente. Um projeto completo, que visa a compartilhar as estruturas do texto através dos atendimentos, a experiência do professor/coordenador, conhecimento a partir das reuniões e os saberes: conscientização sobre o meio ambiente, responsabilidade, organização e o trabalho em equipe. Essas noções destacadas ultrapassam as justificativas e os objetivos gerais e específicos apresentados pelo projeto. Atualmente, os monitores são voluntários e dedicam o tempo disponível para auxiliar o projeto, por isso seria benéfico que houvesse, no mínimo, duas bolsas as quais contemplassem esses estudantes. Dessa forma, aumentaria, em dois sentidos, o nível de procura e de interesse em filiar-se ao programa.

Redes de Políticas no território - políticas públicas e movimentações sociais

O Programa de Extensão configura-se como desdobramento do projeto de extensão “Redes no Território: políticas públicas de assistência social, educação e saúde” e do Projeto de Pesquisa “Redes de políticas públicas: movimentações sociais e regulamentação da vida”. Atuamos na rede que se compõe entre as políticas públicas, os equipamentos públicos e as comunidades locais. Inicialmente ocupamos parte da região 2 do município de Cariacica/ES (divisão administrativa criada a partir do Programa de Organização Territorial/POT), intervindo junto à população e aos equipamentos de saúde, educação e assistência social locais. Os projetos de pesquisa realizados têm produzidos análises sistematizadas e dados que subsidiam as intervenções das ações de extensão. Cabe ainda considerar que o Projeto de Extensão “Redes no Território: políticas públicas de assistência social, educação e saúde” foi proposto em 2009 por estudantes de graduação e de pós-graduação a partir de 01 disciplina optativa do curso de graduação em psicologia em que mestrados e graduandos discutiam políticas públicas e processos de exclusão social, afirmando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Os projetos têm atuado no fortalecimento dos espaços de participação social, cartografando o modo como a sociedade produz e participa da construção e gestão das políticas públicas. Acompanhando os modos como vêm se organizando o Conselho de Escola, o Grêmio Estudantil, as associações de moradores e os processos de participação social, formais e informais, efetuados pela juventude na comunidade, buscamos compreender como tem operado a gestão compartilhada das políticas públicas no município de Cariacica. Vivenciamos cotidianamente formas endurecidas e hierarquizadas de gestão das políticas públicas, por isso mostra-se necessário fortalecer relações que produzam sujeitos capazes de criar e de gerir as políticas públicas e que se sintam co-responsáveis pelo processo de produção destas políticas. Passos e Benevides (2005) afirmam que a passagem da política de governo para uma política efetivamente pública não é um processo fácil e garantido. Portanto, o desafio que se coloca é nos conectarmos às forças coletivas, na vivência diária das políticas e dos movimentos

Ana Heckert - Coordenação
Giselly Martins - Mestranda PPGPSI
Danilo Lemos - Psicólogo voluntário
Camila Emmerich, Caio Ancillotti, Daniel
Fernandes, Dayan Marchesi, Fabrício
Oliveira, Helom Oliveira, Ingrid Ricardo,
Jéssica Deina, Jéssica Souza, Joyce
Reis, Lorena Freguete, Naiara Castello -
Graduandos em Psicologia

sociais com o intuito de construir e fortalecer políticas efetivamente públicas na máquina de Estado (PASSOS; BENEVIDES, 2005). As pesquisas e projetos de extensão realizados desde 2005 junto ao sistema municipal de ensino de Cariacica/ES, aos serviços de assistência social e de saúde têm mostrado que os desafios que estes equipamentos lidam na atualidade requerem um debate denso acerca do modo como vem se efetivando os processos de participação nestes serviços. Igualmente, é necessário conjugar aos marcos da participação nos canais formais, à compreensão de estratégias sutis, ações difusas e por vezes descontínuas, que a população utiliza para interferir nos caminhos das políticas públicas, e que não se efetua nas vias constituídas de participação social. Ações que, por não ganharem visibilidade e escaparem do que tradicionalmente se considera e define-se como luta política e movimento social, tornam-se opacas ou são apreendidas como pouco significativa e frágil em contraposição às expectativas de conquistas via movimentos organizados, silenciando a persistência e insistência de parte da população no exercício dos direitos sociais. Se os resultados produzidos nestas pesquisas e projetos de extensão indicam um cenário complexo na implementação de políticas públicas no município de Cariacica, particularmente no âmbito da saúde, da educação e da assistência social, apontam também uma diversidade de movimentações sociais direcionadas à ampliação do caráter público das políticas, à sua resolutividade e à materialização de direitos sociais e políticos há muito tempo regulamentados em nosso país. Atualmente nossas ações objetivam apoiar e fortalecer os movimentos sociais institucionalizados e os coletivos informais de juventude que se organizam com o intuito de transformar a realidade do município de Cariacica/Espírito Santo, no que se refere ao acesso às políticas públicas. O programa atualmente inclui jovens participantes deste movimentos/coletivos e estudantes de uma unidade municipal de ensino público envolvidos com a criação do grêmio estudantil desta instituição. Busca garantir que as políticas públicas já existentes no município e voltadas à juventude sejam efetivadas de modo a afirmar o protagonismo da juventude na luta por direitos sociais e na gestão das políticas públicas. De acordo com Castro (2008) a juventude produz diferentes modalidades de ação com o intuito de transformação social. Nesse sentido, podemos dizer que há uma falsa afirmação quando se diz que a ‘juventude é apática politicamente’, pois há jovens em diferentes cantos, inclusive em Cariacica/ES, construindo estratégias de enfrentamento da dura realidade vivenciada e de transformação social. O que parece existir entre os jovens é uma descrença no fazer político tradicional, em seu modelo representativo, em especial nas instituições. Isso não significa, porém, que essa juventude seja despolitizada. A sua disposição para mudar a sociedade é vista através de ações de trabalho voluntário e de engajamento em atividades culturais (como grupos de hip-hop, dança, grafite, poesia), que se destacam por apresentarem um aspecto irreverente e artístico, característico e potencial da juventude. Emerge ainda, na atualidade, um cenário em que milhares de pessoas saem às ruas em grandes manifestações que reivindicam uma série de direitos sociais, como saúde, educação, liberdade sexual, dentre outros. Torna-se, portanto, funda-

mental que se compreenda e incentive essas novas formas de engajamento da juventude, para que ela continue protagonista da construção do seu futuro e consiga diminuir os dados estatísticos alarmantes em relação à violência e ao assassinato. Nos voltamos às redes forjadas entre os coletivos e destes com os equipamentos sociais. Entendendo, segundo Kastrup (2000), que a rede é sempre heterogênea compondo um território vivo, que produz e potencializa vida e vivência, que inventa mundos na medida em que se inventa. O uso que se faz no território expressa a vida que acontece e que escapa aos formalismos da participação dos conselhos, ali há vida, há história, produz-se saberes e modos de viver. Como nos aponta Kastrup (2000), é produção de si e do mundo, mundo este que está em vias de se fazer, por esse motivo mutável, variável, e não sobre uma comunidade já dada, pré-definida. As ações que propomos caminham pelos movimentos produzidos no território no âmbito da participação formal e informal na construção de políticas públicas e na conquista por direitos para as comunidades. É necessário, portanto, pensar que território não se define por uma delimitação geopolítica e administrativa imposta pelo Estado, mas pelas potências, pelos usos que se fazem nos coletivos e encontros que se produzem no cotidiano da comunidade, “territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence.” (SANTOS, 2004). A territorialidade assume, desta forma, um cuidado com as coletividades que ali se produzem, sendo “o coletivo como aquilo que é produzido em nós a partir dos encontros” (QUINTANILHA, 2012, p. 41). São os encontros nas praças, padarias, equipamentos públicos, até mesmo os “barracos” feitos na porta dos equipamentos exigindo melhorias, como aponta Quintanilha (2012), formas de pertencimentos, de construção de redes e coletivos de cuidado, e de produção de políticas públicas. Nosso intuito é criar dispositivos que possam ampliar os índices de transversalidade nos movimentos e coletivos protagonizados pelos jovens. A transversalidade, conforme formulada por Guattari (2005) diz respeito à abertura comunicacional intra e inter grupal para além dos níveis verticais e horizontais de comunicação que pode ampliar o compartilhamento das experiências dos jovens. Nossa aposta ética é fortalecer espaços de participação que interroguem certo discurso hegemônico que privilegia as carências e supostas delinquências dos jovens de periferia, negligenciando suas experiências minoritárias e suas apostas em criar coletivamente redes quentes de aposta na vida. Produzir rede, fortalecer redes, expandir conexões é o que fundamenta ética e politicamente as ações que efetuamos. Esclarecendo que as redes quentes, conforme apontam Benevides e Passos (2005) operam a favor dos processos de diferenciação e fortalecendo a produção de novas formas de existência que possam resistir aos regimes de opressão e submissão. Nosso método de trabalho se pauta nos aportes do paradigma institucionalista, entendendo que toda produção de saber é necessariamente intervenção: produz realidades, institui práticas, interfere produzindo movimentos. Visamos à interrogação das práticas naturalizadas que se materializam nas práticas sociais, colocando em análise as instituições em cena em determinado campo. Temos afirmado o método como modo de caminhar, modo de fazer pesquisa e extensão que não se dissocia de seus

princípios e campo problemático (HECKERT; PASSOS, 2009). O campo problemático, ao mesmo tempo em que dispara os processos de extensão-pesquisa e solicita a definição das estratégias que serão utilizadas no acompanhamento dos processos, é reformulado e delineado no próprio fazer do trabalho, alterando a formulação do que é delineado como problema/foco de trabalho. Consoante ao método proposto entende-se que os procedimentos metodológicos que serão usados deverão garantir um processo participativo de produção de dados, subsidiando decisões e movimentos considerados pertinentes e prioritários pelos jovens e pelos trabalhadores dos serviços públicos. Nesta perspectiva a população é menos objeto de coleta de dados e/ou de intervenção e muito mais sujeito produtor de análise acerca de suas demandas, do funcionamento e gestão das políticas públicas, das movimentações que efetuam. As estratégias metodológicas incluem: realização de oficinas voltadas a participantes de movimentos de juventude e/ou coletivos de ação que incluem jovens visando construir estratégias coletivas de ação voltadas à ampliação do acesso às políticas públicas por este segmento; restituição aos participantes de análise dos dados no processo de produção de dados acerca dos movimentos e coletivos de juventude em ação no município de Cariacica; produção de materiais informativos (fanzines, folders, cartilhas, etc) visando compartilhar ações relativas ao âmbito de atuação do programa; fomento à criação de fóruns de debates acerca da questão 'juventude e políticas públicas'; fomento à criação de grêmios estudantis que venham a incrementar a participação dos jovens da gestão das políticas públicas. O Programa inclui metodologias de produção de dados e de acompanhamento avaliativo do processo de extensão e pesquisa. Os resultados do Programa expressam maior participação na gestão das políticas públicas, bem como a formação de profissionais para atuar em políticas públicas de forma vinculada às demandas do território. No ano de 2015 as ações do Programa estão sendo efetuadas com recursos oriundos do PROEXT/MEC.

REFERÊNCIAS

- CASTRO L. R. Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum. *Revista Sociologia e Política*. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: Cartografias do desejo*. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.
- HECKERT, A. L. C.; PASSOS, E. Pesquisa-intervenção como método, a formação como intervenção. In: CARVALHO, S.; BARROS, M. E. B.; FERIGATO, S. (Orgs.). *Conexões: Saúde Coletiva e Políticas de Subjetividade*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- KASTRUP, V. A psicologia na rede e novos intercessores. In: FONSECA, T.M.G; FRANCISCO, D. (Orgs.) *Formas de ser e habitar a contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2000
- PASSOS, Eduardo; BENEVIDES, Regina. A humanização como dimensão pública das políticas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva* (online). 2005, vol.10, n.3, p. 561-571.
- QUINTANILHA, Bruna Ceruti. *Participação rizomática: um modo de participação social no Sistema Único de Saúde*. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências da Saúde. Vitória, 2012. 92p.
- SANTOS, M. *Território e Sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

Andarilhos - apoio a movimentações sociais e às políticas públicas para população em situação de rua

Este projeto tem como proposta apoiar e fomentar de maneira crítica a elaboração e implementação de políticas públicas voltadas à população em situação de rua na região metropolitana de Vitória, cenário complexo que abrange também práticas de segregação e violação de direitos sociais e políticos de pessoas em situação de rua. Por meio do mapeamento das demandas e das redes tecidas pela população de rua em seus constantes deslocamentos pela região metropolitana, temos trabalhado na construção de um plano de intervenção que potencialize ações de enfrentamento à violação do direito à proteção social para pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social, conforme estabelecido pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2005) e a Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua (BRASIL, 2008). No curso deste mapeamento, temos nos deparado com políticas fragmentadas nos equipamentos públicos acessados pela população de rua, ações do poder público que pouco dialogam entre si e com formas de gestão da vida deste segmento populacional permeadas por práticas moralizadoras de seus modos de existência, alimentadas em parte por um grande desconhecimento das táticas que esta população cria para viver nas ruas (KUNZ; HECKERT; CARVALHO, 2014). Destacamos que poucos são os municípios da região metropolitana de Vitória que têm construído redes de políticas públicas para o atendimento das demandas deste grupo social. Neste sentido, o projeto tem se voltado ao fortalecimento de movimentos sociais atrelados à luta pela garantia de que as políticas já existentes – como a PNAS, o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – sejam efetivadas em rede no atendimento das demandas específicas deste segmento populacional, suscitando ainda o debate para que outros direitos como projetos habitacionais, trabalho e renda, cultura, educação e direitos humanos sejam pautados e construídos. Neste sentido, a atuação como apoiadores institucionais no fomento a políticas públicas abrange a mobilização de diversos movimentos sociais e outros atores da vida urbana, direta e/ou indiretamente vinculados à população em situação de rua, para a constituição de espaços de debate acerca do cotidiano das ruas. A organização desses espaços tem

Ana Heckert, Diego L. Pinheiro -
Coordenação
Antonio M. Vitor Jr - Mestrando PPGPSI
Aressa Alves - Extensionista Voluntária
Camille Cruz, Tais Peres, Thais Genelhu -
psicólogas
Brenda Sabaine, Caroline S. Souza,
Gabriel Grilli, Isabela Falchetto, Lucas
Lopes, Lucas Xavier, Marcelo Gava, Natalia
Duarte, Ramon Pimenta, Tuhany Sabino -
Graduandos em psicologia

contribuído para ampliar a conexão desses diversos atores entre si – dentre os quais destacamos profissionais da saúde e da assistência social que trabalhando diretamente com a população de rua na região metropolitana de Vitória, o Movimento Nacional da População em Situação de Rua/ES (MNPR/ES), o Coletivo Fazendo Direito, o Ministério Público, estudantes e pesquisadores da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), o Movimento da Luta Antimanicomial/ES, o Fórum Metropolitano sobre Drogas, o Movimento Cidadão e a própria população de rua –, forjando-se também como espaço oportuno para deliberações no enfrentamento de violações de direitos políticos e sociais de pessoas em situação de rua. Impulsionado por essa potência conectiva das lutas, entendemos com Campos (2003) que o apoio institucional visa ampliar os graus de transversalidade dos movimentos, isto é, aumentar a capacidade de análise dos coletivos, ampliar os graus de autonomia e comunicação desses grupos e a transformação das práticas cristalizadas no que tange à situação de rua (GUATTARI, 1981). Além disso, ressaltamos que o caráter crítico do apoio institucional reside principalmente no desafio de explicitar que a problemática da produção da vida nas ruas não pode ter como foco restrito o viés da garantia de direitos já constituídos, tampouco encerrar-se na luta pelo reconhecimento de outros. Consideramos de suma importância que as políticas públicas voltadas para este segmento populacional admitam, ao longo de sua elaboração e implementação, que os modos de vida que se produzem nas ruas comportem uma dimensão ética da existência. Em outras palavras, que a construção dessas políticas considere que a vida nas ruas admite processos que implicam a criação permanente de uma relação de si para consigo e de si para com os outros; processos nos quais as ruas figuram como espaço privilegiado na constituição de modos de existência (FOUCAULT, 2014 a e b). Dessa maneira, a rua não aparece aqui como um mero logradouro, isto é, como um espaço urbano esvaziado de sentido, deixado ao tempo. Diferentemente, em seus usos e contra-usos, asseveramos que nela concorrem práticas capazes de produzir sentidos múltiplos, mobilizando a criação de diversas redes de solidariedade e/ou coerção entre a população de rua e os demais atores urbanos. Quando as ações atribuem tais sentidos a certos espaços urbanos e, como correlatos, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos, de conjuntos de ações –, ou seja, de táticas de vida –, os espaços urbanos e, mais especificamente as ruas, podem se constituir como espaços públicos, isto é, como espaços onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente (LEITE, 2002). Ao longo deste trabalho, o projeto também tem contribuído para a formação de estudantes e profissionais que atuam nos serviços direcionados à população de rua na região metropolitana. Por meio das chamadas Rodas de Conversa, encontros mensais realizados na UFES que reúnem também pesquisadores e integrantes de movimentos sociais, temos colocado em análise a formação nas áreas de psicologia, serviço social e terapia ocupacional no tocante a atuação dessas disciplinas com relação à população de rua. Nesses encontros, a partir de determinadas questões disparadoras, tencionamos trabalhar no deslocamento das práticas que tradicionalmente caracterizam essas disciplinas por modos de intervenção no campo social baseados

em noções tais como a separação entre público e privado; pelo detrimento do público com relação ao privado; saberes que se forjaram e contribuíram para a institucionalização de determinadas concepções de família, de vínculo e de trabalho, encasulando tudo aquilo que escapasse a esses modelos e lhes parecesse incorrigível; saberes que se construíram em torno da casa e dos chamados bons costumes, da higiene, do silenciamento que se abateu sobre os corpos desde a modernidade, procurando apagar os rastros de seus cheiros, seus ruídos e seus desvios com relação às formas idealizadas de vida (CORBIN, 1987). Visamos nesses deslocamentos possibilitar a construção de práticas que afirmem formas de atuação distanciadas do adestramento, da domesticação, da docilização e da adequação de pessoas em situação de rua a essas imagens calcificadas dos modos de vida. Asseveramos que novos dispositivos de controle desta população vêm sendo engendrados na atualidade. A assepsia das ruas, a criminalização dos modos de vida da população de rua, a tutela destes grupos, dentre outras práticas, conjugam ações de violência e ações que tem como foco a regulamentação dos modos de vida daqueles que vivem nas ruas, de forma que estas existências não interfiram e não desasseguem o fluxo ininterrupto da cidade. Diferentemente, este projeto considera que habitar na rua consiste em um modo de vida possível, não entendendo tal situação como mero resultado de um fracasso, em relação a uma vida antes estabelecida dentro dos moldes usuais de moradia e trabalho. Assim colocado, são centrais neste projeto as vivências adquiridas na ida a rua e no diálogo com a própria população em situação de rua, entendendo suas demandas e construindo modos de vida únicos nesse espaço. Esta experiência de diálogo com a população em situação de rua tem provocado uma diversidade de questões que demanda a produção e sistematização de conhecimentos que nos permita compreender e analisar os modos de vida da população em situação de rua. Nesse sentido, as Rodas de Conversa visam compartilhar o que a vivência do diálogo com moradores de rua evidenciou: a potência de vida presente nesse espaço, apresentando pessoas que reinventam relações sociais com e na rua. Além disso, as ações do projeto têm sido veiculadas em disciplinas do Curso de Graduação em Psicologia da UFES, disparando debates importantes para a formação. Vale ressaltar que tais táticas e estratégia de reinvenção da vida tem tido pouca visibilidade no âmbito da produção de conhecimento e, neste sentido, o projeto tem se voltado para a publicação de trabalhos em periódicos acadêmicos e apresentação de suas atividades em congressos nacionais e internacionais com o intuito de impulsionar construções teórico-metodológicas a respeito das questões que atravessam a vida na rua. Em todos esses aspectos, este projeto de extensão segue propondo o trabalho junto à população de rua tecendo modos políticos e afirmativos no enfrentamento da deslegitimação de sua existência operada pelos diversos mecanismos de controle deste segmento populacional, apostando para isso nos movimentos em que a cidade se faz habitável e possível para uma população capaz de traçar para si os seus próprios contornos, participando da elaboração e implementação das políticas estatais que incidem sobre ela. Durante o ano de 2014 o projeto foi financiado com recursos do PROEXT/MEC.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Política nacional de inclusão social da população em situação de rua. 2008. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004. Brasília: MDS, 2005.
- CAMPOS, G. W. de S. Saúde Paideia. São Paulo: Hucitec, 2003.
- CORBIN, A. Sabores e odores: o olfato e o imaginário social no século XVIII e XIX. Trad. Ligia Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- FOUCAULT, M. A História da Loucura na Idade Clássica. Trad. José Teixeira Coelho. São Paulo: Perspectiva, 2014a. _____ Ditos e Escritos: ética, sexualidade e política. Vol. 5. Org. Manoel Barros da Motta. Trad. Inês Aufran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 2014b.
- GUATTARI, F. Transversalidade. Em: Revolução Molecular. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- KNUZ, G. S.; HECKERT, A. L. C.; CARVALHO, S. V. Modos de vida da população em situação de rua: inventando táticas nas ruas de Vitória/ES. Em: Fractal: Revista de Psicologia. V. 26, n.3, p. 919-942, set-dez, 2014
- LEITE, R. P. Contra-usos e espaço público: nota sobre a construção dos lugares na Mangueira. Em: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, nº49, 2002, p.115-134.
- PINHEIRO, D. A. L.; HARTUIQ, M. F.; PIMENTA, L. C. P.; GENELHU, T. F.; FONSECA, T. P. Andarilhos: Construindo outros caminhos na cidade. In: IV Congresso Psicologia: Ciência e Profissão, 2014, São Paulo. Anais do IV Congresso Psicologia: Ciência e Profissão, 2014.
- PINHEIRO, D. A. L.; VITOR JUNIOR, A. M.; HECKERT, A. L. C.; HARTUIQ, M. F.; SILVA, A. M. S.; GENELHU, T. F.; FONSECA, T. P.; PIMENTA, L. C. P.; MODOLO, L. T. Andarilhos na cidade: população em situação de rua e as políticas públicas. In: 2º Encontro Internacional de Política Social e 9º Encontro Nacional de Política Social, 2014, Vitória. Anais do 2º Encontro Internacional de Política Social e do 9º Encontro Nacional de Política Social. Vitória, 2014.
- PINHEIRO, D. A. L.; HECKERT, A. L. C.; MODOLO, L. T.; SILVA, A. M. S.; VITOR JUNIOR, A. M. Habitar as ruas: dimensões éticas da existência. In: IV Congresso Psicologia: Ciência e Profissão, 2014, São Paulo. Anais do IV Congresso Psicologia: Ciência e Profissão, 2014.

Oficina de Formação de Professores em Cultura e Cidadania

O projeto de extensão “Oficina de formação de professores em cidadania e cultura” cominício no segundo semestre de 2014 foi desenvolvido em caráter experimental na instituição da Legião da Boa Vontade localizada no Bairro Inhanguetá em Vitória, região de periferia da Capital, onde foi proposto medir uma aproximação do contexto educacional de regiões tidas com extrema violência que têm em sua maioria um público de vulnerabilidade social, com as teorias e referências orientadas acerca das discussões e desdobramentos da violência com relação a vida moderna. A proposta de trabalho parte dos estudos de vários campos científicos como a ciência social, a história, a arte e a psicanálise para pensar em medidas de intervenção, usando a linguagem da arte como articulador dos discursos. Visa a formação dos professores por meio dos diagnósticos e criação de grupos focais para pensar na reconstrução da identidade fragmentada desses jovens criando o protagonismo e proporcionando a visibilidade social.

Em seu segundo semestre de atuação o projeto direcionou as atividades práticas para a Escola de Ensino Médio da rede pública do bairro Ilha das Caieiras, ambas as instituições localizadas na região da grande São Pedro e com características similares, atendendo os jovens e adolescentes de toda a região por ser, até então, a única escola de nível médio presente em São Pedro. A formação foi composta por professores de diversas áreas de conhecimento que se dispuseram a trazer para debate suas vivências, relatos de experiência e observar as similaridades entre teoria e prática que mesmo atravessado pelos conflitos dos próprios educadores as narrativas se repetiam.

Essa formação tinha como base a problematização e o enfrentamento a violência que de acordo com os dados de pesquisas do governo e da própria universidade que mapeia o padrão do homicídio, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) no Espírito Santo é responsável por cerca de 70% do total de homicídios no Espírito Santo. Uma análise do pesquisador Pablo Lira da Universidade Federal do Espírito Santo ao estudar os municípios de Vitória pela violência cruzar dados indicativos dos crimes, valores salariais, níveis de escolaridade, densidade demográfica e outros a região de São Pedro aparece nos índices de maior concentração

Prof. Orientador: Márcia Barros F. Rodrigues
CCHN – Departamento de Ciências Sociais
Bolsista: Paula Melissa Gouvêa
CAV – Departamento de Artes Visuais

de crime contra pessoa. Números que sustentam a escolha pela região e reafirmam a necessidade de pensar em propostas de intervenção e interação entre o meio acadêmico e as práticas sociais, trazendo para dentro da universidade questionamentos dos padrões comportamentais construídos historicamente e reproduzidos dentro do ambiente escolar, local de pesquisa do projeto.

Nesse sentido, para alcançar o contexto em que trabalham, a abordagem começa na reflexão dos conflitos da vida moderna bem como a violência produzida por ela com a imposição do mercado diante os desejos e angústias dos indivíduos (RODRIGUES, 2010) que passam a ser mediatizados pelas imagens na lógica da sociedade do espetáculo (DEBURD, 1998). Os princípios da psicanálise ampliam a concepção desse sujeito e suas reações ao apresentar o inconsciente e os mecanismos de recalques como sintomas de problemas que permeia todos os ambientes seja familiar, escolar e comunitário. No processo metodológico para identificação e diagnóstico da violência e seus efeitos, a perspectiva do paradigma indiciário (GINSBURG, 1989) é utilizada como processo de investigação dos rastros e pistas que o sujeito apresenta diante a noção de sujeito criminal (MESSI, 2011), tida como conjunto de características estereotípicas que o determina como bandido em potencial e o decreto imposto aos jovens em tal situação da impossibilidade de mudança. Esse fenômeno é reforçado pelas relações com a polícia e as entidades de poder, formal ou informal, e nas relações sociais proporcionado o assujeitamento desses indivíduos (FOUCAULT, 1999), que poderá resultar na continuação e repetição da violência. Partimos da necessidade então do apoderamento do sujeito através do posicionamento de resistência rompendo com as determinações impostas pelos modelos opressores.

O foco deste projeto consiste em problematizar com os professores uma postura crítica dos conflitos surgidos na vivência escolar, estes devem propor aos alunos, que se destacam pelas características tidas como problemáticas, a construção de um diálogo e conversa dos sentimentos recalcados que se reverberam em reações violentas, para a materialização e produção da visualidade plástica, criando trabalhos pela linguagem das artes visuais o discurso que ainda não foi possível verbalizar e racionalizar.

Nas experiências e observação deste projeto quando se desloca para a educação formal (Escola de Ensino Médio) surgem resistências e dificuldades inerentes ao dia-dia do professor, porém, na educação não-formal (LBV) a facilidade em assimilar e enxergar na prática a proposta vem do posicionamento da instituição em já trabalhar alguns preceitos como o fortalecimento de vínculo, a identidade, valores morais e sociais e a responsabilização mesmo ainda sem referencial teórico. Na escola da rede pública esses fundamentos são garantidos pelos PPP's de cada escola, porém ao esbarar com a correria e demanda do calendário escolar ficam em segundo plano. A proposta entra em convergência com a realidade da comunidade e da escola, mas ao pensar uma intervenção como foco principal o decreto do bandido esbarrou com as subjetividades e conflitos dos próprios professores, situações e condições imposta pela relação construída pelos educadores e que acabam funcionando como instrumentos de reprodução desses mecanismos de exclusão e decretos, olhar reconhecido

por eles ao expor os relatos. Como resultado dos trabalhos a criação de projetos de atuação em sala de aula vem como ferramenta de implementação desse novo olhar e permite a abertura para possibilidade de novas práticas tendo como objetivo a criação de diálogos.

A possibilidade que a arte contemporânea traz ao abrir seus discursos e romper com a barreira da técnica permite adentrar na vida e falar desse sujeito múltiplo e fragmentado, demonstra assim sua potência enquanto linguagem do inconsciente. As palavras apresentam um discurso fechado e preciso, todavia, a arte permite as incertezas e invisibilidades (BRITTO, 2005). O rompimento com a racionalidade moderna é similar ao conceito de resistência de Foucault diante as relações de poder, Britto aponta para a libertação da arte como uma revolta as coisas e valores instituídos onde “expressava o paradoxo de um sujeito que não reconhecia mais o mundo enquanto tal” e do mundo que parecia não se comunicar mais com ele. A necessidade de buscar os significados ocultos nas formas não cabe mais, e fazendo uma analogia com a psicanálise as formas podem possuir conceitos diversos de acordo com quem fala. Para Freud (KON, 2001) a arte vem como resposta ao onírico revelando algo escondido que precisa ser lido ou traduzido, porém dentro dos matemas lacanianos é preciso criar uma narrativa como forma de alcançar os recalques e ela se dá pela arte. A arte não é uma ferramenta para a linguagem, ela é a própria linguagem então não atua como suporte para a significação uma vez que de acordo com Frayze-Pereira “a forma não tem um significado, ela é o significado”, ela vem como veículo do gesto de criação ao discurso.

Reforçando a ideia de quem não existe medida pronta para solucionar os conflitos como era esperado pelos educadores, o projeto conclui o quanto complexo é pensar na reconstrução identitária, na criação do protagonismo e da responsabilização, partimos do pressuposto que é preciso estudar para entender o meio em que vive e reconhecer que no processo de educação os sujeitos relacionados são únicos e reagem de formas e maneiras diferentes aos problemas. A possibilidade que a formação apresenta não é de procurar uma cura ou ações punitivas, mas de repensar a postura diante das situações de conflito e estreitar os laços entre os sujeitos.

REFERÊNCIAS

- ARCHER, Michael. *Arte contemporânea: uma história concisa*. São Paulo. Martins Fontes. 2001.
- BRITTO, Ronaldo. *O moderno e o Contemporâneo: o novo e o outro Novo*. in *Experiência Crítica*. Organização Sueli de Lima. São Paulo. Cosac Naify. 2005.
- DEBORD, Guy. *A Sociedade do Espetáculo: Comentários sobre a sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1998.
- FOUCAULT, M. *La ética del cuidado de sí como práctica de la libertad* in *Estética, ética e hermenêutica: obras esenciales*. Volume 3. Páginas 393 -415. Barcelona. Paidós. 1999.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In. *Mitos, Emblemas e Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia das Letras. 1989.
- , Carlos. *Os Fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Companhia das letras. São Paulo. 2007.
- JANESON, Fredric. *Pós-modernismo. A lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo. Ática. 2002.

KON, Noemi Moritz. Entre a psicanálise e a arte. In A invenção da vida : arte e psicanálise. Org Edson Luiz André de Souza, Elida tessler e Abrão Slavutzku. Porto Alegre. Artes e Ofícios. 2001.

LIRA, Pablo Silva. Geografia do crime e Arquitetura do medo: uma análise dialética da criminalidade violenta e das instancias urbanas. Vitória. GSA . 2014.

MISSE, Michel. Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2011.

RODRIGUES, Marcia Barros F. "Consumo e Violência: O fetiche no jogo de dominação da juventude". In Sociedade e Consumo. Múltiplas Dimensões na Contemporaneidade. Pimenta, Solange Maria et. alli (Coords.). Curitiba. Juruá. 2010.